

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mauro Scarpinatti

**TRABALHADORES DO “LIXO”: A organização das cooperativas de
catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005**

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mauro Scarpinatti

**TRABALHADORES DO “LIXO”: A organização das cooperativas de
catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Maurício Broinizi Pereira

SÃO PAULO
2008

Banca Examinadora

Resumo

Esta pesquisa buscou registrar a experiência de implantação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na cidade de São Paulo, entre os anos 2000 e 2005.

A reciclagem de resíduos é um tema muito atual, sobretudo se considerarmos a emergência das preocupações globais com as emissões de poluentes, em clara contradição com a sociedade capitalista cuja lógica elementar reside na elevação crescente do consumo visando assegurar a reprodução do capital.

Historicamente nos habituamos adjetivar os restos simplesmente como “lixo”. A essa designação genérica, atribuímos significados como de sujo, mau cheiroso, infectado. Por extensão, os “trabalhadores do lixo” muitas vezes são contaminados como se fossem portadores dos mesmos significados atribuídos ao “lixo”, e assim passam a ser estigmatizados.

A pesquisa propôs-se a lidar com o tema sob o ponto de vista da organização social, deste modo, o recorte desse trabalho é a organização dos trabalhadores em Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. Ou seja, procuramos historiar o processo de como os moradores de rua, desempregados e toda sorte de sobreviventes de um modelo econômico excludente e perverso, se organizaram para, a partir dos restos descartados pela cidade criar meios de sobrevivência, gerar trabalho e renda, e articular um movimento social capaz de torná-los visíveis socialmente, se constituindo de fato, como um novo sujeito social que num um curto espaço de tempo conquistou presença nacional.

O primeiro capítulo, busca localizar historicamente o catador, os primeiros passos rumo à ação coletiva, as organizações de apoio, os embates com a prefeitura e, a criação da primeira cooperativa. O segundo capítulo trata dos desempregados que tornam-se catadores, as disputas em torno do “lixo” e a ampliação das articulações para um movimento de âmbito nacional. No terceiro e último capítulo é apresentado o programa municipal Coleta Seletiva Solidária, que entre os anos 2000/2004, implantou 15 Centrais de Triagem de resíduos, geridas por Cooperativas de catadores, na cidade de São Paulo.

Abstract

This research sought register the experience of deploying cooperatives of collectors recyclable materials in the city of São Paulo, between the years 2000 and 2005.

The recycling of waste is a very current subject, especially considering the emergence of global concerns with the emissions of pollutants, in clear contradiction with the capitalist society whose basic logic is the increasing elevation of consumption to ensure the reproduction of capital.

Historically in we accustom them to label the remains simply as "garbage". In this generic name, attach meanings as dirty, bad smell, infected. By extension, "the garbage workers" are often contaminated as if they were carrying the same meanings assigned to "garbage", and so become stigmatized.

The research proposed to deal with the issue from the point of view of social organization in this way, the clipping of this work is the organization of workers in cooperatives of Collectors Materials Recyclables. That is, describe the process as organized the residents of the street, unemployed and all survivors of an economic model exclusionary and perverse from the debris discarded by the city to create means of survival, generate jobs and income and form a movement Social able to make them visible socially and in fact constituted them in new social subjects, which in a short space of time have achieved national presence.

The first chapter, searches to locate the collector historically, the first steps towards collective action, organizations of support, the collisions with the city hall and the creation of the first cooperative. The second chapter deals with the unemployed who becomes collectors, the disputes around "garbage" and extension of the joints to a movement nationwide. In the third and final chapter is presented the municipal program Solidarity Selective Collection, that between the years 2000/2004, implemented 15 offices "Central Screening of waste", run by cooperatives of collectors, in the city of Sao Paulo.

Agradecimentos

Essa pesquisa é resultado da somatória de contribuições e esforços de um grande número de pessoas. Algumas eu sequer tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Certamente há falhas e equívocos, esses são de exclusiva responsabilidade minha.

Agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a conclusão desse trabalho. Às professoras e professores do Programa de Estudos Pós Graduação em História da PUC de São Paulo, especialmente àqueles dos quais fui aluno nas disciplinas necessárias ao cumprimento dos créditos: Heloisa de Farias Cruz, Maria Izilda Santos Matos, Maria Odila da Silva Dias, Olga Brites e Yara Maria Aun Khoury.

Ao Professor Mauricio Broinizi Pereira, meu orientador, agradeço pelas sugestões, pela seriedade, pela competência, pelo rigor e pela compreensão e paciência demonstrados ao longo desse período.

Também sou grato à secretária do departamento, Elizabeth das Neves Oliveiras ou, como carinhosamente a chamamos, Betinha, por sua infinita paciência em atender a todos e ter sempre disponíveis as informações que procurávamos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, que permitiu a realização dessa pesquisa. Aos amigos da PUC-SP, minha amizade, respeito e gratidão pela oportunidade de conhecer uma enorme diversidade de temas, de trocar impressões sobre o trabalho de cada um e recolher inúmeras contribuições à minha pesquisa durante animados debates que, não raro, ocorriam nos bares dos arredores, após as aulas.

À toda a equipe do Instituto Polis, minha imensa gratidão pelo amizade, incentivo, apoio e paciência em atender-me inúmeras vezes, especialmente à Elizabeth Grimberg e Auana Diniz, por, compartilhar seu acervo e todas as suas experiências como técnicas e cidadãs comprometidas com as necessárias transformações do ambiente urbano.

A Cleisa Moreno Maffei Rosa, autora de *Vidas de Ruas*, que, sem conhecer-me pessoalmente, e às vésperas de embarcar para um doutorado em Portugal,

num ato de solidariedade e generosidade, disponibilizou sua pesquisa com registros digitalizados de quase três décadas de notícias veiculadas em periódicos sobre as pessoas em situação de rua.

A Maria Regina Manoel, da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), pelo apoio, pelas informações e pelos depoimentos, que possibilitaram encontrar alguns fios que urdiram a trama do movimento de catadores.

À equipe da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (Unitrabalho), onde, como técnico, trabalhei por 3 anos, o que facilitou o acesso aos seus arquivos e me abriu portas para o debate com universidades, professores e pesquisadores de todo o Brasil, o que, sem dúvida, foi um estímulo à realização dessa pesquisa. Sou particularmente grato ao Professor Francisco José Carvalho Mazzeu, Professoras Maria Nezilda Culti, Lucia Helena Lodi, e a Huberlan Rodrigues.

Agradeço também à ex-prefeita e deputada federal Luiza Erundina de Souza, que, mesmo com uma atribulada agenda, recebeu-me para uma agradável entrevista.

Aos meus amigos, especialmente a Carlos Bauer de Souza, Nilto I. Tatto, Lúcia Maria Ferreira, Fábio Patriota Deco, Luciana Berardi, Edimar Gomes da Silva, Enio Tatto, Ives Lazarini, Leandro Belini, Sandra Chinaia, entre tantos outros, pelas contribuições, paciência generosidade e incentivo.

À minha família, pelo incondicional apoio, compreensão e paciência com meu isolamento e a conhecida “instabilidade de humor”.

Minha mais profunda gratidão, respeito, admiração, e amizade aos trabalhadores, catadoras e catadores de material reciclável, que me receberam com alegria e entusiasmo e sempre estiveram disponíveis para contribuir. Essa empreitada não teria sido possível sem o apoio de pessoas como: Márcia Maria Abadia e Mara Lúcia Sobral Santos, da Cooperativa da Granja Julieta, de Neilton César Polido e Jacy Cardoso, da Cooperação da Vila Leopoldina, de Luzia Maria Honorato, da Coopercoosi de Perus, de Carlos Roberto Fabrício, o Carlinhos, da Coopamare, de Givanildo Silva Santos e do senhor Carlos Alencastro Cavalti da Coordenação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Indiscutivelmente, as personagens centrais desse dessa pesquisa são os catadores. A eles esse trabalho esse trabalho é dedicado.

TRABALHADORES DO “LIXO”: A organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2004

Sumário

Considerações iniciais.....	01
-----------------------------	----

Capítulo I

Os trabalhadores do “lixo”

1.1. A rua	05
1.2. O catador	18
1.3. A Cooperativa	33

Capítulo II

As cooperativas como alternativa de organização

2.1. Reformas liberais e Desemprego estrutural.....	42
2.2. Disputas em torno do “lixo”	55
2.3. Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo	67

Capítulo III

O programa coleta seletiva solidária

3.0. As Centrais de triagem do programa Coleta Seletiva Solidária.....	84
3.1 - A operação das Centrais de triagem.....	98
3.2 - A difícil adaptação ao trabalho em cooperativa: superação de desafios, solidariedade e luta pela autogestão.....	100
3.3 - A formação das Cooperativas de Segundo Grau.....	106
3.4 - Mudanças na administração municipal: as relações com o novo governo.....	110
3.5 - Avanços, vitórias e perspectivas.....	119

Considerações Finais IV

4.1 - Considerações Finais.....	127
4.2 - Anexos.....	130
4.3 - Bibliografia.....	146

Considerações iniciais

A história não deve apenas confrontar; deve apresentar um desafio, e uma compreensão que ajude no sentido da mudança

Paul Thompson

Preliminarmente deve ser dito que o meu interesse pelo tema da organização dos catadores de materiais recicláveis surgiu do envolvimento com movimentos sociais, particularmente pela minha atuação, desde meados de 1980, no movimento ambientalista, que me conduziu a reflexões sobre os problemas urbanos, entre eles, a destinação do “lixo”, que por princípio chamamos de resíduos sólidos.

Historicamente, habituamo-nos a classificar como “lixo” todo objeto que consideramos inservível. Os restos de alimentos, resíduos industriais e embalagens de uma infinidade de coisas consideradas inúteis são descartados como “lixo”. Assim, a palavra “lixo”, passou a ser associada à ao feio, imundo, mau-cheiroso, infectante.

Mariana Viveiros¹, ao escrever sobre o tema, afirma que a destinação dos resíduos tornou-se um problema a partir do período Neolítico, quando a humanidade passou a dedicar-se à agricultura e a fixar-se em determinados territórios, abandonando o nomadismo, período em que os restos eram simplesmente deixados para trás. Com essa nova forma de organização social, teriam surgido as primeiras preocupações em relação à destinação dos rejeitos, que, por sua vez, teriam aumentado exponencialmente a partir

¹ Viveiros, Mariana, Coleta seletiva solidária: desafios no caminho da retórica à prática sustentável, Dissertação de Mestrado, defendida em 24/08/2006, Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo

do desenvolvimento tecnológico e da Revolução Industrial, que trouxe consigo um processo de urbanização em escala jamais conhecida, conforme escreveu Raquel Rolnik².

Esse processo de industrialização e urbanização trouxe consigo profundas mudanças de hábitos e padrões de consumo que hoje se traduzem também na efêmera vida útil das mercadorias, o que, por sua vez, gera um volume de descarte assustador, colocando para a sociedade o gigantesco desafio de dar destinação adequada a resíduos que, em grande parte, levam séculos para se decompor.

Foi no meio urbano que surgiu o trabalho de resgatar, dentre os objetos expelidos pela cidade, materiais que pudessem ser reutilizados, atividade que não é propriamente recente, conforme já assinalam Rosana Miziara³ e Maria Inês Machado Borges Pinto⁴, entre outros pesquisadores que registraram a presença destes trabalhadores no cenário paulistano.

No final dos anos de 1950, a catadora Carolina Maria de Jesus⁵ revelou, no clássico “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, o cotidiano daqueles que vivem da garimpagem, recolhimento, classificação e comercialização dos rejeitos da maior e mais desenvolvida metrópole do Brasil.

Nessa pesquisa, partindo da premissa de que, nos últimos anos, vem ocorrendo uma grande mudança no modo de atuar dos catadores, os quais, a partir de São Paulo, passaram a organizar-se em movimentos sociais e, posteriormente, a formar associações e cooperativas e constituir-se como um novo e importante sujeito social.

Para desenvolver esse trabalho, encontramos grandes contribuições em Eder Sader, que, ao analisar as lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo no período 1970-1980, referiu-se ao processo como a entrada em cena de novos personagens. Sader faz uma ampla investigação dos

² Rolnik, Raquel, O que é Cidade, 6º ed. São Paulo, Brasiliense, 2004

³ Miziara, Rosana, Nos rastros dos restos: a trajetória do lixo na cidade de São Paulo. São Paulo, Educ, 2001

⁴ Pinto, Maria Inês Machado Borges, Cotidiano e Sobrevivência: A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914, São Paulo Edusp, 1994.

⁵ Jesus, Carolina Maria de; Quarto de Despejo diário de uma favelada, 14º ed. São Paulo, Ática 2005.

movimentos populares daquele período e oferece importantes reflexões para a compreensão do fazer-se desses movimentos. No dizer da filósofa Marilena Chauí, que prefaciou a obra de Sader, as experiências populares, “passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras num conjunto que lhes dá a dignidade de um ‘acontecimento histórico”⁶.

Em nosso trabalho, o contato e as pesquisas nos documentos de instituições como a Fundação Unitrabalho, Organização de Auxílio Fraternal, Instituto Polis, Rede Rua, entre tantas outras organizações da sociedade civil, foram de fundamental importância para a reunião de fontes documentais e orais a respeito do processo de organização social.

Lidar com o testemunho vivo de diversos atores do processo de organização das cooperativas foi um grande desafio. Nesse sentido, as reflexões de Alessandro Portelli e Paul Thompson sobre história oral foram imprescindíveis.

As entrevistas com os catadores, não raro, foram motivo de perturbação, em primeiro lugar, porque exigiram um esforço enorme de distanciamento entre entrevistado e entrevistador e, em segundo lugar, pela evidente impossibilidade de transcrever para o papel as intensas emoções que afloravam, nas vozes embargadas, no choro inevitável e, às vezes, convulsivo que irrompia ao se tornar presente as memórias de processos reais de vida e luta dessas pessoas.

O primeiro capítulo procura situar historicamente a figura do catador e registrar a trajetória do grupo de trabalhadores que, no final dos anos de 1980, formou, na cidade de São Paulo, uma Associação de Catadores que posteriormente deu origem à Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), primeira experiência brasileira de cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

O segundo capítulo faz algumas reflexões sobre as profundas transformações econômicas ocorridas no início dos anos de 1990: a

⁶ Sader, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988

introdução de novas tecnologias, o chamado processo de globalização, a explosão do desemprego e a alternativa de organização de trabalhadores em empreendimentos cooperativos, sobretudo para a coleta seletiva de resíduos sólidos e a expansão do movimento dos catadores.

No terceiro capítulo, procuramos analisar a implantação, pela Prefeitura da cidade de São Paulo, do Programa Coleta Seletiva Solidária, com o envolvimento de catadores nas cooperativas responsáveis pelo funcionamento das Centrais de Triagem distribuídas em diversas regiões e os embates dos catadores com a administração municipal.

1. Os trabalhadores do “lixo”

1.1. A rua

Na rua Paulino Guimarães tem um depósito de ferro. Todos os dias eles põe o lixo na rua, e lixo tem muito ferro. Agora o carro que faz a coleta, antes de iniciar a coleta vem na rua Paulino Guimarães e pega o lixo e põe no carro. Nogentos. Egoístas. Eles já tem emprego, tem hospital, farmácia, médicos. E ainda vende no ferro velho tudo que encontra no lixo. Podia deixar os ferros para mim. (Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo: diário de uma favelada.)

O texto em epígrafe foi escrito em setembro de 1958 por Carolina Maria de Jesus e publicado em 1960 com o título *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. O livro retrata a luta que os catadores de materiais reaproveitáveis ou recicláveis travavam e ainda travam cotidianamente nas ruas da cidade.⁷

A presença desses personagens é antiga. Não encontrando registros oficiais precisos sobre o surgimento dessa atividade, recorreremos ao trabalho de outros pesquisadores, a matérias de jornais e à memória dos que viveram em São Paulo em outros tempos. Ao conversar sobre o tema com antigos moradores da cidade, é comum que estes façam referências aos garrafeiros ou aos catadores de papéis, metais e vidros que perambulavam pelas ruas recolhendo em sacos ou carroças os restos descartados por outros. Esses materiais eram posteriormente vendidos aos chamados ferros-velhos, um tipo de estabelecimento ainda muito comum na paisagem paulistana, que vive da compra e da venda de sucatas diversas.

Ao pesquisar o cotidiano dos trabalhadores na cidade de São Paulo no período de 1890 a 1914, Maria Inês Machado Borges Pinto registra a presença de trabalhadores que viviam da compra e da venda de resíduos aproveitáveis do consumo industrial. Eram imigrantes, especialmente de origem espanhola:

⁷ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2005

Estes ambulantes compravam, a baixíssimos preços, entulhos, sacos vazios, latas, materiais descartáveis que contivessem chumbo, metal e ferro velho. Apesar de pagar um preço insignificante por essas mercadorias, muitas das quais nem compravam porque recebiam das senhoras abastadas que gozavam da fama de generosidade, estes ambulantes prestavam um bom serviço às donas de casa, retirando de suas despensas entulhos de pouco valor econômico e sem nenhuma finalidade. (PINTO, 1994, p. 139)

Outra referência importante foi a pesquisa realizada por Rosana Miziara, que encontrou registros da presença dos trapeiros em fins do século XIX. Segundo a autora, estes eram divididos em duas categorias: trapeiro catador e trapeiro atacadista. O primeiro tinha a condição de operário, enquanto o segundo gozava do *status* de patrão:

Em São Paulo, os trapeiros retiravam do lixo: papel, trapos, ferros e zinco. A diferença entre o trapeiro catador e o atacadista é que o primeiro fazia efetivamente a separação dos materiais do lixo e os enfiava para serem revendidos como matéria-prima, ou seja, era o operário, enquanto o atacadista era o patrão. (MIZIARA, 1998, p. 68)

Ao se debruçar sobre a formação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis na cidade de São Paulo, a presente pesquisa se deparou com experiências e personagens ainda pouco conhecidos e pretende contribuir, com o registro dessas vivências, para o entendimento das formas de organização construídas por esses grupos de trabalhadores.

Grande parte das informações aqui contidas foi obtida por meio da gravação de relatos de membros das cooperativas, de organizações e pessoas que acompanharam e de alguma maneira se envolveram no processo de constituição desses grupos. Recolher depoimentos de pessoas que participaram ativamente desse processo foi uma experiência reveladora, pois tornou possível a maior aproximação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, permitindo a observação direta da elaboração que aqueles trabalhadores fazem sobre a realidade social que viveram e vivem. Nesse sentido, é relevante a afirmação de Paul Thompson de que “a evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (THOMPSON, 1992, p. 137). São importantes, também, as

reflexões de Portelli, para quem “a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar” (PORTELLI,1966, p. 59-72).

Outras importantes consultas foram às pesquisas e estudos produzidos por profissionais da área de serviço social, a órgãos oficiais (como a Câmara Municipal de São Paulo e a Secretaria Municipal de Assistência Social), a organizações não-governamentais (como a Rede Rua, voltada ao atendimento e ao apoio às pessoas em situação de rua, o Instituto Polis que atua no campo da formação e assessoria em políticas públicas e à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (Unitrabalho), rede inter-universitária que atua na avaliação de políticas públicas e qualificação), entre outras instituições que visam à formação, às pesquisas, aos estudos à assessoria e a intervenção no campo das políticas públicas.

Foram ainda consultados alguns periódicos que publicaram notícias sobre o tema. Cabe, porém, uma consideração quanto a essas fontes, pois, como se sabe, os veículos de comunicação atribuem sentidos, constroem ou ajudam a consolidar representações que expressam preconceitos, distorções e estigmas, o que poderá ser notado em diversas ocasiões ao longo deste trabalho em relação aos catadores de materiais recicláveis e, sobretudo, aos moradores de rua. Também é importante lembrar que os veículos de informação expressam idéias e posições políticas e ideológicas, raramente refletindo em suas páginas a neutralidade que é freqüentemente propalada, e exercem papel significativo na construção de conceitos ou na formação de opiniões que, por vezes, procuram legitimar projetos políticos e interesses de determinados grupos sociais como se fossem da coletividade. Assim, trata-se de sujeitos com atuação política e práticas sociais balizadas por interesses dos grupos que eles representam. Conforme Heloisa de Farias Cruz, atuam no sentido de constituir/instituir modos de viver e pensar:

[...] nas páginas desse conjunto extremamente variado de publicações, a cultura letrada tecia estreitas articulações com os projetos e disputas para e pela cidade. Dando visibilidade para inúmeros projetos e concepções sobre o viver urbano...(CRUZ, 2000, p. 20).

Na busca da compreensão do processo de organização das cooperativas de catadores, identificou-se a experiência da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), que, de acordo com todos os registros consultados, foi a experiência pioneira no Brasil de organização de catadores em cooperativas.

O grupo de trabalhadores que, no fim da década de 1980, criou a Coopamare era majoritariamente composto por moradores de rua ou que viviam em becos e cortiços e atuavam nas ruas da região central da cidade vasculhando restos, garimpando, catando materiais que pudessem ter algum valor. Habitualmente, vendiam os objetos coletados para depósitos e para os chamados aparistas (atravessadores que negociam diversos tipos de aparas), sobretudo aqueles localizados ou com atuação na área central.

A pesquisa identificou que a iniciativa de formação da Coopamare está intimamente ligada ao trabalho empreendido junto aos moradores de rua pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF), instituição criada em 1953 por iniciativa de Inácio Lesama, monge beneditino. Vinculada à Fraternidade das Oblatas de São Bento, a OAF promove ações sociais com o apoio da Igreja Católica de São Paulo e de voluntários e leigos que, desde a fundação, participam das suas atividades.

Segundo relatos de integrantes da OAF, nas décadas de 1960 e 1970, por meio de ações de caridade, a instituição procurava amparar a população marginalizada que vivia nas ruas da região central da cidade. Na época, essa população era majoritariamente formada por migrantes de todos os sexos e faixas etárias que aportaram na cidade seduzidos pelo desejo de construir uma vida melhor: alguns vinham expulsos do campo por dificuldades como a seca e mudanças no modo de produção rural⁸, outros ainda tinham tido suas famílias desestruturadas e, por razões diversas, viviam nas ruas.

Ainda de acordo com os relatos citados, o trabalho da OAF se ampliou aos poucos e, com o tempo, foram criados albergues, oficinas profissionalizantes, casas de acolhimento para meninos e uma estrutura voltada ao atendimento desse segmento da população. As equipes da

⁸ CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td1000.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

instituição faziam rondas pela região central da cidade procurando localizar nas ruas as pessoas que necessitavam de ajuda. Os atendimentos eram individualizados e resolviam problemas mais imediatos, como a possibilidade de uma refeição, roupas limpas, um local para dormir e para fazer a higiene pessoal. No entanto, a situação continuava e a população de rua aumentava no mesmo ritmo em que a cidade crescia.

É importante registrar que, nas décadas de 1960 e 1970, a cidade de São Paulo experimentou um vigoroso processo de crescimento populacional⁹, fortemente relacionado aos intensos movimentos migratórios do meio rural para os principais centros urbanos. Sabe-se que, durante décadas, as grandes cidades foram depositárias da esperança de dias melhores para aqueles que viviam no campo privados da posse e do acesso a terra, trabalho, educação, saúde, condições e meios para uma vida digna. Expulsos do campo, muitos migraram para as grandes cidades, passando da condição de excluídos do meio rural para excluídos do urbano:

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos das cidades, às portas do "urbano". (LEFEBVRE, 2001, p. 98)

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, no Brasil, até 1950, a população do campo representava 63,84%, contra 36,16% nas cidades. Em 1960, a população urbana já chegava 45,08%, enquanto a população rural era de 54,92%. Uma década depois, constatou-se a inversão desses números: em 1970, a população urbana saltou para 55,94%, enquanto a do meio rural caiu para 44,06%, confirmando a tendência observada nas amostragens anteriores. Esse movimento colocou o Brasil na condição de um dos países mais urbanizados do mundo. Atualmente, mais de 80% da população vive nas cidades e 30% desta se concentra em apenas nove metrópoles.

É importante considerar que, nos anos 1970, o Brasil vivia sob a ditadura militar que foi instalada depois do golpe de 1964. Nesse período, as liberdades

⁹ *Ibidem.*

políticas inexistiam e qualquer tipo de organização social era vista como suspeita pelo violento aparato repressivo do regime. A partir de pequenos grupos que se organizavam nas minúsculas brechas políticas permitidas ou conquistadas, começaram a surgir novos movimentos sociais, sobretudo nos centros urbanos, fenômeno que o sociólogo Eder Sader classificou como a “entrada em cena de novos personagens”. O autor chama atenção para o fato de que: “No caso dos novos movimentos sociais, eles se dão no solo da condição proletária, mas esta é elaborada de um modo tal que os contornos classistas se diluem” (SADER, 1995, p. 49). Procurando elucidar a noção de sujeitos sociais coletivos, o autor escreve:

Um primeiro motivo para o uso dessa noção consiste no fato de que os agentes dos movimentos sociais aqui tratados expressam uma insistente preocupação na elaboração das identidades coletivas como forma do exercício de suas autonomias. [...] Assim, na famosa assembléia do Movimento do Custo de Vida, realizada a 20 de junho de 1976, dom Mauro Morelli, bispo da região sul, proclamava: “Nós devemos ser sujeitos de nossa própria história.” (SADER, 1995, p. 50-51).

Sader registra, assim, o surgimento desses movimentos sociais que se articulavam em torno de questões locais. Pequenas lutas travadas no cotidiano por saneamento, transporte, construção de creches, escolas, unidades de saúde, clubes de mães e grupos de compras comunitárias, entre outros. Esses movimentos foram fortemente incentivados e apoiados pela Igreja Católica, a partir das Comunidades Eclesiais de Base, as quais foram influenciadas e animadas pelo cardeal arquiocesano de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, ligado à chamada ala progressista do clero, corrente identificada como Teologia da Libertação que produziu profundas transformações no modo de atuar de expressivos segmentos da igreja católica.

Ao prefaciá-lo o trabalho de Sader, Marilena Chauí lembra:

Não se trata de simples mudança do ponto de vista, mas da crítica às perspectivas estruturais anteriores, que caracterizam as análises das esquerdas e das ciências sociais onde, por definição e por essência, o cotidiano é encarado como um espaço-tempo onde nada acontece. [...] Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico. (SADER, 1995, p. 12)

Regina Maria Manoel, freira da Fraternidade das Oblatas de São Bento, revela, em depoimento, as transformações que ocorreram no modo de atuar da OAF, em decorrência da opção pela Teologia da Libertação.

Em 1975, Regina mudou-se da cidade de Botucatu para São Paulo. Ingressou na Faculdade Paulista de Serviço Social e foi trabalhar na Secretaria de Promoção Social do Estado. Conheceu a OAF e, em 1977, integrou-se ao trabalho da organização. Atualmente, é uma de suas coordenadoras. Segundo seus relatos, até meados da década de 1970, a OAF era uma das poucas instituições a atuar sistematicamente junto à população em situação de rua. No início dos anos 1970, a organização inicia um processo de profunda reflexão e, em 1975, transforma totalmente sua atuação:

Faz-se uma leitura de que a prática social então desenvolvida já não correspondia mais ao momento. Trabalhamos com um segmento da população que está constantemente indo e vindo, é um círculo vicioso, né. Surge essa questão: como propor uma ação mais comprometida, evangélica? Você senta de um lado da mesa e atende o outro que está do outro lado, separando o assistente do assistido, havia uma escrivanhinha, a eliminação dessa primeira barreira (a escrivanhinha) foi simbólica no processo de mudança de postura da equipe.

A partir dessa seqüência de reflexões, a OAF implementou mudanças profundas em sua atuação. Fechou todas as suas casas, oficinas e albergues, uma das poucas coisas mantidas foi a Casa de Oração. (MANOEL, 2007)¹⁰

Tanto a pesquisa de Sader, que faz referência à atuação das Comunidades Eclesiais de Base na formação desses novos grupos e movimentos sociais, quanto o depoimento de Regina Manoel são reveladores da dimensão desse processo, mesmo quando consideramos as conhecidas diferenças traduzidas na heterogeneidade das formas de atuação da Igreja Católica:

Também sempre houve, assim, um achegamento muito grande do grupo, a d. Paulo (cardeal arquiocesano de São Paulo). Ele, um dia num encontro conosco, desafiou-nos a trazer os compromissos assumidos pela Igreja em Puebla (conferência da Igreja Católica

¹⁰ Informação fornecida por Regina Maria Manoel, por meio de depoimento concedido ao pesquisador na sede da OAF, no Bairro do Glicério em São Paulo. Estávamos no inverno e era uma manhã muito fria dia 05 de junho de 2007, Dia Internacional do Meio Ambiente. A entrevista foi gravada e transcrita. Seu conteúdo é a base de grande parte do primeiro capítulo dessa pesquisa.

latino-americana ocorrida em 1979 na cidade de Puebla, México), para o centro da cidade, ou seja, em nosso trabalho, focar a opção preferencial pelos pobres.(MANOEL, 2007)

Tratava-se de radicalizar a atuação da OAF. Sua condição de organização assistencial prestadora de serviços com procedimentos e regras elaboradas endogenamente passava por uma transformação e sua inserção deveria ser baseada no mundo das ruas. Seu olhar deveria passar a ser o olhar daqueles que viviam nas ruas:

Buscando perceber mais profundamente a realidade cotidiana dessas pessoas, o grupo da OAF literalmente foi vivenciar o seu modo de vida: dormir nas ruas, ou albergues, entrar em filas para vender sangue, procurar ser atendido nos serviços sociais públicos. Essa experiência levou à conclusão de que não é possível experimentar da mesma maneira o que vive um morador de rua e confirmou aquilo que já se sabia, ou seja, o dramático desse modo de vida é a solidão. Ninguém te espera!

Essas pessoas não são de ninguém. Se abrisse um buraco e caísse todo esse povo dentro e voltasse a se fechar, não teria qualquer importância, eles não contam, é como se não existissem.(MANOEL, 2007)

Entendemos que a tentativa empreendida pela transformação da maneira de atuar da OAF se inscreve num imbricado feixe de práticas sociais que engendraram novos sujeitos.

Segundo os depoimentos de Regina Maria Manoel, no fim da década de 1970, a OAF passou a assumir uma postura de distanciamento institucional dos grupos que apoiava. Ficava na retaguarda, acompanhando e incentivando o trabalho dos seus técnicos e voluntários ao mesmo tempo em que procurava não interferir diretamente no cotidiano dos grupos apoiados.

Os técnicos e os voluntários que adotaram como tática a aproximação e a convivência com a população de rua passaram a freqüentar praças, baixos de viadutos, ruas e becos, iniciando a formação de pequenos grupos baseada no modelo de organização das Comunidades Eclesiais de Base:

Após o fechamento das casas e as mudanças na maneira de atuar, houve todo um período dramático, naquele momento eram mais de setenta técnicos trabalhando na instituição.

A organização passou a entender que a raiz dos problemas está na estrutura social, política e econômica do País. Assim, o foco devia ser a sociedade e não o indivíduo. A sociedade como um todo deve ser chamada a refletir e a se responsabilizar pelas pessoas que vivem nas ruas.(MANOEL, 2007)

Regina Manoel também narra que naquele tempo, fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, havia muito preconceito, estranhamento e crítica por parte daqueles que atuavam nos movimentos populares e no campo sindical e se intitulavam revolucionários ou “de esquerda”. Eles questionavam o trabalho do grupo, pois tinham a convicção de que a tão desejada revolução seria feita pelos operários:

As pessoas perguntavam: “Mas como vão formar grupos com catadores?” “O povo da rua vai se organizar e fazer alguma coisa?” A gente tinha uma intuição, e respondia: “Olha, eles podem não fazer a revolução, mas, se ela acontecer, estaremos juntos, e serão ou poderão ser atores nesse processo.” (MANOEL, 2007)

Todas essas mudanças na maneira de atuação da OAF levaram ao surgimento de novos espaços de convivência. Com os moradores de rua, os voluntários formaram um grupo que se autodenominou de Comunidade dos Sofredores de Rua. É importante registrar a explicação de Costa e Dias(2005) para o termo “sofredor”: segundo os autores, trata-se de uma inspiração na expressão “servo sofredor” do profeta Isaías, com o sentido de libertação e superação da situação vivida por essas pessoas. A escolha do termo destaca o protagonismo do grupo e exprime sua condição de vítima numa estrutura social injusta.

Nesse processo, o Centro Comunitário, a Casa de Oração e a reunião para a sopa nos baixos dos viadutos do Glicério deixaram de ser meros espaços para adquirirem a condição de locais simbólicos onde se criavam e se estabeleciam laços de solidariedade. Compartilhavam-se coletivamente experiências, interesses, crenças, frustrações e memórias que propiciavam outras trocas e a perspectiva de construção de novas referências e relações entre iguais, sem proteção paternalista.

A esse respeito, Arantes afirma que:

Pertencer a uma classe, grupo, categoria ou nação é possuir uma localização no mapa social, ou seja, ter uma posição social reconhecida como legítima e situar-se num espaço físico compartilhado: sem domicílio ou referências pessoais não se é reconhecido como membro pleno da coletividade. De certo modo, se

é classificado como algo fora de lugar, portanto, como ser de natureza ambígua e duvidosa. Não é, de fato, outra a fonte do estigma que recai particularmente sobre os habitantes das ruas. (ARANTES, 2000, p. 133)

O autor cita como exemplo recente de identificação dessa condição de “não-pessoa”, dos que não possuem um lugar social legítimo, o argumento utilizado por um grupo de jovens de classe média de Brasília que queimaram vivo o índio pataxó Galdino dos Santos quando este dormia, sob um abrigo de ônibus, na capital federal:

Justificaram-se eles perante a imprensa, para muitos brasileiros e, particularmente, para si próprios: “Não sabíamos que era um índio; pensávamos que fosse apenas um mendigo!”. (ARANTES, 2000, p. 133)

Segundo Grimberg, quando perguntados ou instados a falar sobre suas expectativas, as respostas mais freqüentes dos moradores de rua indicam o anseio de reconhecimento como seres humanos que querem, na expressão usada pelos próprios moradores de rua, “serem considerados como pessoas dignas” (GRIMBERG, 1995, p. 22).

Também é importante notar as notícias veiculadas por alguns jornais sobre a organização dos moradores de rua. Em 09 de maio de 1983, o jornal *Notícias Populares* noticiou na primeira página: “Mendigos montam ‘sindicato’ em SP”. A chamada da matéria vinha seguida de uma fotografia dos baixos do viaduto Glicério, onde se podia ler num dos pilares o lema da Campanha da Fraternidade de 1983: “Fraternidade sim, violência não”. Ao lado, moradores de rua preparavam alimentos em meio a vários objetos. A imagem acompanhava a seguinte legenda: “Criaram uma verdadeira organização que providencia comida e estabelece o preço para o trabalho de catador de papel”.

Tratando do mesmo assunto, na edição de 09 de maio de 1983 do jornal *Folha de S.Paulo*, o jornalista Hélio Belik afirma que os mendigos deixaram de adotar uma atitude passiva diante da população e que não aceitam mais o recolhimento em albergues e o cadastramento na Secretaria Estadual da Promoção Social. Querem ser tratados como uma categoria. Nas ruas, os mendigos têm a companhia dos catadores e dos desempregados. Mais adiante, há uma afirmação atribuída ao coordenador do setor de apoio social

da Secretaria de Promoção Social, João Batista Aducci: “O homem da rua não quer mais albergue e auxílio. A população não irá gostar, mas ele está começando a se organizar e, num futuro próximo, poderá representar uma ameaça à sociedade” (BELIK, 1983).

O jornal revela, ainda, a experiência de um pequeno grupo de moradores de rua, com alguns relatos sobre o seu cotidiano. A matéria traz uma entrevista com o delegado do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (Degran), Rafael Orlandi, que afirma que a questão é de polícia e que já não consegue dar conta “de tantos casos de mendicância e vadiagem”. Segundo o jornal, o delegado relata que, mesmo que seja provada sua situação de desemprego e falta de dinheiro para condução, qualquer pessoa que perambule pelas ruas ou durma debaixo de viadutos poderá ser enquadrada por ociosidade ou cupidez. A matéria segue reproduzindo a fala atribuída a um morador de rua:

Para Hermínio Marcolino, há seis meses sem emprego: “Os homens todo dia acabam com a vida de um mendigo e ninguém fica sabendo”. Hermínio esteve na Nigéria trabalhando para uma construtora. Assim como outros colegas, ganhou muitos dólares e agora está na rua, perdeu tudo. Hermínio, nesses seis meses de rua, não só aprendeu a fugir da polícia como também das rondas do serviço social do Estado. Embora muitas vezes passe frio de noite, ele jamais quer voltar ao Centro de Triagem e Encaminhamento (Cetren). Seu companheiro de rua, Carlos Augusto, bem mais velho na atividade, conta que todo ano é uma luta para fugir da Operação Inverno. “Me escondo de todo jeito. Já não estou acostumado à disciplina. Passei de criança”.(BELIK, 1983)

Ainda na mesma matéria, há uma declaração que teria sido dada por Neusa Bittencourt, então diretora do Cetren, órgão da Secretaria de Promoção Social do Estado:

“Não adianta”, explica. “Eles querem mais é liberdade, pois sabem que entrando aqui terão que tomar banho, cortar o cabelo e dormir na hora certa. O mendigo não aceita orientação de ninguém. Eles já estão bem organizados. Têm seus pontos distribuídos e cada novo membro que entra é obrigado a passar por toda uma pesquisa para ver se ele é mesmo mendigo.” Neusa conta que eles também já não aceitam qualquer coisa. “Um dia, eram quase 21 horas, e a sopa tinha acabado. Então passamos a oferecer somente pão. Mas chegou um e falou bem alto: ‘Não aceito essa porcaria’. E assim todos os que estavam na fila atrás dele resolveram ir embora”.(BELIK, 1983)

Além do discurso da própria imprensa, as declarações dos dirigentes dos organismos oficiais de assistência social evidenciam o quanto esses órgãos públicos fazem parte de um aparato de repressão, violência e preconceito. Olham os moradores de rua sob o paradigma da vagabundagem e não conseguem oferecer a estes qualquer perspectiva melhor que a vida na rua, a qual, por sua vez, também se configura como espaço de violência e preconceito, mas com alternativas de sobrevivência e um mínimo de autonomia.

As matérias veiculadas nos jornais revelam, ainda, um pouco do caráter presente na atuação das várias esferas do Estado ao lidar com os moradores de rua: por vezes se adota o perfil assistencialista, porém a regra geral possui a marca da limpeza social ou higienização. Ações que remontam às conhecidas operações de limpeza urbana registradas no início do século XIX e, que ressurgem de tempos em tempos, conforme apontou em 20 de agosto de 2007, o secretário do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), Ariel de Castro Alves, que segundo a Agência Brasil, durante manifestação pública, realizada na Praça da Sé, lembrando os três anos do assassinato de sete moradores de rua, declarou: “Temos uma prefeitura e um governo estadual que têm políticas de higienização social, de limpeza, uma política extremamente fascista, inaceitável, de exclusão ainda maior dos pobres”.¹¹ Outro exemplo de ação deliberadas de limpeza social, foi a recente construção das chamadas rampas anti-moradores de rua¹², dispositivos de concreto com superfície irregular instalados em posição inclina nos baixos dos viadutos de maneira a impedir a permanência de moradores de rua nesses locais.

A partir desses relatos depreende-se que, dada a incapacidade para implementar políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades dessa população, a solução adotada pelo poder público é simplesmente afastar o “problema” para os confins da cidade. Assim,, conforme escreve Lefebvre, (2001 p.99), a sociedade que pretende uma racionalidade global, planificadora,

¹¹ BRANDÃO, Renato. *Agência Brasil*, Sistema Radiobras, 20out. 2007.. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/20/materia.2007-08-20.0260923351/view>> . Acesso em: 30 jan. 2008.

¹² BALAZINE, Afra. *Jornal Folha de S. Paulo*, 23set. 2005, . Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foalha/cotidiano/ult95u113368.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2007.

unitária e unificante, revela-se como segregadora, fragmentadora, guetificadora da vida social.

1.2. O catador

*Só porque eu cato papelão,
me tratam como lixo, me tratam como cão.
Só porque eu durmo pelo chão,
fingem que eu não existo, querem minha extinção.
(Cabeçativa, Catador de papelão)¹³*

A atividade dos catadores já era conhecida da OAF, pois, na evolução do processo de convivência com a população de rua, os voluntários e os técnicos da instituição tinham conhecimento das estratégias de sobrevivência que essas pessoas adotavam, entre elas, a atividade de catadores de papel, papelão e outras sucatas que pudessem ter algum valor:

Foi nesse universo, no fim dos anos 1970, que a gente conheceu o catador, ou seja, tivemos contato com o catador por meio da convivência com o povo da rua. Na verdade, o objetivo que estava colocado para todos era a luta por trabalho e moradia. Na convivência, fomos observando que havia um pequeno segmento dessa população que vivia, mesmo que de maneira não profissional, da cata do material reaproveitável.

Nós nos localizamos aqui no Glicério, trabalhando com grupos daqui da Luz e da Bela Vista [bairros da região central da cidade de São Paulo]. Aqui no Glicério houve um crescimento maior, o bairro já tinha muitos depósitos de papel que recebiam o material coletado pela população de rua. E aí foi nesse contato que essas pessoas, nos grupos que reunidos no Centro Comunitário e na Casa de Oração, refletiam sobre a vida, que eles começaram a falar das dificuldades que enfrentavam e uma delas, era a dificuldade que tinham com transporte, porque a maioria deles carregava o material coletado na cabeça. Outra questão era a percepção da violência policial. Eram dois temas com presença muito forte nas reuniões. (MANOEL, 2007)

Regina lembra que o espaço da Comunidade dos Sofredores de Rua foi se firmando e, entre o fim dos anos 1970 e início dos 1980, era uma referência: um lugar onde os moradores de rua se reuniam e atuavam no sentido de construir outras dimensões da vida, além das necessidades de comida, moradia e trabalho. Dessa maneira, aos poucos, atividades lúdicas e de lazer foram se fazendo presentes no cotidiano dessas pessoas. Assim, uma cultura era forjada e urdida pelo grupo, que utilizava instrumentos lúdicos, teatro, música, etc.

¹³ *Cabeçativa* é uma banda de música da periferia da cidade de São Paulo que, entre outros ritmos, mistura rock, funk e hip-hop e se insere nos circuitos culturais “marginais” ou “alternativos” ao circuito “comercial”.

No exercício de convivência e prática dessa diversidade, foi criado o Programa Portas Abertas, que consistia em oferecer as casas das religiosas e dos membros da própria OAF como espaço de encontros do grupo. Nessas reuniões, conversava-se, refletia-se e trocavam-se impressões sobre o cotidiano na rua. Novamente, a iniciativa envolvia, além da OAF, voluntários que se integraram individualmente ao processo, incluindo membros de outras organizações religiosas, como metodistas, luteranos e espíritas.

A dinâmica adotada nos encontros possibilitou a definição de projetos pelos próprios moradores de rua. Um deles foi a criação, no começo da década de 1980, do Centro Comunitário, localizado no bairro do Glicério, em frente a uma das casas das irmãs beneditinas. O espaço possibilitava encontros, trocas, convivência e solidariedade num processo que, segundo Regina Manoel, aos poucos foi resgatando identidades particulares por meio do coletivo: “Tanta gente igual. Então não sou só eu nessa situação”(MANOEL, 2007).

O Centro Comunitário possibilitava a formação solidária por meio da reflexão sobre os problemas do cotidiano. Era um local de encontros, vivências e trocas de experiências. Havia a preocupação de que as pessoas “começassem a assumir suas próprias vidas na perspectiva de um grupo, uma comunidade que procurava exercitar a amizade e a solidariedade” (MANOEL, 2007).

Mesmo após as mudanças no perfil de atuação da OAF, a Casa de Oração, mantida na rua Florêncio de Abreu, 111, também funcionava como espaço de encontros, no qual, embora a dimensão religiosa e espiritual não fosse negligenciada, buscava-se um caráter inter-religioso ou ecumênico, evitando conotações de catequese ou doutrinação:

O local servia para encontros tranquilos, descontraídos. Tinha atividade religiosa, mas era muito mais que isso: ia no sentido de organizar e criar uma consciência, já que a mentalidade do povo da rua nessa época era muito fatalista, voltada para uma culpa pessoal (“Eu que não dei certo”). Tinham uma representação negativa de si mesmos, se auto-rejeitavam. Como reflexo da representação que a cidade organizada fazia deles, eles já tinham introjetado que não prestavam. Não se reconheciam como pessoas com direitos, vítimas de uma estrutura injusta que se tornava cada vez mais evidente. Então, era todo um trabalho inicial para construir uma auto-estima. (MANOEL, 2007)

Naquele momento, a Comunidade dos Sofredores de Rua ainda estava se organizando e procurava dar visibilidade à realidade do grupo a partir de ações afirmativas, como a sopa comunitária que passou a ser cozida e servida nos baixos de um viaduto no bairro do Glicério.

Há registros na OAF indicando que, em meados da década de 1980, entre 250 e 300 pessoas passaram a se reunir todas as quartas-feiras para a sopa comunitária preparada pelos próprios moradores de rua com restos das feiras livres da cidade. As atividades necessárias para a preparação da sopa (ir à feira, juntar alimentos, separar, lavar, cozinhar, servir, comer) estimulavam a convivência, a troca, a reunião. Daí, a constituição de grupos formados por pessoas que viviam isoladas:

A idéia era mostrar, dar evidência para quem passava perto do local e para toda a cidade de que algo está acontecendo.

A prefeitura, com Jânio Quadro à frente (1985-1988), tentou de todas as maneiras evitar o movimento. Queriam que nos transferíssemos para uma área fechada, reprimiram a ponto de a Guarda Civil Metropolitana vir até com extintor de incêndio para apagar o fogo da sopa. Claro, mostrar aquilo incomodava....

O cenário lembrava um campo de guerra, não precisava muito: passavam perto do viaduto e viam, como se falava na época, “aquele bando de mendigos reunidos”. Só isso já era uma denúncia de que o sistema estava falho. (MANOEL, 2007)

Para dar maior visibilidade às condições dessa população, os grupos que se reuniam na Casa de Oração articularam uma ação que denominaram de Missão do Povo de Rua, realizada anualmente de 1978 até o fim dos anos 1980. A Missão do Povo de Rua consistia de uma jornada de três dias de encontro com uma programação variada, abrangendo atividades culturais e religiosas, bem como reflexões sobre os problemas da população de rua e dos oprimidos de modo geral. Em um dos dias, acontecia uma caminhada pelas ruas da região central que era encerrada com uma festa: “A comunidade da Casa de Oração organizava festas para celebrar o Natal, a Páscoa e as festas juninas e aí ficava um vazio entre junho e o final do ano. Por isso, a escolha do mês de setembro”(MANOEL, 2007).

A festa ou Missão do Povo de Rua representava uma oportunidade de troca de experiências e articulações com outros grupos organizados, como os movimentos por moradia e os movimentos de encortiçados, que, assim como a população de rua, viviam na região central da cidade:

A partir da festa, era um momento de encontros e confraternização com outros grupos, vinha o pessoal dos movimentos por moradia, das ocupações, do teatro, fazíamos teatro. Enfim, era um movimento mesmo. Aí surgiu intuitivamente a idéia: “Vamos fazer uma missão, a gente aproveita, tem o feriado de 7 de setembro e a gente faz”. Porém, a coisa foi ganhando uma conotação mais política, porque nós fazíamos uma caminhada no dia 7 de setembro, que era o ponto culminante da missão e tinha o objetivo de denúncia da situação vivida por essas pessoas e não precisava muito, né. Bastava sair com duzentas, trezentas ou quinhentas pessoas da rua que já era suficiente, era um escândalo. As ligações com o Dia da Independência do Brasil e os questionamentos foram inevitáveis. A reação da cidade era sempre muito forte, o prefeito Jânio Quadros, por exemplo, sempre atuou no sentido de acabar ou abafar as atividades que mostravam o povo da rua. (MANOEL, 2007)

Ao falar da festa, Regina Manoel enfatiza o aspecto do encontro, da troca, da confraternização, da solidariedade, o compartilhamento de alegrias e sofrimentos e a construção de novas referências simbólicas em que a festa surge também como um elemento de resistência e luta. Sobre as razões da festa, ela diz:

A festa é o que há de mais gratuito, o que há de mais antropológico no ser humano, independente de religião ou de vida pregressa. Era um encontro, o lúdico de que juntos a gente tem força, por exemplo, quando nós fazíamos a sopa, era com um sentido de que a fraternidade era possível e que juntos a gente fica mais forte. Se era difícil arrumar comida sozinho, quando a gente se juntava, fazia comida e todos se saciavam, a ponto de juntar quase seiscentas pessoas e todos saíam saciados de comida, de solidariedade, de esperança. (MANOEL, 2007)

Para organizar a Missão do Povo de Rua, os diferentes grupos articulados na Casa de Oração se organizavam em mutirões para arrecadar os recursos necessários à realização da festa. Cada um procurava contribuir a seu modo e alguns se organizavam em equipes.

Carlos Roberto Fabrício, ou Carlinhos, catador de 56 anos, é um integrante histórico desse processo e narra como era a organização das festas:

As festas eram feitas por nós mesmo com recursos do pessoal da rua mesmo. Aquilo já era um orgulho. Já pensou você está lá no meio de um pessoal ali que você participou daquela panela de comida ali, você colocou seu dinheiro ali, colocou pouquinho, um real que você colocou ali tem um monte de gente comendo. Na festa tinha o básico. O café da manhã, comida. Tinha música, tinha o lazer, tinha a participação de cada um. O lazer éramos nós

mesmos. A brincadeira que a gente inventava. O palhaço era a gente mesmo.

Por exemplo, vamos cantar, quem sabe cantar aí? Só dele não saber cantar já era um divertimento. Levava o apelido de um cantor. A dança, o pessoal dançando, era uma vida. A pessoa passava uns três dias feliz.

Festejava a vida e na mesma hora que a gente estava festejando o povo mudava para protesto, protestar contra o jeito de viver. O jeito que aquele povo vivia. Mostrava que tinha jeito de se viver melhor do que aquele jeito. Porque ali estava misturado, a população que apoiava está ali tudo junto. E aquele que estava caído ali com o saquinho nas costas e vinha olhando, olhando, num demorava e o saco estava jogado num canto e ele tava lá junto.

Vamos entrar, vamos tomar um café e tal. Eu tava lá no meio, dançando. Agora que eu vejo os outros se integrarem mas eu me integrar eu não via, fui chegando e fiquei, tô aqui até hoje.

- Eu já participava aqui dos bandos. Fui chegando, olhando de longe. A rua muda a cabeça da pessoa. Até hoje tem deles que não quer sair da rua. É uma opção, ele está vivendo aquilo e não quer. Conheci pessoas de vinte, trinta anos na rua e não quer sair. (FABRÍCIO, 2007)¹⁴

Na convivência com os grupos de rua, os técnicos e os voluntários da OAF observavam o modo como essa população se arranjava para sobreviver. Regina revela que:

Aos poucos, algumas estratégias de sobrevivência começaram a ser evidenciadas. Foi nesse universo – no final dos anos setenta – que a gente conheceu o catador, ou seja, tivemos contato com o catador por meio da convivência com o povo da rua. (MANOEL, 2007)

Para organizar a festa, cada um colaborava com as suas possibilidades e habilidades: uns faziam e vendiam artesanato, outros guardavam carros, alguns vendiam bolo e café, outros catavam e vendiam sucatas. Enfim, todos se mobilizavam. Mesmo com os mutirões de arrecadação, às vezes era necessário que a OAF complementasse recursos para alguns itens. Regina Manoel relata que, no processo de organização e arrecadação de recursos para a festa, o grupo de catadores decidiu repassar para um fundo o valor arrecadado em uma “saída” por semana. Uma “saída” correspondia ao trabalho de percorrer em dupla um trajeto suficiente para encher um carrinho de materiais diversos. Portanto, cada dupla repassava ao fundo o valor resultante de quatro saídas por mês. Utilizavam nas saídas para coleta, o único carrinho

¹⁴ Informação obtida por meio do depoimento de Carlos Roberto Fabrício, conhecido como Carlinhos, catador, 56 anos, em entrevista gravada em 06 jun.2007.

disponível, que era o mesmo que servia para o transporte dos materiais necessários à preparação da sopa.

Desse modo, formou-se um pequeno grupo, composto na época por oito catadores. Revezavam-se na utilização do carrinho e estocavam todo o material coletado nessas quatro saídas mensais. No fim do mês, vendiam o material coletado, doando o valor obtido para a organização da festa. Em depoimentos gravados para elaboração dessa pesquisa, eles contam que muitas vezes comentavam entre si em tom de brincadeira: “E se a gente achar ouro, vai doar para festa?”(FABRÍCIO, 2007). E apressam-se em responder: “O combinado é que, desse o que desse, era pra Missão”. Após a realização da festa, surgiu uma inquietação: “Se fizemos isso para a Missão, por que a gente não faz igual para nós?”.

Pelos depoimentos, nota-se que o grupo, antes desorganizado e desacreditado, sem as referências características da identidade do pertencimento, passa por um processo de reflexão e, paulatinamente, vai se descobrindo e se construindo com outra identidade e agindo politicamente. O jornal *Folha de S.Paulo* de 06 de abril de 1985 registrou uma manifestação dos catadores que protestavam contra a repressão carregando faixas e cartazes com dizeres como: “Catador não tem casa e nem tem pão, papel é nosso pão”, “Queremos trabalhar”, “Abaixo a repressão”.¹⁵

Já o *Diário Popular*, em matéria do jornalista Luiz Carlos Leiva, publicada na edição de 07 de setembro de 1985, fez o seguinte registro da Missão do Povo de Rua daquele ano:

Catadores de papel promovem encontro anual para denunciar a miserável vida que levam.
As cenas podem ser surrealistas, mas aqueles que passarem hoje ou amanhã nos baixos do viaduto do Glicério poderão constatá-las.
Reunidos em festa, os miseráveis, marginalizados e catadores de papel de São Paulo estão, desde quinta-feira, com uma extensa programação daquilo que eles próprios batizaram como a “7ª Missão dos Sofredores de Rua”, com tema deste ano sendo “Sem trabalho, casa e pão, não tem libertação. (LEIVA, 1985)

A matéria trazia o depoimento de Roberval Freire da Silva, explicando que a Missão dos Sofredores de Rua era realizada há sete anos, que a

¹⁵ *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 mar.1985.

manifestação era custeada pela arrecadação de fundos promovida pelo grupo e que esses recursos eram utilizados para comprar comida e para confeccionar faixas e cartazes. O objetivo da reunião era discutir os problemas e denunciá-los à sociedade em geral. Segundo o jornal, o grupo demonstrava estar bem organizado: “Escolheram um grupo para preparar as refeições e (incrível!) montaram até uma assessoria de imprensa, com crachá e tudo para recepcionar jornalistas”. Destacava, ainda, a participação de pessoas de outras cidades: Além dos “sofredores” de vários bairros de São Paulo, participavam das festividades representantes de outros Estados, como Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ceilândia, Rio de Janeiro, Niterói e até de Salvador, denotando que havia, já em meados da década de 1980, uma incipiente articulação com movimentos de outras cidades brasileiras.

A matéria continua detalhando outras informações sobre a 7^a Missão dos Sofredores de Rua: informa que a expectativa de público no domingo, último dia, era de 600 a 700 pessoas e que o ponto alto da festa seria uma passeata até a praça da Sé, retornando em seguida ao Glicério para encerrar a programação com um grande forró.

Por meio dos relatos, dos registros da imprensa e dos depoimentos que o grupo constrói, observa-se o andamento de um processo de auto-identificação e de apoderamento, por parte dos moradores de rua, de uma existência social. Eles passam a se constituir e se distinguir como sujeitos políticos e a se organizar e se reconhecer na condição de participante de um processo de lutas que visa à conquista de direitos. Nota-se que esse processo ocorre a partir da urdidura de diferentes tramas, em que se fazem presentes as dimensões do lúdico, do trabalho e da cultura, bem como a afetiva, a espiritual e também a dimensão política, que ganha corpo a partir da organização e das manifestações como forma de luta política que buscava outras maneiras de se relacionar com a cidade.

Uma importante referência para a compreensão desse processo de identificação e organização em grupos e lutas por direitos vem novamente do diálogo com trabalho de Sader, que faz algumas considerações ao refletir sobre a idéia de sujeito:

(...) a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas. (SADER, 1995, p. 55)

Do mesmo modo, entendemos que as relações estabelecidas no chamado “mundo da rua” em torno de necessidades pessoais imediatas, como a conquista do alimento diário, incidem num processo cotidiano de construção de identidade vivido por esse conjunto de trabalhadores e adquirem os contornos de luta política coletiva, remetendo-nos também às considerações feitas por Chauí, ao prefaciar o trabalho de Sader: “São novos sujeitos sociais, porque, no interior dos movimentos, indivíduos até então dispersos e privatizados reconhecem-se e definem-se mutuamente, decidem e agem em conjunto”. (SADER, 1995, p. 12)

Após a ocupação de uma casa na rua dos Estudantes, no bairro do Glicério, em 1985, o grupo de catadores passa a contar com um espaço para depositar o material coletado. A OAF entra em cena e negocia com o proprietário do imóvel, que aceita alugar o local, composto de uma antiga casa na parte da frente do terreno e um galpão nos fundos acessado por um estreito corredor lateral. A partir daí, o trabalho dos catadores assume um caráter mais sério, profissional, deixando de ser uma atividade eventual que garante somente alguns trocados para as necessidades imediatas. Segundo os relatos, uma das primeiras tarefas foi providenciar carrinhos, ou seja, havia a necessidade de que cada catador tivesse o seu próprio meio para transportar o material coletado. Em seguida, foi preciso adquirir a primeira balança e organizar o trabalho.

Em entrevista ao *Jornal Comunitário*, o catador José Amaro Teodoro, revela esse sentimento: “Nós percebemos que era muito melhor trabalhar em mutirão do que vender de pouquinhos ao depósito”.¹⁶ Essa declaração evidencia que o grupo passou a ter consciência de que entregar o material coletado ao depósito rendia menos resultados, já que este funciona como atravessador. Portanto, era mais rentável eliminar essa etapa e negociar diretamente com os atacadistas.

¹⁶ *Jornal Comunitário*, São Paulo, setembro 1993, p.12.

Como parte desse processo de organização, o grupo formado por trinta catadores cria formalmente, em 1985, a Associação de Catadores de Materiais Reaproveitáveis. A formalização de uma associação de catadores também é uma maneira de afirmar e distinguir o trabalho do catador: ao mesmo tempo em que se afirma como ator presente em toda a cidade, recusa os estigmas, o preconceito e a discriminação. Dessa maneira, a Associação de Catadores se transforma num instrumento, numa instância de representação de um grupo que busca se afirmar como categoria que se organiza politicamente para reivindicar o direito ao trabalho e, mais que isso, o direito àquele trabalho específico e o direito à cidade, compreendido aqui como o direito ao acesso e à convivência no espaço público da cidade como forma de combater a discriminação e o cotidiano de violência vivido pelo grupo.

Depois da organização da Associação, o grupo ganhou mais visibilidade e também alguns aliados. Em compensação, os adversários de sempre passaram a combatê-los com mais vigor: naquele momento, a prefeitura, que se opunha à atividade dos catadores, intensificou as acusações de que eles sujavam as ruas e as avenidas com o seu trabalho. Assim, a disputa vai se agigantando e tomando a proporção de uma verdadeira caçada. Ações violentas contra o grupo não tardam a acontecer.

O então prefeito Jânio Quadros, conhecido por seu perfil autoritário, deflagrou uma operação de expulsão dos moradores de rua e dos catadores das áreas centrais da cidade e reprimiu fortemente o grupo por meio da recém-criada Guarda Civil Metropolitana. Ocorreram espancamentos e prisões e os carrinhos foram confiscados. Tudo isso amparado num discurso carregado de preconceitos, que buscava caracterizar os catadores como vagabundos, arruaceiros, bêbados e mendigos que emporcalhavam a cidade. Assim, a prefeitura reforçava os velhos estigmas e criminalizava o grupo e sua atividade, demonstrando, mais uma vez, a conhecida incapacidade do aparato estatal de tratar dos problemas de natureza social, já que, na ausência de instrumentos como políticas públicas, adota a repressão como forma geral de lidar com esses segmentos.

O jornal *Folha de S.Paulo* noticiou, em matéria veiculada na edição de 29/3/1986, que uma procissão-protesto celebrando a Sexta-Feira Santa circulou entre o Pátio do Colégio e o largo São Francisco e que, na ocasião, os

catadores protestaram contra a ação repressiva da prefeitura gritando frases como: “Abaixo a prefeitura, queremos trabalhar”. Ainda de acordo com o jornal, o prefeito Jânio Quadros teria declarado que os catadores particulares: “Não só furtam o lixo que pertence à prefeitura como ainda espalham sujeira”. Tal afirmação estaria num dos conhecidos bilhetes usados pelo prefeito para dar ordens aos seus subordinados¹⁷, nesse caso, os então secretários municipais Fiore Vita e Welson Barbosa, de Serviços e Obras e Administrações Regionais, respectivamente.

Sobre tal orientação, o catador Alberto Alves de Souza declarava ao jornal: “Os catadores não sujam as ruas, eles limpam. Se a gente não catar papel, só mesmo pedindo esmola”.¹⁸ Na seqüência dos eventos, o jornal semanal *O São Paulo* na edição de 25 de abril a 01 de maio de 1986, publicou uma carta de protesto da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis:

Nosso trabalho é duro, enfrentamos trânsito perigoso com pesadas carroças com papelão sobre a cabeça, trabalhamos mais de 16 horas por dia e muitos de nós têm como moradia a carroça. Os coletores de lixo da prefeitura tomam os nossos papelões utilizando de violências para aumento de seu salário; os donos de depósitos roubam no peso e colocam nas ruas caminhões, concorrendo de forma desigual e o preço do papelão está congelado há mais de um ano. Entre tantos decretos contra os pobres o prefeito Jânio Quadros, quer nos impedir de trabalhar na catação de papelão, autorizando ilegalmente que seus fiscais apreenderem nossas carroças e roubarem os nossos papelões sob ameaças de prisões, multas e utilização de violências. As dificuldades e injustiças de trabalho são demais e não podemos permitir que o prefeito nos impeça de trabalhar para dar o sustento às nossas famílias. Somos crianças, velhos, mulheres e homens, sendo mais de 100 mil pessoas que sobrevivem da catação de papelão em São Paulo e se não pudermos trabalhar passaremos fome e será impossível sobreviver. Poucos sabem o grande valor do reaproveitamento do papelão catado por nós, que criam muitos empregos e torna mais barato o papel para o consumo. Pedimos colaboração para impedir esta injustiça que o prefeito Jânio Quadros através da Prefeitura está cometendo. Somos trabalhadores queremos trabalhar e viver dignamente. Sede da Associação: Rua dos Estudantes, 477 – Glicério. (*O São Paulo*, 1986)

¹⁷ Jânio Quadros ocupou a Prefeitura de São Paulo em dois períodos: de 1953 a 1954 e de 1985 a 1988. Durante o primeiro, abandonou o cargo para concorrer ao governo do Estado de São Paulo, que exerceu entre 1955 e 1959. Em 1960, foi eleito Presidente da República, num mandato de 1961 a 1966. Renunciou em 25 de agosto de 1961. Em 1985, foi eleito novamente prefeito da cidade de São Paulo. Ficou conhecido pelo uso de frases de efeito e pelo costume de dar instruções e ordens aos seus auxiliares por meio de bilhetes.

¹⁸ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1986.

É interessante observar que, naquele período, o discurso ambiental da reciclagem ainda não havia sido internalizado pelo grupo, tanto que, na carta, se utilizam apenas o argumento econômico e social de que o reaproveitamento do papelão gera emprego e torna mais barato o papel derivado da sucata.

Entre os aliados, além da Igreja Católica, outras vozes se manifestaram, como a do jornalista Lourenço Diaféria, que, numa crônica publicada no *Jornal da Tarde* de 24 de março de 1986 relatava que, no Domingo de Ramos (abertura da Semana Santa), em todas as igrejas de São Paulo, a coleta das missas seria destinada aos sofrendores de rua. Em sua crônica, Diaféria constrói toda uma argumentação em defesa dos sofrendores de rua:

[...] O sofredor de rua está continuamente à espreita de uma oportunidade para sobreviver. Seu reino também não é deste mundo. Ele é habitante do desvão, o dono do buraco no paredão do elevado, o latifundiário dos baixos dos viadutos. Perdeu o direito a quase tudo, a não ser a última das liberdades, que é de ser dono de seu próprio coração e de sua própria miséria. Alguns o chamam de lúmpen. Mas chamá-lo de lúmpen não resolve nada. O sofredor de rua não conhece a rosa-dos-ventos. Sua contestação, seu rompimento com o nosso modo de ver, não passa perto do *punk* ou de outro modismo qualquer. Na verdade, o que temos visto é que as modas passam, a cidade passa, a vida passa, e o sofredor de rua continua a nos olhar com um pouco de piedade. (DIAFÉRIA, 1986)

Em 1988, último ano da gestão Jânio Quadros, a prefeitura determinou a prisão dos catadores de sucatas, conforme reprodução a seguir de parte da matéria da jornalista Rosali Figueiredo publicada no jornal semanal *Shopping News* de 21 de fevereiro de 1988, com o título “Jânio quer comandos para deter catadores de papel”:

Assim como os ambulantes, também os catadores de papelão estão agora na mira do prefeito Jânio Quadros. Motivo: a sujeira na cidade. Mas a repressão, ao que parece, não resolverá o problema. Há quem defenda a tolerância e a adoção de pequenas medidas saneadoras. (FIGUEIREDO, 1988)

Ao longo da matéria, o jornal reproduz as falas atribuídas ao então responsável pelo Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria de Obras,

Jairo Navarro, e ao então Administrador Regional da Sé¹⁹, Hanna Gharib, que assim procuravam justificar a ação da prefeitura:

Hanna Gharib e Jairo Navarro apontam ainda como agravante o fato de que a atividade proporciona aos catadores a possibilidade de “comprarem pinga” para consumi-la nos baixos dos viadutos da cidade “sem ética nem educação”. (FIGUEIREDO, 1988)

A seguir, o jornal contrapõe as declarações de Hanna Gharib e Jairo Navarro com a opinião de Cláudio de Senna Frederico, ex-secretário de Serviços e Obras da gestão anterior (1983-1985), comandada pelo então prefeito Mário Covas:

O ex-secretário Cláudio de Senna Frederico, de Serviços e Obras durante a gestão Mário Covas, acredita que “a repressão não acabará com o problema”. Mais que isso, entretanto, Frederico sugere que a atividade é legítima e deveria ser estimulada. É inegável, ressalva, que “a operação suja e conturba a vida das pessoas”. Mas, ao mesmo tempo, observa, “reciclar lixo é uma atividade desejável e, numa sociedade pobre, não há como acabar com isso. Ninguém cata lixo porque quer. Há o problema sanitário, mas a questão da sobrevivência torna-se mais importante num país onde as pessoas não têm outros meios para obter renda. Caso todos parassem com o trabalho, de que viveriam? Existe algo alternativo?”. Para o administrador regional da Sé, o problema não seria a falta de vagas, já que, segundo ele, as indústrias e a prefeitura têm vagas disponíveis. “Na realidade, ninguém quer ganhar salário mínimo”, diz Gharib. Frederico levanta, porém, novas questões. O ex-secretário afirma, por exemplo, que a prefeitura deve estar sofrendo pressões das empreiteiras contratadas para a coleta de lixo na cidade, pois a sua remuneração é baseada no total de material recolhido. (FIGUEIREDO, 1988)²⁰

Na semana seguinte à veiculação dessa matéria, o mesmo semanário *Shopping News* trouxe um novo artigo com o título “Lixo: muita gente brigando pelos lucros”:

A realização de comandos contra catadores de papel, caminhões e depósitos de sucatas determinada no início do mês pelo prefeito

¹⁹ Administração Regional é uma divisão administrativa adotada pela Prefeitura de São Paulo. Na época, a cidade possuía 23 regionais. A Administração Regional da Sé abrangia o chamado centro velho da cidade, composto pelos sub-distritos Sé, República, Luz, Bela Vista e Cambuci.

²⁰ Administrador regional da Sé no governo de Jânio Quadros, Hanna Gharib foi eleito vereador e posteriormente deputado estadual pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), ficou conhecido como o “dono” da Regional Sé. Depois da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da máfia dos fiscais, foi acusado de chefiar um esquema de arrecadação de propinas entre os camelôs do centro da cidade, teve o mandato de deputado cassado, e seus direitos políticos foram suspensos até o ano 2011.

talvez tenha como pano de fundo uma acirrada briga de bastidores por um material nobre e rentável: o lixo. Apenas no centro da cidade, o comércio de papelão movimentava diariamente cerca de 1 milhão de cruzados, ou o equivalente, em um ano, a quase meio bilhão de cruzados.

A perseguição desencadeada no início deste mês pelo prefeito Jânio Quadros contra os catadores, caminhões de coleta e depósitos de papelão, papel branco e sucatas (através da realização de comandos integrados por três secretarias municipais para apreensão de carga e aplicação de multas) foge ao problema “da sujeira da cidade”, apontada pelo chefe do Executivo para justificar a operação. “Estão fazendo isso porque a empreiteiras que recolhem o lixo na cidade ganham por quilo e querem ganhar mais”, diz Manoel Vieira de Lima, proprietário do Depósito de Aparas Jardim Brasil Ltda., sediada na zona norte. O argumento de Manoel Vieira fundamenta-se no fato de que o papel e o papelão são considerados materiais nobres pelas próprias empresas coletoras, conforme admite Roberto Rocha, diretor de produção de uma das empreiteiras, a Enterpa.

Rocha estima que, diariamente, cerca de 500 a 600 toneladas de papelão e sucata são recolhidos pelos catadores, caminhões e depósitos, principalmente, na região central da cidade. Na mesma área, a Administração Regional Sé coleta, também diariamente, cerca de 800 toneladas de lixo. Vale dizer: a coleta “autônoma” atinge até 40% do total, um índice superior à proporção anteriormente calculada pelo ex-secretário de Serviços e Obras da administração anterior, Cláudio de Senna Frederico, segundo a qual os catadores seriam responsáveis pela captação do equivalente a 25% do total de material recolhido pelas três empreiteiras contratadas pela prefeitura. (*Shopping News*, 1988)²¹

Ao se referir a uma “acirrada briga de bastidores”, a matéria do jornal *Shopping News* tangencia a questão central: as disputas em torno do lixo. Ao escrever sobre o tema, Miziara (2001, p.175) relata que, em decorrência da diminuição dos investimentos nas grandes obras públicas de infra-estrutura a partir dos anos 1970, houve um interessante processo de migração das empreiteiras especializadas em obras públicas para o “negócio lixo”, de modo que, em alguns casos, o lixo se tornou o principal negócio de algumas empresas. Ao comentar o surgimento, em 1976, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (Abrelp), Miziara declara que: “O lixo se tornou o embrião da criação de um poderoso clube privado, no qual o ingresso não era permitido a qualquer empresa. Entretanto, caberia uma indagação: por que num determinado momento o lixo se tornou um negócio eminentemente empreitado? Não seria correto afirmar que houve um motivo específico para que as empreiteiras voltassem suas atividades para o setor de limpeza pública?”. (FIGUEIREDO, 1988)

²¹ Em 28 de fevereiro de 1988, a cotação do dólar era de \$98,01 cruzados.

A disputa crescente em torno do lixo faz parte de uma cadeia de grandes interesses na qual os contratos milionários são a parte mais visível, porém, tem sido crescente a disputa de grande empreiteiras pela posse e comercialização dos restos produzidos pela cidade, questão que será um pouco mais discutida no capítulo seguinte.

Em outro trecho, a mesma matéria do *Shopping News* trata dos aparistas, conhecidos como “morcegos”²², equipes contratadas por depósitos de aparas que circulam em caminhões, depois do entardecer, recolhendo principalmente o lixo nobre (papel branco e papelão):

Engana-se, porém, quem imagina que a comercialização do papelão, papel branco e sucata limita-se ao trabalho de verdadeiras “formigas” executado pelos catadores do centro da cidade. Eles fazem parte, na verdade, de apenas um pequeno segmento de todo um negócio que tem outras fontes bem mais rentáveis: os contratos com as grandes empresas, na maior parte estatais, como a Cesp, a Telesp, a Eletropaulo e a Caixa Econômica Federal, que abrem licitação pública pra vender materiais inutilizáveis gerados em seus escritórios; e os acordos firmados com zeladores dos edifícios comerciais para a compra dos produtos. (*Shopping News*, 1988)

A criação da Associação de Catadores de Materiais Reaproveitáveis levou o grupo de catadores a se estruturar minimamente do ponto de vista organizacional e econômico, com a casa da Rua dos Estudantes que funcionava como sede, capacidade para gerar e gerenciar um fundo destinado à construção de carrinhos e à aquisição de equipamentos, balança e prensa. Além disso, foram conquistados novos clientes e criado um sistema de comercialização estável.

De maneira informal, foi conquistado um certo *status* profissional, ou seja, houve um processo de construção dessa condição pela vivência do próprio grupo. Apenas esse fato já representou uma mudança de atitude do catador em relação ao seu trabalho e, por conseqüência, em relação a si mesmo. Sua auto-estima aumentou, pois o catador passou a trabalhar e viver do seu trabalho, começou a se sentir pertencendo a um grupo, a uma categoria profissional, e a perceber sua capacidade de organização e luta pelo direito ao trabalho ou direito a esse trabalho específico.

²² Os chamados morcegos são caminhões de depósitos de aparas que circulam pela cidade no fim do dia e início da noite para recolher o lixo considerado nobre (papel branco, papelão, alumínio, entre outros) e muitas vezes comprar aquilo que os catadores conseguiam juntar.

Assim, segundo os relatos, parcelas importantes da cidade foram sendo sensibilizadas nesse processo e começaram a olhar esses “profissionais da rua” de outro modo, com um olhar de simpatia.

1.3. A Cooperativa

*Há quem diga olé, olé!
Olé, olá!
Catador de norte a sul
E de acolá!
Nessa marcha sem parar
Caminhar é resistir,
É se unir,
É reciclar.
Ninguém segura essa gente
Que trabalha
Que grita e fala
Querendo anunciar
Que é possível a luz de um novo dia
Em que a nossa alegria
Possa se concretizar.
(Xote da Marcha do Povo, Hino dos Catadores)*

Entre os aliados, os catadores conquistaram o apoio de um técnico, o advogado Paulo de Tarso Carvalhaes, da Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacop), que prestou assessoria para que a associação de catadores se constituísse como cooperativa.

Segundo registros da OAF, o grupo, inicialmente formado por 10 catadores, cresceu e formou a Associação, chegando a contar com 200 pessoas no período de 1988 a 1989. O grau de comprometimento e envolvimento dos participantes, no entanto, variava bastante. Alguns simplesmente se beneficiavam do sistema de comercialização, porque era mais vantajoso vender o material por meio da Associação, já que os depósitos e os intermediários sempre exploravam e pagavam pouco. Essa variação no grau de envolvimento é explicada pela dificuldade que as pessoas submetidas à brutalidade das ruas demonstram para estabelecer vínculos estáveis e duradouros com qualquer tipo de organização. Isso também justifica a flutuação no número de participantes: é quase impossível se manter estável sem ter onde morar, sem saber se haverá comida para comer a cada dia, sofrendo discriminação e violência, inclusive da polícia.

Outra parte do grupo preferia focar sua atenção nas discussões sobre os problemas da categoria, enquanto um terceiro grupo de pessoas procurava avançar no processo de organização e pesquisava as melhores maneiras de se organizar, estudando como poderiam transformar a Associação numa

cooperativa. Esse grupo menor era formado por 15 catadores que se reuniam todas as semanas para discutir a possibilidade de transformar a associação em cooperativa:

As reuniões aconteciam todas as quartas-feiras de manhã, “era sagrado”. A pauta sempre tratava da organização do trabalho e havia, então, um espaço para discutir alternativas para melhorar a organização. Nesse espaço, a idéia da cooperativa foi sendo aprofundada.(MANOEL, 2007)

Assim, a capacidade de resistência permitiu que um pequeno grupo de catadores, 25 ao todo, constituísse em 1989 a Coopamare. É pertinente registrar que, de acordo com Regina Manoel, a equipe de técnicos ligada à OAF não interferia na convocação, na pauta e nem mesmo na direção das discussões. Também no cotidiano, procurava deixar o grupo livre:

O pessoal se arranjava. Eles faziam a venda, a contabilidade, o rateio. Enfim, a parte operacional era toda discutida e executada pelo grupo. O máximo que podia acontecer era eles receberem o dinheiro e nos pedir para guardar em um lugar seguro. Essa postura foi adotada como opção mesmo, eles sabiam fazer, participávamos somente nas discussões de formação do grupo e nas alternativas de trabalho.(MANOEL, 2007)

No fim da década de 1980, o País vivia um período de intensa mobilização popular. Eram comuns grandes manifestações, greves de operários e trabalhadores de setores médios, como bancários e professores.

Alguns acontecimentos importantes marcaram aquela década. Em 1982, os governadores de Estado voltaram a ser eleitos diretamente. A partir do fim de 1983, houve uma das maiores mobilizações políticas da história do Brasil, a campanha “Diretas Já” por eleições diretas para Presidente da República, que acabou sendo derrotada em votação realizada no Congresso Nacional em 25/4/1984. No início de 1985, Tancredo Neves foi eleito indiretamente como presidente, mas, submetido a uma cirurgia na véspera da posse, morreu alguns dias depois. Assim, eleito vice na mesma chapa, José Sarney tomou posse como presidente. Em novembro de 1985, foram realizadas as primeiras eleições municipais nas capitais e nas instâncias turísticas. A ditadura militar de 1964 havia extinguido as eleições para prefeito nesses municípios. São Paulo elege o candidato conservador Jânio Quadros para um mandato de três anos.

Em 1986, são realizadas eleições para governadores de Estado, senadores e deputados federais. O Congresso assume em 15/4/1987 com poderes constituintes, já que a Constituição em vigor desde 1967 havia sido imposta pela ditadura militar.

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição brasileira. Em novembro desse mesmo ano, os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), situada em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, entraram em greve e ocuparam as instalações da siderúrgica. A pedido da direção da empresa, a Justiça concedeu a reintegração de posse e o exército foi acionado para intervir, visto que tratava-se de companhia estatal. Em 9/11/1988, a fábrica foi invadida, três operários foram mortos pelos militares e mais de uma centena ficaram feridos.

Em 15/11/1988, contrariando todas as previsões e as pesquisas, a deputada estadual Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, foi eleita prefeita da cidade de São Paulo. O programa de governo da candidata era notadamente voltado para as questões sociais. Luiza Erundina mostrava íntima relação com os movimentos sociais e o próprio Partido dos Trabalhadores representava uma grande novidade no cenário político nacional. O partido havia sido fundado em 1979 como resultado de uma ampla articulação que, entre outros setores, envolvia o que era chamado na época de novo movimento sindical, os movimentos populares, intelectuais e integrantes da chamada Igreja progressista, vinculados à Teologia da Libertação.

A conjuntura política da época foi agitada ainda mais com o cruel assassinato do líder sindical e ambientalista Chico Mendes, ocorrido no município de Xapuri, no Acre, em 22/12/1988. A repercussão do caso nos âmbitos nacional e internacional foi enorme, gerando um grande sentimento de indignação e inúmeros protestos. Além disso, evidenciava a tragédia das violentas disputas fundiárias que ocorriam e continuam a ocorrer no Brasil.

Os temas e as bandeiras ambientais que vinham conquistando cada vez mais espaço a partir do fim dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 foram robustecidos pelos debates na Assembléia Nacional Constituinte e por uma ampla mobilização social que se organizava no Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Movimentos Sociais, preparatório ao Fórum Global, evento paralelo à Conferência Mundial sobre

Meio Ambiente, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92.

O cenário nacional apresentava uma forte mobilização e emergência das lutas sociais e ambientais. No plano local, havia muita expectativa em relação ao novo governo municipal que prometia amplo diálogo e sensibilidade para as demandas sociais.

A Associação de Catadores, que ainda funcionava num galpão localizado nos fundos da casa alugada pela OAF, no bairro do Glicério, enfrentava algumas dificuldades, como a inadequação do local, que não oferecia condições para o armazenamento de grande quantidades de materiais. Além disso, a casa era antiga e o acesso ao galpão era feito por um estreito corredor lateral que obrigava os catadores a longas caminhadas em infundáveis viagens, carregando pesados fardos, numa operação exaustiva, complexa e demorada que dificultava a comercialização.

Por sua vez, a OAF, instituição que desde o início apoiou o processo de organização dos catadores, avaliava que sua excessiva proximidade com o grupo poderia gerar um indesejável grau de dependência, o que, no futuro, poderia comprometer a sustentabilidade da possível cooperativa. Portanto, era desejável que um novo local fosse encontrado para a instalação do grupo.

Nesse processo, segundo as narrativas dos membros do que viria a ser a Coopamare e da OAF, ressurgia a questão da importância de desenvolver capacidades para a resolução de seus problemas e a perspectiva de formação da cooperativa fortalecia essa expectativa. Assim, foram iniciadas as articulações visando à colaboração da prefeitura para a concretização da Coopamare.

Existia a possibilidade de transferência das atividades para o bairro de Pinheiros, na região oeste da cidade, onde já havia um pequeno núcleo de catadores. O local proposto era uma área nos baixos de um viaduto da avenida Sumaré, um terreno municipal desocupado. Outra sugestão era a instalação de um núcleo da Coopamare no bairro de Vila Mariana.

No entanto, a convivência e a colaboração com a administração municipal não foram tranquilas. Houve rejeição ao trabalho dos catadores por parte de órgãos ligados à Secretaria das Administrações Regionais, conforme relata Grimberg(1995). A Administração Regional de Vila Mariana mostrou-se

extremamente incomodada com a presença de catadores no bairro. Alegava que estes produziam desordem e esparramavam os resíduos nas calçadas ao selecionar os materiais recicláveis. A Administração alegava que os catadores e o lixo espalhado desabonavam a sua imagem e de seus esforços de manter o bairro limpo. Dizia, ainda, que o fato poderia ser usado para abalar a imagem da gestão da cidade como um todo e aplicou punições como o confisco dos materiais coletados pelos catadores, os quais foram à Administração Regional de Vila Mariana para tentar uma negociação, mas não foram recebidos. A Regional requereu a presença da OAF por considerá-la um interlocutor em melhores condições para o estabelecimento de um acordo que resolvesse a situação. A OAF e os catadores não aceitaram e, por fim, os trabalhadores foram recebidos.

Percebe-se, portanto, que mesmo uma administração municipal reconhecidamente sensível aos problemas sociais tinha dificuldades em lidar com os catadores,. Setores da prefeitura, de certo modo, assumiam a mesma postura dos governos conservadores que sempre preferiram afastar os catadores.

Os relatos indicam que a relação com a Administração Regional de Pinheiros também não foi tranqüila²³. A colaboração se efetivou somente depois de muito esforço, necessitando da interferência e do apoio de funcionários municipais, como Josefina Bacarissa, então assessora do administrador regional de Pinheiros, Cid Barbosa Lima.

Além dos problemas com as Administrações Regionais, pairava sobre os grupos de catadores a ameaça dos donos de depósitos, que os intimidavam dizendo que não comprariam seus materiais se eles se integrassem à Cooperativa. Dessa maneira, havia um estado de insegurança e pressão que os deixava divididos.

A posição da prefeitura é explicada por Grimberg (1995), que argumenta ser necessário entender que a administração de Luiza Erundina sofria muitas pressões dos setores conservadores e da bancada de oposição na Câmara Municipal de São Paulo, que era maioria e usava de todos os artifícios para

²³ Pinheiros é um bairro da região oeste da cidade enquanto Vila Marina fica na região sul, ambos são conhecidos em São Paulo como bairros nobres, por possuírem uma excelente infraestrutura urbana. Sua população é majoritariamente formada por pessoas de classe média.

desqualificar o novo governo, sendo o lixo um dos alvos prediletos. Além disso, no interior do Partido dos Trabalhadores, setores importantes tinham uma visão preconceituosa em relação aos catadores, considerados um segmento incapaz de se organizar à semelhança de outros trabalhadores. Esta visão considerava os catadores como um lumpenproletariado, ou seja, um grupo social que não tinha condições estruturais de participar de um processo de transformação da sociedade.

O grupo que havia formado a Coopamare continuou procurando interlocução com a prefeitura. No segundo ano do novo governo municipal, as resistências já haviam cedido e, aos poucos, se convertiam em apoio ao projeto. A prefeita Luiza Erundina, por meio do Decreto Municipal nº 28.649, de 5/4/1990, legitimou o trabalho dos catadores e assegurou, por parte da prefeitura, o reconhecimento de *status* de categoria profissional para esses trabalhadores.

Conforme depoimento de José Amadeu Teodoro, membro da Coopamare, a mudança de visão das autoridades municipais ocorreu quando tomaram conhecimento de que muitos dos catadores eram pessoas com carteira de trabalho que foram excluídas do mercado formal e, por razões diversas, se tornaram moradores de rua. A prefeitura cedeu, então, duas áreas públicas para o funcionamento da Coopamare, uma no bairro de Pinheiros e outra na Vila Mariana.

A parceria com a administração municipal resultou ainda num convênio de cooperação, e o município passou a remunerar parte dos serviços prestados pela Coopamare. Essa remuneração representava um importante marco, pois reconhecia os catadores como um grupo que presta serviços à cidade e contribui, com o seu trabalho, para a limpeza e a economia de recursos naturais por meio da reciclagem de resíduos. Por outro lado, rompia com a tradição de identificar somente as grandes empreiteiras como habilitadas a lidar com os resíduos da cidade. A prefeitura decidiu, ainda, atender a outras reivindicações do grupo, como apoiar a realização de uma série de seminários e oficinas que visavam a qualificação dos trabalhadores da Cooperativa.

Em depoimento para esta pesquisa, a ex-prefeita Luiza Erundina afirma que, além de ser uma obrigação, o apoio da prefeitura à organização dos catadores era o mínimo que o poder público poderia fazer:

Buscar saídas e soluções e garantir o respeito a essa população, esse era o sentido de nossa ação, era o mínimo que se podia esperar de uma administração popular.

Então, nesse sentido, nós fazíamos o quê? Estimulávamos que eles se organizassem, que eles se emancipassem. E, no caso da população que catava papel, ocorreu um salto de qualidade em que o poder público tinha obrigação de assumir, ou seja, precisava oferecer condições para que eles pudessem se concentrar num espaço e pudessem ter um local onde colocar esse material para ser reciclado. Lá em Pinheiros, nós criamos aquele centro de reciclagem, com equipamentos, demos condições de trabalho e ajudamos que eles se capacitassem para gerenciar essa pequena atividade de sobrevivência. No fundo, é geração de renda e trabalho, não é geração de emprego da maneira clássica. Era uma alternativa para aquela população no estágio em que se encontrava, numa cidade que não os absorvia e continua a não os absorver, do ponto de vista do mercado de trabalho e do fornecimento de moradias.

Então, nossa iniciativa representava uma tentativa de, a partir da condição em que eles estavam, melhorar essa condição e promovê-los a uma condição um pouco melhor, com perspectivas de outros avanços no futuro. (ERUNDINA, 2007)

Para Grimberg (1995), o apoio municipal, reforçou a iniciativa de formação da Coopamare, como alternativa concreta à geração de trabalho e renda, possibilitando novos marcos de convivência e inserção entre a cidade formal e os catadores.

De acordo com os depoimentos coletados nesta pesquisa, essas medidas repercutiram de maneira positiva, melhorando as condições de trabalho e contribuindo para que os catadores começassem a ser vistos como uma categoria de trabalhadores que colaboram com a limpeza e o desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, nas palavras do Carlinhos da Coopamare, os próprios catadores “começaram a ser vistos como pessoas de valor” (FABRÍCIO, 2006). Carlinhos relata, ainda, que, em 1992, a Coopamare e a Associação de Catadores de Santos promoveram, na cidade de Santos, o 1º Encontro de Associações Populares de Profissionais de Materiais Recicláveis, com a participação de lideranças populares de cinco Estados brasileiros, que debateram questões relativas ao trabalho dos catadores e às perspectivas futuras.

A partir da experiência da Coopamare em São Paulo, outras iniciativas foram surgindo em todo o Brasil. Entre elas, destaca-se a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), de Belo

Horizonte, Minas Gerais, e a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos da Seleção e Coleta de Materiais Recicláveis (Cooselc), de Fortaleza.

Neste primeiro capítulo, procuramos mostrar o processo de construção de um novo sujeito social, que tem sua gênese na organização de trabalhadores desempregados vivendo em situação de rua. Entendemos que a administração de Luiza Erundina na cidade de São Paulo teve uma grande importância histórica e política, assim como o olhar e o tratamento que esta dispensou aos catadores de materiais recicláveis, o que contribuiu para a construção de um novo paradigma, isto é, o reconhecimento formal, pela cidade, do direito desses trabalhadores de se organizarem e disputarem seus espaços. Conforme destacamos, foi com base na experiência paulistana que as organizações de catadores em cooperativas e associações ganharam força e foi essa experiência que inspirou a replicação do modelo em diversas cidades do País.

Desse modo, encerramos o nosso primeiro capítulo com o depoimento que se segue, no qual a ex-prefeita Luiza Erundina de Souza, analisa essa experiência:

Então, é uma experiência que hoje está espalhada no País inteiro por meio de centros de reciclagem, associações de catadores de papéis, cooperativas, enfim, nesse segmento da população excluída que conseguiu um nível de organização. Portanto, hoje eles são considerados. Quando tem alguma pendência na relação com a cidade, com o poder público, não é só aqui em São Paulo, é no País inteiro, eles têm um nível de representação, de organização.

Fico muito feliz daquilo que a gente fez na época. Não fui eu, Luiza Erundina, foi toda uma equipe comprometida, engajada. Comprometida, sobretudo, com a promoção humana das pessoas e tudo aquilo que a gente fez numa escala que não era a desejada do ponto de vista do tamanho e das necessidades da cidade e do que gostaríamos de fazer, mais foi referência e continua como referência no País inteiro. Lembro-me, por exemplo, do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova), que começou de uma experiência muito modesta e se tornou referência no País inteiro a ponto de hoje ter se transformado numa política pública.

Procuramos disciplinar, regular minimamente a atividade de rua deles e dar dignidade, reconhecendo o protagonismo deles. Eles é que vivem como vítimas do desemprego. Buscam a sobrevivência, a subsistência. O que resta para eles? Não têm emprego no mercado formal e não estão suficientemente preparados para integrar um mercado de trabalho cada vez mais exigente do ponto de vista do conhecimento, da experiência, da qualificação, de condições impostas por uma economia moderna intensiva em tecnologias. Resta a eles a marginalidade, a criminalidade, ou então uma alternativa de subsistência. Era isso que queriam, uma possibilidade. É uma atividade de rua fruto da iniciativa deles, da busca de

subsistência deles. É uma alternativa de sobrevivência apontada por eles. Então, nós reconhecemos, como poder público, uma atividade, um trabalho que gerava renda, reconhecemos o *status* profissional que reivindicavam e a legitimidade da organização deles. Além disso, no diálogo com eles, estabelecemos normas.

Sofremos conseqüências enormes dos setores conservadores, que nos acusavam, e acusam até hoje, de sujar a cidade, de trazer nordestinos para serem vendedores ambulantes. Enfim, uma barbaridade daqueles que não aceitam a democracia e querem que essa população suma, desapareça, não querem ver o pobre na cidade. São incapazes de aplicar uma política pública voltada a integrar ou pelo menos garantir formas de subsistência dessa população com um mínimo de dignidade. Eles não têm compromisso com esse povo. Como não tem com a democracia, com a participação popular.

O que fez o Serra na prefeitura? Uma das primeiras coisas que ele fez através de uma ação da Secretaria de Negócios Jurídicos foi questionar a instalação dos Conselhos de Representantes que estavam lá, criados na Lei Orgânica do Município. Eles eliminaram a autonomia e o poder das Subprefeituras. E sem orçamento assegurado, sem um mínimo de autonomia, sem participação popular organizada, institucionalizada, as Subprefeituras servem para quê?

(...) esses segmentos precisam ter uma interlocução com o poder público, que é formado por cidadãos como quaisquer outros. Eles se organizaram como sujeito social de fato, que cobra, reclama, pressiona, que reivindica. E, para esse modelo de administração pretensamente moderno, essa gente não interessa. Por isso, das coisas que mais me entristece, é a gente ter perdido a interlocução com esses segmentos, sabe. Digo nós como partidos, instituições. Isso era o que havia de novo na política brasileira: a possibilidade de cidadania para toda essa gente. O que é a cidadania para eles? Claro que eles não têm acesso à cidadania plena, mas eles tinham o acesso naquilo que dependia de uma determinada instância de poder, ao respeito, à interlocução e à busca de soluções.

Eles foram se construindo. Então, diferentemente de uma política meramente compensatória que possibilita o acesso à comida, agimos no sentido de promover esses segmentos ao *status* de cidadão: possibilitar que essas pessoas, por si mesmas, com toda precariedade da vida delas, abram janelas, forjem espaços...

Outro dia vi, em Brasília, um secretário de assistência social acompanhado de um morador de rua. Este homem foi à Brasília dialogar com o governo sobre os problemas deles. Olhe que coisa bonita! Achei muito importante, muito bonito mesmo, de um valor incrível.

Ver um homem de rua hoje falando em nome do seu grupo social, que foi ao governo federal para falar em nome deles, isso é muito bonito. Acho que a gente deixou uma marca em São Paulo, assim como outras administrações petistas.

Da experiência da Coopamare, surgiu a Asmare em Belo Horizonte, no governo do Patrus Ananias, assim como outras iniciativas, como em Santos, no governo da Telma de Souza, em Porto Alegre, no governo de Olívio Dutra, e em muitas outras administrações pelo interior de São Paulo e do Brasil. Surgiram muitas experiências exitosas, não necessariamente de administrações petistas. E tudo isso inspirado na experiência dessa gente simples e pobre de São Paulo e de outras cidades. Portanto, fica a lição: não é fazer por eles, é fazer com eles. Para mim, essa é a função do poder público: fazer com eles e ajudá-los a dar o salto. (ERUNDINA, 2007)

2. As cooperativas como alternativa de organização

2.1. Reformas liberais e desemprego estrutural

Virá o tempo em que o pobre dirá que nada tem para comer e o trabalho desaparecerá. [...] Isso fará o pobre partir para esses lugares e invadir para ter comida. Isso fará o rico sair com sua arma e declarar guerra ao homem que trabalha. [...] haverá sangue nas ruas como chuva que despeja dos céus. (Profecia do avivamento da Rua Azusa, 1906)²⁴

²⁴ A Rua Azusa, em Los Angeles, Estados Unidos, é tradicionalmente considerada o local de origem do pentecostalismo surgido pelo chamado avivamento, que seria o batismo com o Espírito Santo, caracterizado pelas curas, pelas profecias, pelo uso e pela interpretação de línguas estranhas, etc. A partir do chamado avivamento, surgido em 1906 na Azusa Street e liderado por William Seymour (1870-1922), a corrente religiosa ganhou notoriedade e se transformou num movimento mundial que influenciou a cultura cristã ocidental. No Brasil, os primeiros missionários pentecostais chegaram dos Estados Unidos entre 1910 e 1911, dando origem à Congregação Cristã do Brasil e à Assembléia de Deus, nas Regiões Sul, Norte e Nordeste, respectivamente. Essa primeira fase é conhecida como pentecostalismo clássico. Em meados do século XX, chegaram outros missionários que fundaram na Região Sudeste novas denominações, como a Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, etc. Utilizavam-se do rádio, provocando grande crescimento do movimento pentecostal no País. Na década de 1970, surgiram no Brasil os chamados neopentecostais, que utilizam fartamente dos meios eletrônicos e pregam a chamada “teologia da prosperidade” em denominações religiosas como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Renascer em Cristo. Algumas das tradicionais denominações protestantes foram influenciadas pelo movimento do avivamento, dando origem a denominações como a Igreja Presbiteriana Renovada. No catolicismo, também houve

Após o desmonte da União Soviética, a queda do muro de Berlim, em 1989, e as profundas transformações em todo o leste da Europa, o pensamento neoliberal, que já vinha em ascensão no decorrer dos anos 1980 por meio do *reaganismo* e do *tatcherismo*, atinge seu momento máximo a partir da aplicação do receituário do chamado consenso de Washington, quando o *Institute for International Economics*, organização privada, convocou para aquela cidade economistas latino-americanos de perfil liberal, além de funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O encontro tinha como objetivo avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina com base no tema “Latin Americ adjustment: how much has happened?”

Conforme relata Negrão (1998, p. 41-43), coube ao economista inglês John Willianson, diretor do instituto promotor do encontro, organizar a síntese dos dez pontos tidos como consensuais entre os participantes:

1. Disciplina fiscal: o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Gastos públicos focalizados em educação, saúde e infra-estrutura;
3. Reforma tributária para ampliar a base de incidência da carga tributária, o aumento do peso nos impostos indiretos e a diminuição da progressividade dos impostos diretos;
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam a atuação das instituições financeiras internacionais em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia;

influências que deram origem ao Movimento de Renovação Carismática Católica, que, de certa maneira, se contrapôs à Teologia da Libertação.

7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
8. Privatização: venda de empresas estatais;
9. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
10. Proteção à propriedade intelectual.

Com base nessas medidas, o capital financeiro atingiu a condição hegemônica, passando a determinar outra dinâmica de acumulação capitalista. Dessa maneira, a década de 1990 inicia-se com o impacto das reformas liberais implementadas sob a hegemonia daqueles que chegaram a decretar “o fim da história”.

O embaixador Paulo Nogueira Batista define o consenso de Washington da seguinte forma:

Apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no consenso de Washington constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos. O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. Algo que a Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, pregaria para uso das demais nações, mas que ela mesma não seguiria à risca. No consenso de Washington, pregasse também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam (...). O modelo ortodoxo de *laissez-faire*, de redução do Estado à função estrita de manutenção da “lei e da ordem” (da santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção) poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo, em mercados atomizados de pequenas e médias empresas gerenciadas por seus proprietários e operando em condições de competição mais ou menos perfeita; universo em que a mão-de-obra era vista como uma mercadoria, a ser engajada e remunerada exclusivamente segundo as forças da oferta e da demanda; uma receita, portanto, há muito superada e que pouco tem a ver com os modelos modernos de livre empresa que se praticam, ainda que de formas bem diferenciadas, no Primeiro Mundo. (BATISTA, 1995, p. 18)

No Brasil, a crise estrutural do capitalismo, evidenciada, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1970, deteriorou as possibilidades e as condições de emprego no decorrer dos anos 1980, período em que se experimentou um quadro de aguda recessão econômica, agravada pelas

medidas liberalizantes do início da década de 1990. Somente a título de comparação, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, entre 1974 e 1980, a variação anual média do produto interno bruto (PIB) foi de 7%. No mesmo período, o investimento em relação ao PIB atingiu a média anual de 24%. De 1981 a 1990, a variação anual média do PIB foi de 1,7%, enquanto a média anual do investimento chegou a 17,7%. Há de se considerar que a década de 1980, também chamada de “década perdida”, contou com ajustes macroeconômicos cosméticos, como o Plano Cruzado em 1986, o Plano Bresser em 1987 e o Plano Verão em 1989, que representaram pequenos espasmos de reação da economia.

Em 15/3/1990, Fernando Collor de Mello tomou posse como o primeiro Presidente da República eleito por voto direto após o golpe de 1964. No mesmo dia, decretou um novo choque econômico: o Plano Collor, que tinha como intenção declarada acabar com a inflação. Com essa retórica, o novo plano confiscou cerca de 80% da moeda circulante no País. Além disso, introduziu uma série de reformas liberais sem precedentes na história brasileira, como as privatizações e a abertura às importações. Em outras palavras, o Plano Collor seguia o modelo acordado em Washington.

Negrão (1998, p. 41-43) lembra que as conclusões de Washington, embora tivessem caráter de recomendação, se tornaram um receituário imposto pelas agências internacionais para a concessão de créditos. Assim, os países que desejassem empréstimos do FMI deveriam submeter suas economias às novas regras. Isso como forma de garantir e “auxiliar” o processo de implantação das chamadas reformas estruturais. Dessa maneira, assim como as demais agências multilaterais e norte-americanas, o FMI intensificou a velha ingerência nos assuntos internos dos países latino-americanos, agora com um novo verniz, retoricamente chamado de “monitoramento” das reformas modernizadoras.

No plano local, o novo plano econômico sepultou o antigo modelo de industrialização protegida que caracterizou o desenvolvimento brasileiro até o fim dos anos 1980, substituindo-o pelo modelo liberal imposto pelo FMI e pelo Banco Mundial. Mais que isso, transferiu definitivamente a direção da política econômica aos tutores do FMI e do Banco Mundial. No que se refere ao combate da inflação, assim como seus antecessores, fracassou. O processo

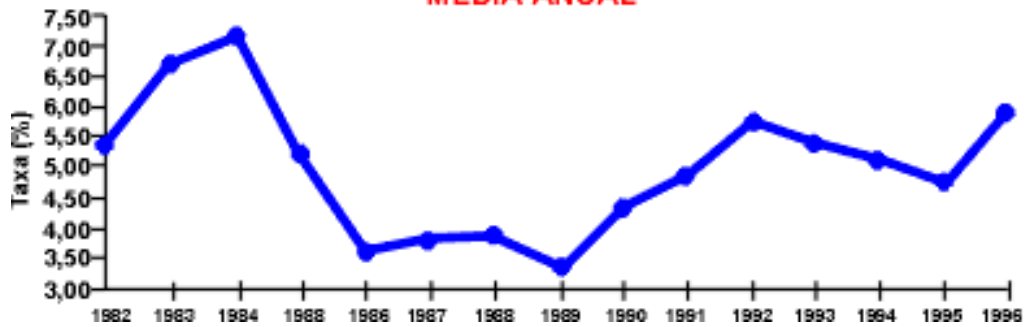
inflacionário que já vinha descontrolado evoluiu e transformou-se em hiperinflação. Medidas liberalizantes como as privatizações e a abertura às importações resultaram na menor capacidade de intervenção estatal na economia, na quebra generalizada de empresas e na desindustrialização. A abrupta introdução de novas tecnologias, por sua vez, são intensivas em capital e exigiu o emprego de reduzida quantidade de mão-de-obra com alto grau de qualificação. Enfim, os anos 1990 se iniciaram com elevada taxa de desocupação e crescimento exacerbado do trabalho informal.

Segundo o IBGE, em 1990, participavam do mercado de trabalho como ocupados ou procurando emprego 56,75% dos indivíduos com mais de 10 anos de idade (o que corresponde a 64,5 milhões de pessoas). Em 1995, o percentual passou para 61,1%, representando um contingente de 74,1 milhões de pessoas. No mesmo período, a força de trabalho cresceu 14,9%, o que significa a elevação anual média de 1,9 milhão de pessoas. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam que, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de postos de trabalho, enquanto, segundo o IBGE, as ocupações informais passaram de 39,3%, em dezembro de 1990, para 48%, em agosto de 1996.

Os gráficos 1, 2 e 3 fazem parte de um estudo de 1996 produzido pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso. Os dados são do IBGE e do MTE.²⁵

²⁵ Segundo o documento, o mercado de trabalho brasileiro, na década de 1990, passava por grandes transformações, as quais teriam origem, principalmente, na reorientação do modelo de desenvolvimento e no sucesso do plano Real, que teria resultado no aumento dos rendimentos reais dos trabalhadores além de transparência nos custos das empresas. O estudo afirma, ainda, que apesar de haver crescimento na participação de trabalhadores com os direitos reconhecidos no total de pessoas com ocupação, teria havido uma modificação na década anterior, acentuada a partir dos anos de 1990, com o crescimento de autônomos e dos empregados informais no total das pessoas ocupadas. Cita dados do IBGE segundo os quais ocorreu um salto de 39,3%, em dezembro de 1990, para 48,0%, em agosto de 1996, implicando em queda acentuada no grau de proteção dos trabalhadores. *O Mercado de trabalho e a geração de empregos..* Estudo produzido pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERCI.HTM>. Acesso em: 24 jun. 2007.

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO
TOTAL DAS SEIS ÁREAS METROPOLITANAS (RE, SA, BH, RJ, SP, POA)
MÉDIA ANUAL**

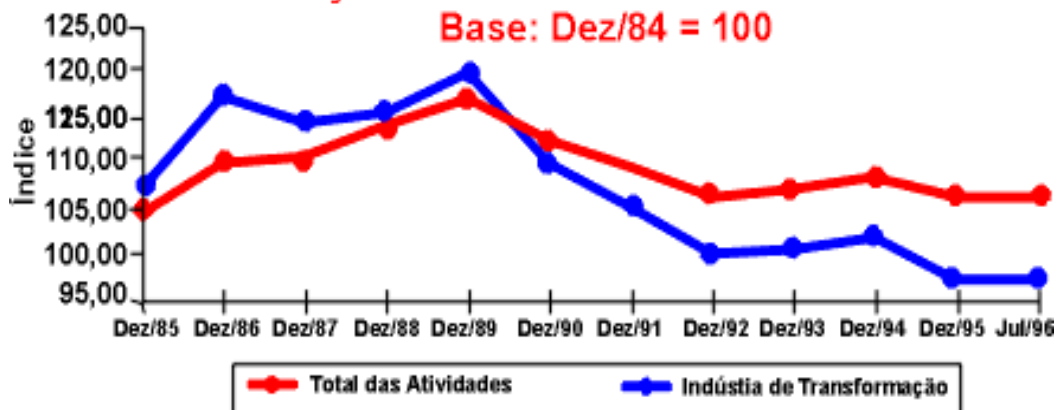


Fonte: IBGE-MTE (As siglas correspondem às seguintes regiões metropolitanas: RE;Recife, AS; Salvador, BH: Belo Horizonte; RJ: Rio de Janeiro; SP: São Paulo; POA: Porto Alegre)

**EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIZAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO
Total das Seis Áreas Metropolitanas (RE, SA, BH, RJ, SP, POA)**



**EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL - BRASIL
Base: Dez/84 = 100**



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE)

Por meio dos gráficos acima, é possível observar o crescimento do desemprego, que foi acompanhado de uma série de exigências de maior qualificação profissional, aqui entendida como o domínio de um conjunto de técnicas que passaram a ser necessárias para a inserção no novo mercado de trabalho surgido a partir das reformas liberalizantes.

Tauile e Rodrigues (2004, p. 35-43) consideram que tais reformas se apresentaram como “ameaças efetivas de desmonte da estrutura mínima de um estado de bem-estar que pudesse ser responsável pela implementação e sustentação das políticas sociais destinadas a reduzir as mazelas inerentes ao capitalismo moderno”. Para esses autores, a extinção de milhares de postos de trabalho e a redução da expectativa de emprego formal indicam a necessidade da adoção de soluções criativas, imediatas e eficazes para geração de trabalho e renda, além de estruturalmente sustentáveis ao longo do tempo, não se limitando ao combate à pobreza por medidas assistenciais meramente conjunturais.

Nesse sentido, Tauile e Rodrigues apontam como elemento novo no cenário econômico e social brasileiro o surgimento de experiências de economia solidária, sobretudo por meio da autogestão de empreendimentos em que os trabalhadores se organizam com base em princípios de igualdade e democracia. Como exemplo inaugural, os mesmos autores identificam o caso dos trabalhadores que, no início dos anos 1990, se organizaram em cooperativa para tentar salvar a empresa Makerli, fabricante de calçados sediada na cidade de Franca (SP). A partir dessa iniciativa, novas experiências foram surgindo progressivamente, dando origem, em 1994, à Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) que, em menos de uma década, já acompanhava um conjunto de cerca de 150 empresas, envolvendo mais de 30 mil trabalhadores.

Tauile e Rodrigues (2004, p. 35-43) fazem referência às teorizações sobre esse tipo de organização, citando desde os socialistas utópicos, como Owen, Fourier e Proudhon, até a experiência bem-sucedida da multinacional

Mondragón Corporación Cooperativa, com sede no País Basco.²⁶ Eles afirmam, ainda, que, a rigor, essas experiências não são propriamente uma inovação no direito societário brasileiro, mas identificam nesse fenômeno aquilo que chamam de “possíveis sinergias no âmbito concreto de novas relações de trabalho”. De acordo com os autores, os empreendimentos autogestionários são naturalmente legitimados diante da necessidade de criação ou preservação de postos de trabalho.

A organização de cooperativas de catadores de materiais recicláveis se inscreve nesse cenário de crescente desocupação no trabalho formal e de surgimento de novos arranjos como forma de organização dos trabalhadores. Chama atenção o fato de que a primeira cooperativa de catadores, a Coopamare, tenha sido criada na década de 1980 basicamente por pessoas em situação de rua, algumas até em estado de mendicância. As iniciativas mais recentes tiveram como participantes os trabalhadores recém-expulsos do mercado formal de trabalho depois da implementação das reformas liberalizantes.

Embora tenhamos abordado autores e depoimentos que consideram o surgimento das cooperativas como dado positivo, elencando argumentos como a organização, a politização e auto-gestão, há autores que discordam desse ponto de vista. Alguns desses autores classificam essas experiências cooperativistas como meras formas de precarização do trabalho, situando as diversas experiências de associação de trabalhadores no mesmo feixe das falsas cooperativas de trabalho criadas a partir da Lei nº 8.949/94, a qual possibilitou a flexibilização e a descaracterização do vínculo empregatício nas chamadas cooperativas profissionais ou de prestação de serviços e, ao negar direitos trabalhistas consagrados pela Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT), reduziram drasticamente os custos e serviram aos sistemas de terceirização ou subcontratação utilizados por várias empresas.

²⁶ A Mondragón Cooperación Cooperativa tem suas origens na organização dos trabalhadores no fim da primeira metade do século XX. Em 1956, um grupo de 24 trabalhadores criou uma empresa cooperativa para a produção de aquecedores a querosene. Segundo dados da empresa, a corporação encerrou o ano de 2006 com 83.601 mil postos de trabalho e mais de 160 empresas cooperativas norteadas pelo princípio de que suas ações devem atender igualmente aos seus trabalhadores e à comunidade. Disponível em <http://www.mcc.es>. Acesso em: 30 mar. 2007.

A nova organização dos catadores em cooperativas dá origem a uma grande polêmica. Em artigo de 2006, Medeiros e Macedo (2006, p.8) citam Birbeck (1997, p. 1173-1185), para quem “o auto-emprego não passa de ilusão, pois os catadores se auto-empregam, mas na realidade eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, ter acesso à seguridade social do mundo do trabalho”. As autoras também apresentam considerações importantes sobre a natureza do trabalho dos catadores, citando Barros, Sales e Nogueira (2002, p. 328), que vêem a catação como uma “atividade excludente pela própria natureza do tipo do trabalho”, mas consideram que:

[...] a mídia em geral, alguns estudiosos e instituições de diversos setores divulgam que a catação constitui uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores. (BARROS; SALES; NOGUEIRA, 2002, p. 328)

São controvérsias importantes, assim como é fundamental o debate em torno dos conceitos de inclusão e exclusão, que podemos considerar como macrocategorias ainda carentes de definições e muito distante de obter consenso. As autoras vão mais longe:

Mas qual a qualidade dessa inclusão? Seria o fato de estar trabalhando, não importa em que e como, a garantia de inclusão social? O fato de conseguirem garantir meios para a sua sobrevivência e a de seus familiares seria sinônimo de inclusão? Seria de fato uma inclusão ou mais uma forma de exclusão transmutada em inclusão? (BARROS; SALES; NOGUEIRA, 2002, p. 328)

A opinião dos próprios catadores é muito importante para avaliar os muitos lados da polêmica. Seus próprios relatos indicam que a sua jornada muitas vezes ultrapassa 10 horas diárias de trabalho exaustivo. Suas carroças são conduzidas por tração humana em rotas que muitas vezes superam 15 quilômetros, carregando, em média, 200 quilos de materiais reaproveitáveis por dia, o que, de fato, configura um trabalho extenuante. No entanto, os trabalhadores que estão organizados em cooperativas entregam o material

coletado para ser classificado, pesado, enfardado e, finalmente, comercializado pelas as empresas recicladoras. Já os demais, que, não fazem parte de cooperativas e são a maioria, entregam o material coletado para depósitos, que invariavelmente os exploram: roubam na pesagem, pagam preços ínfimos pelos materiais ou simplesmente trocam os resíduos por cachaça.

Conforme as experiências desenvolvidas em São Paulo (Coopamare), Belo Horizonte (Asmare) e Brasília com a Central de Cooperativas de Catadores de Matérias Recicláveis, (Centcoop-DF), a organização em empreendimentos com o viés da economia solidária apresenta-se como alternativa ao quadro de superexploração. Primeiramente, porque essa forma de organização se preocupa em familiarizar o catador com a lógica da cadeia de reciclagem, bem como incluí-lo na gestão do empreendimento de maneira democrática e igualitária, procurando eliminar as estruturas hierárquicas tão comuns nas relações de trabalho tradicionais. Em segundo lugar, porque, por meio de processos de formação e qualificação, essas organizações buscam fortalecer esses trabalhadores, que emergem como sujeitos ativos e atuantes na vida econômica, política e social.

Essas afirmações se baseiam na observação da trajetória histórica desses sujeitos que, em menos de duas décadas, se organizaram num movimento social articulado em âmbito nacional capaz de exigir dos organismos do Estado o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas aos seus interesses.

Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) realizada em 2000 por encomenda da Secretaria Municipal de Assistência Social indicou a existência de 8.704 pessoas desempregadas vivendo nas ruas da região central da cidade de São Paulo. Destas, 4.230 (48,46%) garantiam meios de sobrevivência com base na coleta e na venda de materiais recicláveis encontrados no lixo. No mesmo período, a taxa de desocupação geral registrada na cidade era de 18%. O levantamento da Fipe identificou que aproximadamente metade dos indivíduos que vivem nas ruas da cidade têm na coleta de resíduos o seu meio de subsistência. As 15 cooperativas formadas a partir do programa Coleta Seletiva Solidária – de que trataremos mais adiante –

ocupam diretamente cerca de 800 catadores, segundo dados da Fundação Unitrabalho. Estimativas do Instituto Polis, indicam que, na cidade de São Paulo, há cerca de 17 mil catadores que não estão organizados em cooperativas. Daí podemos inferir que há muitas possibilidades de expansão dessa atividade

É importante destacar que as organizações dos catadores, assim como aquelas que os apóiam, defendem a organização desses trabalhadores, a adoção de tecnologias que melhorem suas condições de trabalho e a participação ativa nas políticas de limpeza urbana.

Outro importante aspecto a ser considerado é que as associações e cooperativas alinhadas à economia solidária distinguem-se em tudo do sistema cooperativo representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que, grosso modo, reúne as grandes cooperativas, sobretudo as de produtores, com ênfase no agronegócio, saúde complementar, crédito e consumo.

Não por acaso, há uma grande intranquilidade e intensa disputa em torno do Projeto de Lei nº 171/1999, de autoria do senador Osmar Dias (PDT/PR) que tramita no Senado Federal. Pelo projeto, todo o cooperativismo nacional passaria a ser representado pela OCB e suas representações estaduais, as OCEs. Prevê, ainda, que previamente ao registro de uma cooperativa na Junta Comercial, será necessário submeter os atos constitutivos ao órgão estadual de representação do sistema cooperativista, ou seja as OCEs.

Para Rodrigues, Mauad e Martins (2006, p. 43), a OCB é uma entidade privada com interesses e doutrina própria que, possivelmente, tentaria impor sua maneira de atuar no momento que passasse a fazer o registro prévio. Os autores apontam para o perigo de se criar um “monopólio de representação e monitoramento das cooperativas pela OCB e OCE’s”. Eles listam uma série de argumentos para alegar a inconstitucionalidade do projeto e afirmam:

A opção que alguns empreendimentos da ECOSOL [Economia Solidária] fizeram pela modalidade de cooperativa deve-se até mesmo à origem deste instituto, no Século XIX, quando operários resolveram constituir as primeiras sociedades na Inglaterra, França e

Alemanha. É certo que, desde então, o cooperativismo cresceu muito e avançou para outros setores mais bem estruturados financeiramente, mas não se pode perder de vista que é algo criado para atender às amplas camadas de trabalhadores pobres e marginalizados, que se unem a fim de gerar negócios que possam garantir trabalho e renda aos seus integrantes. (RODRIGUES; MAUAD; MARTINS, 2006, p. 43)

Nesse sentido, os empreendimentos de economia solidária que tomaram força a partir dos anos de 1990 - as cooperativas de catadores de materiais recicláveis incluídas - colocam-se como um fenômeno que, para além do estrito campo das experiências econômicas e solidárias, faz emergir sujeitos históricos que procuram se diferenciar e se autoproduzir e autogestionar a partir de processos subjetivos e objetivos individuais e sociais pelos quais criam e vivenciam uma outra cultura de trabalho.

O modelo da OCB que foi regulamentado pela Lei 5.5764/1971, entre outros problemas, impõe sérias restrições à autonomia dos associados, conforme Magalhães:

A ditadura getulista formulou as primeiras leis de regulamentação do cooperativismo no Brasil e a ditadura militar, na década de 70²⁷, definiu a estrutura atual do sistema cooperativista. A legislação brasileira impôs uma rígida estrutura, com grandes limites ao desenvolvimento do cooperativismo. Estabeleceu uma estrutura centralizada e controlada pelo Estado através do monopólio da OCB. (MAGALHÃES, 2007)

O desenho do cooperativismo representado pelo sistema OCB privilegiou a produção de grandes volumes visando a comercialização em larga escala. O modelo não estimulou qualquer processo de organização dos produtores individuais que ficam subordinados às grandes cooperativas, as quais possuem uma gestão empresarial focada no crescimento da própria cooperativa, em detrimento da melhoria das condições econômicas e sociais de seus associados. Além do que, a gestão é realizada por técnicos e os critérios são o custo benefício. O autor afirma ainda:

²⁷ a lei que regulamenta até hoje o cooperativismo brasileiro é a lei 5.764 de 1971.

As grandes cooperativas passaram a exercer um monopólio sobre a comercialização dos produtores familiares e um controle sobre a venda de insumos, passando a determinar as suas condições de produção.

(...) a OCB é representada no Congresso Nacional pela mesma base parlamentar que representa o empresariado rural e o latifúndio. A bancada ruralista é a que vem com grande força defendendo a manutenção do sistema cooperativista tradicional com unicidade de representação. Em contrapartida, o cooperativismo popular e a agricultura familiar movimentam-se em apoio a projetos, principalmente o do Senador Suplicy que propõe para o cooperativismo o princípio da livre associação, já garantido pela Constituição Brasileira. (MAGALHÃES, 2007)

São notáveis as diferenças ideológicas entre o modelo de cooperativismo representado pela OCB e as iniciativas de economia solidária. No centro da disputa está a questão da autogestão dos empreendimentos e das práticas comerciais que cada um dos modelos adota.

2.2. Disputas em torno do “lixo”

O Brasil é o lixo que consome ou tem nele o maná da criação?(Celso Viáfara e Vicente Barreto, *A cara do Brasil*)²⁸

Como relatado no capítulo anterior, o governo de Luiza Erundina apoiou a organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativa, quando surgiu a Coopamare. Seu governo atendeu também a uma antiga reivindicação dos catadores: o reconhecimento oficial desse trabalho, publicando no *Diário Oficial do Município*, em 6/4/1990, o Decreto nº 28.649:

Art. 1º, parágrafo 2º – A coleta a que se refere este Decreto poderá ser realizada por associações legalmente constituídas sem fins lucrativos. E em caráter precário, por pessoa física civilmente capaz, indicada por entidade social credenciada junto à Secretaria do Bem-Estar Social, desde que não configure relação de emprego.

Art. 2º – Para as atividades previstas neste Decreto, a prefeitura poderá permitir, em conformidade com a legislação pertinente, o uso de áreas municipais, em caráter precário. (*Diário Oficial do Município*, 06/04/1990,)

Na esfera legal, esse decreto proporcionou um mínimo de legitimidade ao trabalho dos catadores ao regularizar o uso da área municipal ocupada pela Coopamare nos baixos do viaduto Paulo VI, no bairro de Pinheiros.

Em 28/1/1991, a prefeita Luiza Erundina promulgou a Lei nº 10.954, proposta apresentada em 1989 pelo então vereador Adriano Diogo. A nova lei propugnava a separação, na origem, dos resíduos residenciais e industriais em dois grandes grupos (orgânicos e inorgânicos), exigindo, no parágrafo 2º do artigo 1º, “que no período de um ano toda a cidade passasse a contar com a

²⁸ Celso Viáfara e Vicente Barreto, trecho da música “*A cara do Brasil*”, interpretada por Ney Matogrosso no álbum *Vivo*, Polygram, 2000.

coleta seletiva: “As zonas de coleta não enquadradas neste artigo terão prazo de um ano, a partir da vigência desta lei, para implantar o processo de coleta seletiva”. Segundo Domingues Júnior (2003, p. 68), nessa época, a Coopamare apresentava um expressivo crescimento em razão de alguns fatores, como regras internas flexíveis, preços favoráveis e o apoio (às vezes contraditório) do poder público local. Em 1992, a Coopamare contava com 52 sócios-proprietários, que participavam ativamente das reuniões e das assembleias, e também com um grupo de sócios cooperados, formado por catadores que apenas vendiam para a cooperativa o material recolhido.

Nesse período, o Centro de Triagem de Pinheiros recebia o equivalente a 0,5% dos cerca de 13 mil toneladas de resíduos produzidos por dia na cidade, ou seja, era encaminhada para reciclagem uma média diária de 8 toneladas de resíduos²⁹, sendo 50% de papel, 7% de plástico, 13% de vidro, 10% de metais e 20% de não-recicláveis. A maior parte desses materiais era entregue pela população nos chamados postos de entrega voluntária, que possuíam contêineres coloridos (vermelho, verde, azul e amarelo) destinados a receber vidro, papel, plástico e metais, respectivamente. Uma pequena parte tinha origem na coleta domiciliar feita por caminhões da administração municipal especificamente destinados ao programa de coleta seletiva.

Veremos, a seguir, que as iniciativas do governo de Luiza Erundina não foram suficientes para assegurar a continuidade do programa de coleta seletiva, que era uma novidade na cidade de São Paulo, assim como não garantiram a continuidade do apoio da prefeitura aos catadores.

Em 1992, a cidade de São Paulo elegeu Paulo Maluf como prefeito. Na campanha eleitoral, o então candidato havia prometido ampliar a coleta seletiva. Nos primeiros meses da nova gestão municipal, no entanto, começaram a surgir denúncias de desativação da coleta seletiva. Segundo o *Jornal da Tarde* de 11/5/1993, a prefeitura justificava argumentado que o custo

²⁹ *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1994.

era muito elevado (cerca 417 dólares por tonelada de material recolhido) para uma arrecadação de aproximadamente 50 dólares por tonelada de recicláveis vendidos. Pelo sistema tradicional, o custo por tonelada de lixo recolhido era de 25 dólares. Segundo Viveiros e Jacobi, após anunciar que pretendia acabar com a coleta seletiva, o prefeito Maluf recuou diante da repercussão da notícia, prometendo que, com o apoio da iniciativa privada, seriam instalados 400 novos postos de entrega voluntária, a custo zero para o município. Além disso, a Central de Triagem onde eram separados os materiais passaria a ser operada por meio de um contrato de terceirização, e “anunciou que uma ‘coleta seletiva monstro’ entraria em operação provavelmente nos dois anos seguintes. O que, como a história mostrou, não ocorreu” (VIVEIROS; JACOBI, 2006, p. 36).

Em 25 de dezembro de 1993, o jornal *Folha da Tarde* publicava uma pequena nota afirmando que a prefeitura conseguia reciclar apenas 5% de todo o material recolhido na coleta seletiva, enquanto, entre os catadores da cidade, o aproveitamento era de 25%. Assim, não tardou a vir à tona o destino que a prefeitura estava dando ao material separado pela população e recolhido para reciclagem: em 29 de março de 2004, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria do jornalista Daniel Castro, que flagrou caminhões que transportavam o material reciclável para o aterro Bandeirantes, localizado na região norte da cidade, onde eram misturados e enterrados como lixo comum.

Em 9 de junho de 1994, o *Jornal da Tarde* publicou uma nova matéria afirmando que, com a mesma estrutura, a prefeitura coletava pouco mais da metade que a administração anterior. Agora, a média mensal havia baixado de 250 para 170 toneladas. Com isso, o custo médio da tonelada coletada subiria para 320 dólares. Curiosamente, uma matéria do mesmo *Jornal da Tarde* de 11/5/1993, portanto, um ano antes, afirmava que o custo para a prefeitura coletar uma tonelada de recicláveis era de 417 dólares. Na mesma matéria, o jornal informava que, com 53 catadores cooperados, a Coopamare coletava mensalmente 200 toneladas a um custo de 50 dólares por tonelada.³⁰

³⁰ *Jornal da Tarde*, São Paulo, 09 jun. 1994

Na gestão Maluf, por meio da recém-criada Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a prefeitura apresentou um plano que previa a instalação de centrais chamadas de macrorreciclagem. Os resíduos seriam encaminhados para essas centrais, onde seriam submetidos a um processo de separação e triagem de acordo com a demanda e o preço que poderiam alcançar no mercado. O material orgânico seria encaminhado para compostagem. Os rejeitos da compostagem, os materiais não enviados à reciclagem e outras sobras seriam destinados à incineração, gerando energia termoelétrica. De acordo com Jacobi e Viveiros (2006), o plano era implantar três grandes unidades de macrorreciclagem, cada uma com o seu incinerador e capacidade de receber 2.500 toneladas de resíduos por dia, a um custo de 100 milhões de reais para cada usina. Uma usina seria implantada no aterro desativado do bairro de Santo Amaro, outra no Jardim São Francisco, na zona leste, e, por último, uma usina no Parque Anhanguera, na zona oeste da cidade. Duas dessas usinas chegaram a ser licitadas, mas nunca foram instaladas, pois houve grande resistência das populações próximas a esses locais e de organizações ambientalistas, que, com razão, alegavam não desejar soluções que implicassem a instalação de incineradores com aumento de poluição e riscos à saúde.

Os mesmos autores registram, ainda, que tanto a administração de Maluf como a de seu sucessor, Celso Pitta, foram marcadas por escândalos e denúncias de corrupção, com grande destaque para os problemas da coleta de lixo na cidade.

No período de 1993 a 1994, época em que o programa de coleta seletiva do município estava sendo desativado pelo novo prefeito, começaram também as pressões para que a Coopamare fosse desalojada. O jornal *Gazeta de Pinheiros* de 9/5/1993, na seção “Balcão de respostas”, publicou uma pequena nota dando conta de que:

A Administração Regional de Pinheiros avisava a Florêncio Borges, Vera Lúcia e Ibrahim Roberto Ribeiro Abujamra que estava aguardando o envio de documentação por parte da Secretaria de Abastecimento e Saúde para efetuar a reintegração de posse das áreas ocupadas pela Escola de Samba Tom Maior e cooperativa da Associação dos Catadores de Papel, que, segundo os moradores,

promovem distúrbios, como som alto e sujeira. (*Gazeta de Pinheiros*, 1993)

Em 24 de setembro de 1993, a *Folha de S. Paulo* noticiava: “Prefeitura quer tirar catadores de viaduto. Cooperativa recolhe papel em Pinheiros desde 1991”³¹. A notícia se referia à Coopamare e informava que a prefeitura estava desalojando a Cooperativa, que reunia oitenta catadores e, desde 1991, funcionava na rua João Moura, nos baixos do viaduto Paulo VI, no bairro de Pinheiros. Segundo a matéria, o então administrador regional de Pinheiros, Roland Shalders, teria dito que a Cooperativa não atendia às normas de segurança necessárias para permanecer no local e que o material recolhido pelos catadores era de fácil combustão. Além disso, a Secretaria de Vias Públicas e o Departamento do Patrimônio Municipal haviam emitido pareceres contrários à continuidade da cessão do local para a Cooperativa.

O jornal ouviu também José Teodoro, presidente da Coopamare na época, que teria negado que o local fosse inseguro:

O material recolhido pelos catadores é rapidamente vendido, não ficando armazenado no interior do viaduto. Ainda segundo o presidente, a Cooperativa não armazena lixo orgânico, o que evita que o local tenha cheiro ruim ou fique sujo. (*Folha de S. Paulo*, 1994)

De acordo com a mesma fonte, o material recolhido pelos catadores era vendido para empresas que trabalhavam com reciclagem e, do lucro obtido com a venda, 90% ficava com os catadores e 10% era usado pela Cooperativa para cuidar da manutenção do local.

Diante da ameaça de desalojamento da Coopamare, surgiram diversas reações. A vereadora Aldaíza Sposati enviou um ofício à Administração Regional de Pinheiros solicitando a revisão da decisão e afirmando que “os homens públicos não têm direito de agravar ainda mais a precariedade das

³¹ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1994.

condições de vida da população”.³² Moradores organizaram abaixo-assinados e um deles, com 48 assinaturas, afirmava que, por entender que a atividade desenvolvida pelos catadores era um bem à região e à cidade, apoiava a permanência destes nos baixos do viaduto. Todas essas informações foram registradas nos arquivos da Cooperativa.

Diversas organizações da sociedade civil, empresas e personalidades também se manifestaram, entre elas, o Compromisso Empresarial pela Reciclagem (Cempre), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Cáritas Diocesana, a Pastoral do Povo de Rua, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida e o Ministério do Meio Ambiente, além de sindicatos de trabalhadores como químicos, bancários e engenheiros, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Colégio Santa Cruz, o padre Júlio Lancelotti, dom Paulo Evaristo Arns e diversos vereadores e deputados. Dessa maneira, criou-se uma forte pressão contra a decisão da prefeitura.

É importante registrar que a decisão da prefeitura de desalojar a Coopamare estava amparada numa queixa contra a administração municipal, protocolada em 23/9/1992 no Fórum da Fazenda Pública e Acidentes de Trabalho de São Paulo pelo advogado Hélio Ulpiano de Oliveira, que representava um grupo de moradores do prédio localizado na rua João Moura, 1.373. A peça apresentada pelo advogado ao Fórum da Fazenda Pública relata que os baixos do viaduto Paulo VI vinham sendo utilizados para ensaios das escolas de samba Tom Maior e Pérola Negra e que o som produzido incomodava a vizinhança, motivando, desde 1989, diversas tentativas de acordo por meio de reuniões promovidas entre as partes pela Administração Regional de Pinheiros. As atas desses encontros foram anexadas à petição, mas em nenhuma há menção à Coopamare. Porém, em determinado momento da exposição de motivos dos requerentes, os catadores são incluídos:

[...] Por outro lado, a ocupação dos baixos pelos catadores de papéis, associados ou em cooperativa, desvirtuou-se com o assédio de vadios que se instalaram nas áreas destinadas a feirantes pela

³² In: *Arquivos da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE)*.

Secretaria Municipal de Abastecimento (Semab), transformando o local em perigoso mocambo. (*Arquivo Coopamare*, 1992)³³

A petição, cuja cópia localizamos no processo de pesquisa nos arquivos da Coopamare, informava a Fazenda Pública de São Paulo que a prefeitura havia instalado no local um entreposto de venda de frutas e legumes, denominado de “sacolão”³⁴ e que este deveria permanecer, pois representava o efetivo atendimento aos anseios de todos os moradores. Em seguida, o documento requer a notificação para que a prefeitura:

[...] pratique todos os atos necessários à plena integração do sacolão como fator de benefício à comunidade local:

- a) impedindo por atos próprios o mau uso do local;
- b) proceda à higienificação dos baixos do viaduto, tornado a área condizente ao uso próprio de distribuição de bens de consumo público; e ainda, para que não mais permita qualquer uso das áreas localizadas nos baixos do viaduto Paulo VI, por atividades que possam causar danos ou prejuízos à tranqüilidade pública ou à propriedade e aos interesses e direitos individuais ou coletivos, como assim acontecia quanto às antigas permissões à Escola de Samba Tom Maior e às associações de catadores de lixo, por prática de atividades não adequadas ou condizentes ao local. (*Arquivo Coopamare*, 1992)

As disputas travadas em torno dos restos produzidos pela cidade trazem dados importantes para a compreensão desse processo, pois esses resíduos, nas últimas décadas, como revela Miziara, se transformaram num grande negócio para as empreiteiras:

O lixo passou a ser não somente lixo, pois devia servir como matéria-prima reaproveitável, alimento de grandes negócios. Os megacaminhões irão circular em várias regiões da cidade, recolhendo os dejetos, tirando-os cada vez mais das mãos da população e, mais especificamente, eclipsando os “antigos carroceiros”. É importante ressaltar que as empreiteiras é que pavimentam a cidade das rodas, de modo que o lixo se apresenta como prato apetitoso para ser engolido pelos gigantes sobre rodas. (MIZIARA, 2001, p. 194)

³³ ARQUIVOS DA COOPERATIVA DE CATADORES AUTÔNOMOS DE PAPEL, PAPELÃO, APARAS E MATERIAIS REAPROVEITÁVEIS (COPAMARE). Petição ao Fórum da Fazenda Pública de São Paulo, 23 set.1992, protocolo nº 415.433. Tribunal de Justiça.

³⁴ Sacolão: modalidade de entreposto criado na administração de Luiza Erundina que possibilitava a compra de produtos hortifrutigranjeiros a preços menores que os praticados no mercado.

Não por acaso, esse é um campo que passou a ser dominado por um conjunto formado por um pequeno número de grandes empresas, que, conforme revelam Viveiros e Jacobi (2006), freqüentemente estão envolvidas em denúncias e megaescândalos de corrupção, favorecimento e doações milionárias a campanhas eleitorais.

Enquanto, em São Paulo, a organização de catadores em cooperativa passava por uma fase difícil, outras iniciativas inspiradas na pioneira experiência paulista avançavam, como em Belo Horizonte, onde os catadores organizados em cooperativas foram formalmente admitidos na coleta seletiva da cidade e, ao longo dos anos, construíram uma forte articulação com diversos parceiros públicos e privados, possibilitando o crescimento da cooperativa e o envolvimento de um número expressivo de catadores, além da replicação da experiência em cidades da região metropolitana da capital mineira e, recentemente, da construção de uma central de cooperativas que reúne as chamadas cooperativas singulares.

Dados divulgados em meados de 2005 pela Fundação Banco do Brasil indicam que a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável, em Belo Horizonte, contava, naquele ano, com 350 associados, beneficiando diretamente mais de 1.500 pessoas por meio do processamento de 450 toneladas de materiais recicláveis por mês. A cooperativa criou ainda outras atividades, como o Reciclo, um espaço multiuso (mistura de oficina de arte, bar e casa de *shows*) que oferecia uma programação cultural variada (com *shows* e exposições) e recebia aproximadamente 800 pessoas por dia. Recentemente, foi inaugurado o Reciclo 2, uma espécie de cafeteria moderna, com uma loja de produtos da cooperativa. Ainda em 2005, com o apoio de instituições como a Fundação Banco do Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Brasilprev, a Petrobrás e a Prefeitura de Belo Horizonte, foram investidos 4 milhões de reais para a instalação de uma fábrica de reciclagem de plásticos, com o nome de Unidade Industrial Rede de Economia Solidária. A fábrica pertence aos catadores organizados na Asmare e em cooperativas de cidades como Pará de Minas, Contagem, Betim, Itaúna, Brumadinho e Nova Lima, todas na região metropolitana de Belo Horizonte. A conquista de uma

unidade industrial é muito importante, pois as cooperativas deixam de ser apenas uma unidade de coleta e separação de materiais, passando elas mesmas a industrializar e a agregar valor aos produtos, gerando mais oportunidade de trabalho e aumentando expressivamente a renda dos cooperados.

Em São Paulo, como aponta Domingues Júnior (2003), apesar dos entraves inclusive com ameaças de desalojamento, a Cooperativa cresceu e, em 1995, reunia oitenta catadores, que freqüentavam o local assiduamente. Conforme Francisca Stella Fagá³⁵, uma simples comparação dos resultados da Coopamare pode ser reveladora do quanto esse tipo de empreendimento necessita do amparo de políticas públicas específicas. Até 1992, a cooperativa paulista contava com o apoio da administração municipal e processava em média 120 toneladas de materiais recicláveis por mês. De acordo com Domingues (2003), no período imediatamente posterior, quando as administrações de Paulo Maluf e Celso Pitta retiraram o apoio da prefeitura, o volume de materiais processados caiu substantivamente, registrando 64,6 toneladas em maio de 1998.

Conforme relatamos, a transferência da Coopamare do bairro do Glicério para o bairro de Pinheiros se inseria numa estratégia de autonomia da Cooperativa em relação à OAF, que conforme relata seus dirigentes, desde o início da experiência, procurava evitar o estabelecimento de uma relação de dominação. Assim, a autonomia exigia dos catadores a internalização da autoridade, do controle e do poder sobre as decisões e os rumos do empreendimento. Possivelmente devido a dificuldades em relação a essa necessidade de autonomia, os problemas e as contradições se avolumaram, provocando uma série de mudanças, que foram empreendidas pela OAF a partir de 1996.

As mudanças na forma de funcionamento da Coopamare, empreendidas a partir de 1996, tinham relação com os pedidos de alguns moradores do entorno para que a prefeitura retirasse a Cooperativa dos baixos do viaduto Paulo VI.

³⁵ FAGÁ, Francisca Stella. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 11 nov. 1993.

Além disso, representavam uma drástica redução do número de catadores cooperados. O mesmo autor relata, ainda, que Maria, na época assistente social contratada pela OAF para acompanhar o grupo, em suas visitas semanais à Coopamare, se deparava com um quadro que ela resume como a “reprodução da realidade da rua dentro da cooperativa”, ou seja, encontrava muitos conflitos, catadores alcoolizados e brigando, gente que entrava e saía e não se sabia quem era, além de casos de objetos roubados que acabavam indo parar nas dependências da Cooperativa. Enfim, um cenário que comprometia as reuniões semanais, pois não havia condições de se reunir ou discutir com pessoas alcoolizadas. Assim, a OAF avaliou que não estava ajudando aquelas pessoas a se recuperarem das mazelas da rua. Mesmo com a Cooperativa servindo como meio de trabalho e geração de renda, a realidade da rua estava sendo reproduzida no seu interior. Daí, a necessidade das mudanças, que coincidiram com uma fase de declínio nos preços pagos pelos materiais coletados e a exigência de um grande esforço de todo o grupo para resistir às pressões pelo desalojamento do local.

No entanto, para Domingues (2003), a principal mudança foi a criação de novas regras para o trabalho na Cooperativa, como por exemplo, a restrição ao consumo de álcool e a proibição de que catadores alcoolizados tivessem acesso às suas dependências, procurando eliminar brigas e desavenças. Os pagamentos passaram a ser feitos uma vez por semana para evitar que o dinheiro fosse todo consumido em bebidas e exigiu-se dos catadores um encontro semanal com uma assistente social. As tarefas internas foram distribuídas de maneira que alguns tinham a responsabilidade de limpar e organizar as caçambas que recebiam materiais como vidros e metais, enquanto outros deveriam conservar e, em esquema de revezamento semanal, outro grupo deveria manter limpos os banheiros ou organizar o terreno.

Os depoimentos dos catadores indicam que, após as mudanças, a Cooperativa ficou mais forte e organizada e voltou a crescer, proporcionando um alto grau de mobilização, coesão e comprometimento dos catadores com o projeto. Ao mesmo tempo, os catadores passaram a exercer maior protagonismo, cabendo à OAF o papel de apoio ao grupo.

Novamente, apontamos o que consideramos o ponto mais importante dessas experiências: o processo de construção de um novo sujeito que conquista espaços numa disputa em território até muito recentemente exclusivo das grandes empreiteiras, dos gestores públicos e dos especialistas com sua peculiar linguagem tecnicista, que, de acordo com Chauí, seriam:

[...] a figura do especialista competente, isto é, daquele que é supostamente portador de um saber que os demais não possuem e lhes dá o direito de poder e mandar, comandar impor suas idéias e valores e dirigir as consciências e as ações dos demais.

[...] o especialista tem um poder de intimidação social, porque aparece como aquele que possui o conhecimento verdadeiro, enquanto os demais são ignorantes e incompetentes. Do ponto de vista da democracia, essa situação exige o trabalho incessante dos movimentos sociais e populares para afirmar sua competência social e política, reivindicar e defender direitos que assegurem sua validade como cidadãos e como seres humanos, que não podem ser invalidados pela ideologia da competência tecno-científica. (CHAUÍ, 2006,)³⁶

Quanto ao surgimento desse novo sujeito, podemos estabelecer um paralelo com o processo de construção da classe operária inglesa, descrito por Thompson, que nota que esta “não surgiu tal como o Sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”, ou seja, não se constituiu como sujeito social da noite para o dia, mas em um processo no qual estavam presentes as ações humanas e as condicionalidades históricas (THOMPSON,1987). Assim, o “fazer-se como sujeito” muitas vezes está relacionado a acontecimentos aparentemente díspares e dissociados entre si. De acordo com esse autor, a classe “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de interesses entre si”. Essas experiências seriam determinadas, majoritariamente, pelas relações de produção e o pertencimento a determinada classe estaria vinculado ao papel social exercido pelo indivíduo numa organização social ou ao modo como ele foi levado a exercer aquele papel.

³⁶ Em entrevista concedida em 30 de julho de 2007 ao jornalista Paulo Henrique Amorim, Marilena Chauí reafirmou esses aspectos, destacando que vivemos na “sociedade do conhecimento”, onde a ciência e a técnica se tornaram forças produtivas do capital. Assim, a posse do conhecimento ou de informações determina a quantidade e a extensão do poder. Disponível em: <<http://conversa-afiada.ig.com.br>> . Acesso em: 12 ago. 2007.

No caso dos catadores de materiais recicláveis de São Paulo, entendemos que ocorre um *fazer-se* como categoria de trabalhadores, sujeitos sociais constituídos por meio de relações humanas em que o simbólico e os elementos subjetivos e objetivos foram identificados, construídos e reconstruídos com base nas experiências vividas cotidianamente por esses trabalhadores. Primeiro, nas ruas, de maneira isolada, ou quase totalmente individual. Depois, nos grupos que foram se formando para refletir sobre essas experiências e, nesse processo de reflexão, construir um novo sentido para as suas relação com a cidade.

Paradoxalmente, o processo de organização desses trabalhadores ocorre a partir dos amontoados de descartes e de toda sorte de coisas que, num estágio anterior, tinham sido valoradas como mercadorias, e sido expostas ao consumo dos habitantes da cidade. Mercadorias que, após serem comercializadas e se realizarem como capital, são rejeitadas pelos habitantes da metrópole, transformando-se naquilo que historicamente nossa cultura designou como “lixo”. Coisa sem utilidade ou valor, suja, mal cheirosa, perigosa, infectante que, após coletada e separada, é ressignificada e, novamente valorizada. Assim, “lixo” adquire importância e valor de troca, passando, portanto, à condição de mercadoria.

2.3. Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

*Eu disse que avisava
e todos são sabedores
lhes trago mais uma história
de homens trabalhadores
vou falar neste cordel
da luta dos Catadores*

*Primeiro eu vou falar
me acompanhe caro leitor
do trabalho e do esforço
e demonstrar o valor
desses homens e mulheres
que se chamam catador*

*Trabalham de sol a sol
ao pino do meio dia
sem ter lanche, sem ter nada
e pouquíssima quantia
eles quase não tem força
quase não tem alegria*

*E muitos outros problemas
que estão noutros setores
enfrentados com coragem
com amor e sem temores
estas são algumas lutas
dos chamados catadores*

(Marcos Bandeira, *A Luta dos Catadores de Lixo do Jangurussu*)³⁷

Em 1998, uma pesquisa feita pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) revelou a existência de cerca de 45 mil crianças e adolescentes brasileiros vivendo no lixo e do lixo. Desses, 30% estavam fora da escola. Informações do próprio Unicef indicam que a presença de trabalho infantil na coleta de lixo já havia sido identificada, sendo, desde 1994, objeto de iniciativas do Fundo, que implementou cinco projetos e experiências inovadoras em municípios das Regiões Norte e Nordeste do País. Em junho de 1998, o

³⁷ BANDEIRA, Marcos, trecho do Cordel “*A Luta dos Catadores de Lixo do Jangurussu*”, Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Jangurussu e Associação Comunitária D. Aluisio Lorscheider. O trecho do Cordel, em epígrafe, refere-se à luta dos catadores de Jangurussu, bairro popular de Fortaleza, que possuía um grande lixão. Na década de 1980, os catadores que viviam no lixo e do lixo de Fortaleza também se organizaram em cooperativas. Atualmente têm participação destacada no Fórum Nacional Lixo e Cidadania.

órgão das Nações Unidas promoveu um seminário em Brasília para debater e apontar possíveis alternativas que eliminassem a freqüente presença de crianças e adolescentes nos lixões espalhados pelo Brasil.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e do próprio Unicef, a partir desse encontro, foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, com sede no próprio Unicef. Entre seus objetivos, constavam:

- erradicar a dramática situação do trabalho de crianças e adolescentes no lixo, encaminhando todos eles para a escola;
- inserir social e economicamente os catadores, apoiando e fortalecendo o seu trabalho em programas de coleta seletiva, reutilização e reciclagem de lixo;
- mudar radicalmente a forma adotada para a destinação de lixo no Brasil, erradicando os lixões, recuperando as áreas degradadas e implantando aterros sanitários.

Com base nesses objetivos, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania definiu os seguintes pontos como estratégias principais:

- a articulação das ações das instituições no âmbito nacional para o cumprimento dos objetivos definidos;
- o incentivo à criação de fóruns estaduais e municipais para trabalhar em rede, buscando a implementação de soluções articuladas, integradas e complementares;
- o envolvimento do Ministério Público, buscando vincular legalmente o comprometimento das prefeituras municipais à solução dos problemas do lixo;
- a articulação com agentes financiadores, visando racionalizar os investimentos feitos nessa área.

As instituições envolvidas assumiram de forma articulada um conjunto de ações, em que se destacavam:

- a pesquisa e o levantamento de dados sobre os serviços de limpeza urbana no Brasil;
- a comunicação e a divulgação do programa em municípios, organizações não-governamentais, governos e na sociedade em geral;
- uma campanha para inserir as crianças na escola, fornecendo simultaneamente uma bolsa-escola como forma de substituir a renda que elas possibilitavam para suas famílias;
- a pesquisa e o incentivo a novas fontes de financiamento para o setor de coleta de resíduos e para a disseminação das informações.

Um ano após esse encontro, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania lançou a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, que mobilizou veículos de imprensa de todo o país e atingiu enorme repercussão. Em seguida, foi enviado para os mais de 5.500 prefeitos brasileiros um convite com um termo de compromisso para que aderissem ao programa proposto por esse fórum e um questionário que procurava apurar a situação dos resíduos em cada localidade. Cerca de 30% dos questionários, ou seja, 1.679 deles, foram respondidos.

O seminário de 1998 optou pela instalação de fóruns estaduais e municipais para atuar no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas que erradicassem o trabalho infantil nos lixões e eliminassem os próprios lixões. Em 24 Estados, foram constituídos esses fóruns e muitos municípios organizaram os Fóruns Locais Lixo e Cidadania. Segundo Grimberg (2007, p.40), esses fóruns representaram um importante avanço para o debate dos problemas decorrentes do trabalho nos lixões, particularmente do trabalho infantil. Por meio desses fóruns, também se disseminaram pelo país idéias e

noções relativas à participação e à incorporação de diversos setores da sociedade nos sistemas de limpeza e destinação, com base na recuperação e na reciclagem de resíduos com a participação dos catadores.

Ao todo, cerca de 56 organizações começaram a atuar em conjunto na construção de estratégias para enfrentar os problemas abordados no encontro de Brasília. Participaram dessa reunião entidades técnicas, órgãos de diferentes esferas do governo e organizações não-governamentais:

Pode-se dizer que esta iniciativa do Unicef, em co-promoção com inúmeros atores da sociedade e de governos, deu início ao processo de construção de um novo paradigma de gestão de resíduos pautado na participação social e na inclusão dos catadores em sistemas públicos de recuperação e reciclagem de resíduos. (GRIMBERG, 2007, p. 40)

Em meados de 1989, realizou-se, em Brasília, o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, considerado o marco fundamental da futura formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), ocorrida durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado nos dias 4, 5 e 6/6/2001, novamente em Brasília, com a presença de 1.600 catadores congressistas, representando 17 Estados de todas as regiões do Brasil.³⁸ Nesse congresso, foi lançada a Carta de Brasília, com uma série de propostas dos catadores para os órgãos governamentais. No dia 7, foi realizada a Marcha Nacional da População de Rua. De acordo com Grimberg (2007, p.16), o 1º Congresso e a Marcha Nacional foi um grande acontecimento político por expressar o potencial de organização desse segmento social.

Pelas propostas e pelos objetivos elencados, chama atenção o fato de um mesmo movimento social ter conseguido inserir numa única pauta um conjunto tão expressivo de reivindicações e interesses, abrangendo áreas como

³⁸ Carta de Brasília. Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

trabalho, renda, preservação ambiental, educação, habitação, saúde e a promoção de direitos.

Em São Paulo, o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo surgiu a partir de uma articulação de diversas instituições³⁹ para o encontro “Lixo e Cidadania: Compartilhando a Gestão do Lixo de São Paulo”, que ocorreu nos dias 27 e 28/6/2000, reunindo cerca de sessenta organizações, além técnicos ligados a diversos órgãos públicos. Seu surgimento está ligado às iniciativas do Unicef citadas anteriormente, sobretudo a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, que motivaram o envolvimento do município de São Bernardo do Campo, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em parceria com o Instituto Pólis, a prefeitura de São Bernardo articulou um conjunto de ações no lixão Alvarenga, localizado na divisa do município com Diadema, às margens da represa Billings, numa área de preservação de mananciais. O lixão Alvarenga é um dos maiores lixões da América Latina, possuindo uma área de 40 hectares de lixo a céu aberto, onde, no ano 2000, estavam instaladas 92 famílias com 176 crianças e adolescentes.⁴⁰ É importante salientar que, naquele momento, a referência mais forte de organização de catadores era da Coopamare, fato destacado pela própria coordenadora do Instituto Pólis ao lembrar que, na época, existiam iniciativas de organização dos catadores na cidade, mas sem articulação entre si.

Grimberg (2007, p.29) afirma que a experiência de São Bernardo do Campo foi fundamental para a decisão do Instituto Pólis de propor e se envolver no desafio da criação de uma rede capaz de atuar coletivamente pela adoção de políticas públicas apropriadas à integração de milhares de catadores de rua, tanto dos que trabalhavam individualmente quanto dos que já o faziam de forma organizada.

³⁹ Organizadores: Instituto Pólis e Fundação Friedrich Ebert, participantes: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Coopamare, OAF, Cempre, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema), Organização Água Viva, entre outras.

⁴⁰ OSAVA, Mário. *Adeus ao lixo*. Disponível em: <www.tierramerica.net/2002/0728/pacentos.shtml> . Acesso em: 30 mai. 2007.

O encontro formulou um conjunto de propostas que foram reunidas na “Plataforma Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo”⁴¹, que destacava os seguintes objetivos:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil no lixo;
- reaproveitar os resíduos sólidos urbanos com a participação dos catadores na coleta, na triagem e na comercialização;
- reduzir a geração dos resíduos sólidos urbanos;
- segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras.

Chama a atenção o terceiro item, que se refere à redução dos resíduos sólidos urbanos, pois implica a revisão dos padrões de consumo e a reutilização de materiais (por meio do uso de embalagens retornáveis, por exemplo). Já o quarto item exige uma ação direta dos geradores na separação dos resíduos. A redução dos resíduos se mostra em aberta contradição com os conceitos propalados pela sociedade capitalista, como a necessidade de atualização tecnológica de todo e qualquer bem e o conceito de qualidade total, que, conforme Antunes⁴², se torna a “negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais qualidade as mercadorias apresentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter” (ANTUNES, 1999, p. 51).

Para esse autor, os traços determinantes são exatamente o desperdício e a destrutividade. Assim, a idéia de qualidade total seria falaciosa, pois o capital, tendo a necessidade de cada vez mais aumentar a produção dos valores de troca, caminha em direção à diminuição da vida útil dos produtos, engendrando, portanto, a obsolescência precoce destes. Nesse sentido, o proclamado:

⁴¹ Ver anexos

⁴² No quarto capítulo de seu livro *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*, Ricardo Antunes afirma que, como o sistema produtivo capitalista possui uma tendência intrínseca ao expansionismo, a qualidade total deve ser compatível com a lógica da produção destrutiva. Assim, em seu sentido geral, o modo de produção capitalista torna-se inimigo da durabilidade dos produtos, devendo desencorajar e até mesmo inviabilizar práticas produtivas orientadas para a durabilidade. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999; p.50-51)

[...] desenvolvimento dos processos de qualidade total converte-se na expressão fenomênica involucral, aparente e supérflua de um mecanismo produtivo que tem como um dos seus pilares mais importantes a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias como condição para a reprodução ampliada do capital e seus objetivos expansionistas. (ANTUNES, 1999, p. 51)

Em outras palavras, o avanço exacerbado da chamada “taxa de utilização decrescente das mercadorias” (MÉSZÁROS, 2002, p. 637) seria responsável, em primeiro lugar, pela ampliação do descarte de produtos ainda utilizáveis e, em segundo lugar, pelo notável acréscimo das embalagens, que são esmeradamente desenvolvidas como parte da estratégia de venda dos fabricantes. Além de ter seu custo embutido no valor final da mercadoria, a embalagem resulta em coisa totalmente dispensável ou até mesmo inútil, algo que será renunciado pelo comprador imediatamente após a aquisição da mercadoria. Logo, o discurso capitalista em favor da sustentabilidade não passa de mera retórica, uma espécie de combinação de maliciosas estratégias marqueteiras com o mais genuíno cinismo. Assim, esse palavrório é desautorizado, desmentido, não legitimado pela lógica do capitalismo, baseada na exacerbação do consumo como uma espécie de moto-perpétuo de sua reprodução.

No Brasil, é notável o crescimento do acesso ao consumo de bens eletrônicos, por exemplo. Artefatos que até recentemente não estavam acessíveis para grande parte da população foram celeremente popularizados. Quem não se lembra que, há menos de duas décadas, houve a onda de consumo de aparelhos de videocassete, seguidos pelos discos compactos (CDs), logo substituídos pelos DVDs e, mais recentemente, pelos chamados MP3. Quem, entre 30 e 40 anos de idade, não se lembra dos computadores e seus disquetes? E, no setor de telefonia, a aquisição de telefones celulares cresceu exponencialmente nos últimos anos.⁴³ Esses produtos são sempre acompanhados de campanhas dos fabricantes de telefone e das operadoras desses serviços, que usam de todos os artifícios da propaganda para convencer os usuários a trocar seus aparelhos antes que estes se tornem obsoletos ou inservíveis. Apresentam como fetiche equipamentos mais

⁴³ Dados da Agência Nacional de Telecomunicações indicam que, em 2002, havia 20,3 celulares para cada grupo de 100 mil habitantes, número que passou para 26,2 em 2003, 36,6 em 2004 e 46,6 em 2005, chegando a 53,2 em 2006. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>> . Acesso em: 04 out. 2007

modernos e com uma infinidade de funções que, na prática, se mostram inutilizáveis. Entretanto, conforme Mészáros (2002), alimentam o processo conhecido como “efemerização ou obsolescência precoce e programada”. O fenômeno de substituição frenética é atribuído pelas corporações ao elevado ritmo do avanço tecnológico, mas, segundo Mészáros (2002), tem como finalidade manter uma demanda constante.

Parece-nos fundamental destacar que essas e outras contradições estão presentes nesse processo de formação de novos sujeitos sociais que se apresentaram após o grande rearranjo do mundo capitalista ocorrido nas últimas três décadas. Pelos depoimentos e no convívio cotidiano com esses sujeitos, notamos a preocupação latente de que, num mundo onde todas as coisas são rapidamente descartáveis, os valores e os princípios também passem a ser. Talvez resida exatamente nessa preocupação o sentido para o surgimento desses novos sujeitos.

Em 2000, foram realizadas eleições municipais em todo o Brasil para a escolha de prefeitos e vereadores. Em agosto daquele ano, o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo promoveu um ato público para divulgar e comprometer os candidatos a prefeito com sua plataforma. Oito candidatos compareceram. Entre eles, os mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais, que assinaram um compromisso para a implementação das propostas do Fórum caso fossem eleitos. Em outubro do mesmo ano, a candidata petista Marta Suplicy foi eleita prefeita da cidade de São Paulo.

De acordo com Grimberg (2007), em fevereiro de 2001, a prefeitura propôs um debate sobre as propostas de coleta seletiva para a capital e tomou a iniciativa de convidar, além de representantes do governo local, os quatro fóruns que haviam se constituído na cidade: o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, o Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, o Fórum Recicla São Paulo e o Comitê Metropolitano de Catadores. Em março do mesmo ano, a prefeitura promoveu uma audiência pública de instauração do processo licitatório, visando à contratação de serviços de limpeza para a cidade. Conforme a ata dessa audiência pública, o programa apresentado contemplava a coleta seletiva e ressaltava que esta havia sido esquecida no município ao longo dos anos. A proposta estabelecia para um primeiro

momento a meta de reciclagem em 1%, pois, naquele período, do total de resíduos produzidos pela cidade, somente 0,03% eram reciclados.

A prefeitura apresentou como proposta a implantação de um programa piloto de coleta seletiva que seria iniciado pelos bairros de Pinheiros, Lapa e Butantã, nos moldes do que havia sido o programa de coleta seletiva na gestão Luiza Erundina. Pelas informações divulgadas no encontro, com essa proposta, catorze organizações de catadores seriam beneficiadas.

Segundo dados do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, naquele período, entre cooperativas, associações e grupos organizados, havia setenta organizações ativas na cidade. Os representantes dos fóruns, que participavam da audiência pública, reivindicavam investimentos em instalações físicas e capacitação, além do reconhecimento e da valorização de todo o conjunto dos catadores. Defendiam também campanhas de esclarecimento da população e a implantação, pela municipalidade, de condições e instalações para descarte.

Um dos grandes pontos de discórdia entre a prefeitura e os catadores era que, pela proposta apresentada, a coleta seletiva ficaria a cargo das empresas contratadas pelo município, conforme a experiência da gestão petista anterior. Os representantes dos fóruns queriam que, antes da contratação de qualquer empreiteira, fosse definido o papel das organizações de catadores e das próprias empresas no novo modelo de coleta.

Como noticiou o jornal *Folha de S.Paulo* de 27 de março de 2001, os representantes do Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb) foram incisivamente pressionados pelas empreiteiras na audiência pública. As empresas colocaram em dúvida os valores previstos pela prefeitura para a coleta seletiva. Em tom de provocação, alardeavam abertamente que os custos dos serviços seriam muito altos caso fossem operados por associações de catadores, procurando desqualificar as organizações de catadores e até zombando da capacidade destas, além de questionar a eficácia dos serviços que seriam prestados por estes. Pelas notícias e pelos depoimentos, nota-se que a disputa em torno do lixo estava plenamente instaurada. É comum que esses confrontos fiquem camuflados e que os reais interesses sejam travestidos de uma linguagem tecnicista, própria da burocracia estatal, habitualmente apoiada na chamada “eficácia” da tecnologia e da gestão

privada. Da mesma forma, percebe-se que as empreiteiras têm interesse no rico lixo de uma das maiores metrópoles do planeta, pois, ao longo dos anos, esses restos vêm ganhando valor, mostrando-se um negócio com boa taxa de lucro. Contudo, esse interesse poderia ser comparado a um mero *couvert* precedendo o prato principal, isto é, os milionários contratos para os serviços de limpeza pública da cidade:

É interessante relatar que, na ocasião da audiência, as empresas e associações que as representavam praticamente desafiaram as lideranças sociais presentes a comprovarem sua eficiência, indagando de forma agressiva “qual a quantidade de materiais desviadas pelos catadores dos aterros para a reciclagem” e “qual o custo da coleta seletiva”. [...] os empresários afirmavam que os projetos sociais existentes eram ineficazes, que a coleta seletiva era uma operação cara e propunham que os materiais recuperáveis ficassem sob a responsabilidade dos produtores. (GRIMBERG, 2007, p. 33)

A audiência pública resultou no compromisso da prefeitura em convocar uma nova audiência especificamente pra tratar da coleta seletiva, o que, para o fórum de catadores e movimentos sociais da cidade, representou uma dupla conquista, pois abriu espaço para aprofundar o debate entre a sociedade e o governo, tornando publicamente conhecida a existência de um movimento organizado que pretendia intervir com suas proposições para desenhar um novo modelo de gestão participativa e comprometida com as questões socioambientais. Calame lembra que:

Tradicionalmente, os poderes públicos [...] costumam situar-se acima da sociedade, apesar de serem expressão dela mesma. A idéia de um diálogo em pé de igualdade, sem que a administração imponha sua linguagem, suas categorias mentais, suas restrições, seus procedimentos e seus ritmos, continua sendo pouco compartilhada, principalmente quando se trata do diálogo com as categorias mais pobres da sociedade, mais afastadas do poder e de seus códigos. (CALAME, 2004, p.27)

De acordo com Grimberg (2007, p. 61), o Fórum Lixo e Cidadania avaliou esse resultado como vitória, quando, nas semanas seguintes, a prefeitura publicou um edital de licitação para limpeza urbana que não incluía a coleta seletiva. Para o Fórum, estava aberta a possibilidade para a introdução de um novo modelo de coleta seletiva com a participação das associações e das cooperativas de catadores, descartando a prestação desse serviço pelas

empreiteiras. Um dos argumentos da prefeitura para a não-inclusão dos catadores nos serviços de coleta da cidade eram os entraves jurídicos. Em abril de 2001, um grupo de lideranças sociais vinculadas à rede de organizações reapresentou, em audiência com a prefeita Marta Suplicy, a proposta da Plataforma Lixo e Cidadania, assinada por ela no ano anterior, prevendo a implantação de um programa de coleta seletiva em que os catadores eram agentes centrais do processo. Diante do compromisso assumido em campanha e das impossibilidades jurídicas, criou-se um grupo de trabalho intersecretarial, envolvendo dez secretarias municipais e os representantes da rede de fóruns, que também buscavam colaborar mobilizando técnicos e juristas.

Conforme os registros consultados e os depoimentos das pessoas que participaram desse processo, as organizações que atuavam no Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo procuravam explorar as poucas brechas que surgiam na tentativa de viabilizar a sua plataforma. As empreiteiras forçavam para que suas posições fossem vitoriosas, ou seja, cada um dos atores vocalizava os interesses de seus grupos sociais, que muitas vezes repercutiam na Câmara Municipal e na imprensa. O modelo proposto pelos catadores por meio de suas organizações representadas pelo Fórum preconizava a integração dos catadores como profissionais do sistema de gestão de resíduos, eliminando a caracterização, muito comum, de um projeto apenas social. Em outras palavras, por meio de suas cooperativas e associações, os catadores reivindicavam a participação na disputa pelo rico material descartado como lixo na maior cidade do Brasil com base num processo de capilaridade a partir de núcleos formados por pequenos grupos de catadores, que, por sua vez, estariam vinculados a uma associação ou cooperativa instalada em um galpão com infra-estrutura para a triagem dos materiais, a prensagem, o beneficiamento primário, o armazenamento e a comercialização, como mostra a figura 1.

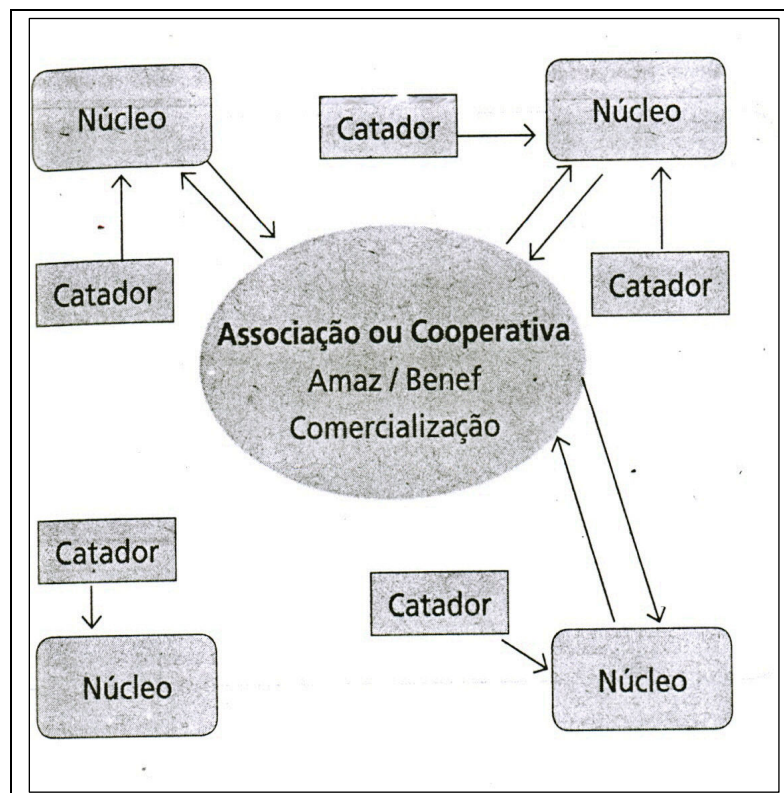


Figura 1. Representação gráfica do modelo de coleta seletiva proposto pelo Fórum Lixo e Cidadania

Conforme a representação da figura 1, caberia ao núcleo o trabalho de integração do catador avulso. Cada núcleo encaminharia os materiais coletados para a cooperativa, a quem caberia algum tipo de beneficiamento, armazenamento e comercialização. Esse processo obteria escala, o que, de um lado, exigiria menor investimento do poder público e, de outro, proporcionaria melhores preços de venda dos materiais, que seriam comercializados preferencialmente com a indústria, eliminando da cadeia a figura dos aparistas e dos depósitos que exploram os catadores pagando preços muito baixos pelo material que estes coletem, ou pior, roubado na pesagem.

Na tentativa de construir argumentos sólidos favoráveis à viabilidade de um modelo híbrido (operado pela prefeitura e composto por empreiteiras para o sistema convencional de coleta e por cooperativas de catadores para a coleta seletiva), em junho de 2001, o Fórum Lixo e Cidadania realizou um evento sobre cooperativismo, autogestão e economia solidária que envolveu, entre

outras organizações, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT e a Anteag, representada pelo professor Paul Singer⁴⁴.

Segundo Grimberg (2007), havia um permanente esforço do Fórum para conferir um conteúdo teórico e metodológico aos seus argumentos com vistas ao esclarecimento e o convencimento do poder municipal sobre a importância da proposta. Nesse sentido, todas as oportunidades de pressão eram utilizadas e o Fórum dialogava com a Câmara Municipal, com a imprensa, com organizações da sociedade civil e com as mais diversas secretarias municipais, mantendo uma mobilização contínua. O diálogo permanente passou por momentos de grande tensão, como no 1º Encontro de Educação Socioambiental, quando a prefeitura já havia esboçado as linhas principais do Programa de Coleta Seletiva Solidária. Desse encontro, ocorrido em 4 e 5/12/2002 com o apoio da Caixa Econômica Federal e da Fundação Friedrich Ebert, participaram mais de 74 organizações ligadas à educação, cultura, meio ambiente, economia solidária, gestão de resíduos, entre outras.

Na época secretária executiva do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Elizabeth Grimberg afirma que o grupo de instituições que se articulava naquele fórum e na rede de organizações que assinaram a Plataforma Lixo e Cidadania assumiram como um desafio a transformação da cultura política da gestão de resíduos da cidade, tornando-a participativa. Mais que isso, esse desafio consistia em reduzir a produção de resíduos e, para isso, contavam com a educação ambiental da população, prevendo fortes ações de educação ambiental com base no princípio dos chamados “três Rs” (redução, reutilização e reciclagem) e em medidas de estímulo para que a população separasse seus resíduos e os encaminhasse para os pontos de coleta ou os entregasse aos catadores.

Após quase dois anos de negociações com a prefeitura, um arranjo jurídico permitiu a celebração de convênios com as cooperativas de catadores e a priorização destas para o recolhimento, a triagem e a comercialização dos materiais recicláveis. A proposta da prefeitura estava contida no Projeto de Lei nº 685/2002 enviado à Câmara Municipal que, depois de promulgado, se transformou na Lei nº 13.478/2002, que teve a seguinte descrição:

⁴⁴ Paul Israel Singer é um dos mais importantes economistas do Brasil, possui uma vasta obra sobre economia com destaque para a vertente designada economia solidária.

Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o poder público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD), a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS) e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana (Fislurb); cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana (FMLU) e dá outras providências. (*Lei Municipal*, nº 13.478/2002)

A Lei ficou conhecida somente pela instituição da taxa de resíduos, ou “taxa do lixo”, gerando um debate poucas vezes visto na cidade de São Paulo e os opositores da prefeita não tardaram a apelidá-la de “Martaxa”, explorando politicamente a criação desse tributo e desgastando a imagem da prefeita.

Miziara relata que, no início do século passado, pela primeira vez, a população passou a pagar imposto destinado à retirada do lixo de suas casas:

Em relatório enviado à Câmara em 1906, o prefeito Antônio Prado sublinha que prorrogou o contrato com a empresa de limpeza pública e, para tanto, criou a “taxa sanitária”, destinada a compensar o ônus do novo contrato. [...] Outrora recolhido pelos escravos e detentos, começou a ser coletado por funcionários, e a população passou “pagar” por esse serviço. (MIZIARA, 2001, p. 83)

A autora afirma, ainda, que também naquela época a cobrança desse imposto não foi bem-aceita, tendo sido efetivada somente em 1911. O imposto teria sido adotado para auxiliar no pagamento da empresa responsável pela limpeza, que, no entanto, parecia não cumprir o contrato satisfatoriamente:

Merece bem as atenções do Sr. Prefeito municipal o desleixo com que a empresa de Limpeza pública está procedendo em algumas ruas da cidade. Há as que passam dias e dias sem ver vassoura de tal empresa, e o que é mais, os moradores dessas ruas que collocam de manhã o lixo nas portas, para ser removido pelas carroças de limpeza tem que recolher à tarde pra dentro da casa, visto que a carroça não apareceu por alli. Uma dessas ruas é a Humaytá. O caso merecerá ou não que a prefeitura chame a ordem a empresa de limpeza pública? (DIÁRIO POPULAR, *apud* MIZIARA, 2001, p. 84)

Ao menos no que se refere à cobrança de um tributo pelo serviço de coleta de resíduos, a Lei Municipal nº 13.478/2002 não representava propriamente uma inovação, primeiro porque a cidade já havia usado esse expediente para financiar a limpeza urbana e segundo porque inúmeros municípios brasileiros possuem taxas semelhantes do ponto de vista tributário.

Um dado interessante era a forma de cobrança: o munícipe receberia um comunicado informando o valor que o Limpurb havia determinado para aquele domicílio. Ao contribuinte caberia apontar, na guia de recolhimento, se concordava ou não com aquele valor. Caso discordasse, deveria preencher o valor que considerava adequado e fazer o pagamento. Havia uma tabela de valores onde cada valor correspondia à determinada quantidade de resíduos gerados.

Ao aprovar o Projeto nº 685/2002 a Câmara Municipal fez alterações que isentaram da nova taxa os moradores de favelas e os residentes em imóveis cujo valor venal fosse inferior a 25 mil reais.⁴⁵ A prefeitura previa uma arrecadação de 300 milhões de reais anuais, que seriam exclusivamente destinados a um fundo que financiaria a limpeza urbana. Essas expectativas não se confirmaram e, pelos dados do Limpurb, mesmo com a instituição da nova taxa, a limpeza urbana continuou necessitando de outros recursos do orçamento municipal.

Como efeito colateral do novo tributo, ocorreu um significativo crescimento no volume de materiais encaminhados para a reciclagem, pois habitantes da cidade, temendo ter que pagar mais pela quantidade de lixo de suas residências, passaram a separar seus resíduos e a encaminhar a parte reciclável para os postos de coleta. Segundo Grimberg (2007), a prefeitura preferiu instituir primeiro uma lei e, por meio dela, estabelecer uma política municipal de resíduos sólidos. Portanto, o oposto das expectativas dos movimentos e das organizações sociais envolvidos no debate do Fórum Lixo e Cidadania, que foram surpreendidos quando tomaram conhecimento do Projeto de Lei nº 685/2002.

O Projeto promovia profundas alterações no sistema vigente de contratação de empresas de limpeza pública, feita a cada quatro anos. Pelo novo regime, seria adotado o sistema de concessão dos serviços a serem explorados por vinte anos, prorrogáveis por igual período. Permitia-se a atuação das cooperativas e das associações de catadores, fazendo referências à necessidade de implantação de um programa abrangente e regular de coleta

⁴⁵ Somente a título de comparação, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, em 30dez. 2002, 1 dólar equivalia a 3,53 reais.

seletiva, mas não havia previsões claras de incentivo ao trabalho das associações e das cooperativas.

Havia críticas quanto à gestão do fundo que seria criado com a nova lei. O Fórum propunha a instituição de um conselho gestor com a participação da sociedade civil organizada e de órgãos oficiais. A proposta enviada à Câmara pela prefeitura previa um conselho consultivo indicado pelo secretário de Serviços e Obras:

A leitura do Fórum Lixo e Cidadania foi que estava sendo privatizada a execução dos serviços, e as cobranças de taxas reverteriam basicamente para o pagamento das concessionárias e não para estruturar um amplo sistema de recuperação de resíduos sólidos com inclusão de catadores. (GRIMBERG, 2007, p. 54)

De acordo com a Lei n 13.478, as associações e as cooperativas participariam do sistema como permissionárias. Para estas organizações, a condição de permissionária as coloca num estado de permanente insegurança, como veremos no capítulo seguinte.

O plano da administração municipal era instalar centrais de triagem distribuídas nas várias regiões da cidade, atingindo pelo menos uma central em cada uma das 31 subprefeituras. Essas centrais seriam operadas por cooperativas por meio de convênios com a prefeitura e esta cederia galpões, computadores, balanças, prensas, empilhadeiras e caminhões, além de equipamentos de segurança, como óculos, luvas, botas e uniformes. As cooperativas ficariam responsáveis pelo pagamento das despesas com administração, contabilidade, água, energia e telefone, além da manutenção do local e dos equipamentos. O município também ofereceria um programa de qualificação para os cooperados, abrangendo temas como cooperativismo, economia solidária e técnicas de gestão. Os resultados obtidos com a comercialização dos materiais recicláveis seriam da própria cooperativa, cabendo a ela o rateio entre os seus associados. Semanalmente, um caminhão de cor verde fazia a coleta de porta em porta, seguindo um percurso predeterminado na região onde estava instalada a cooperativa. Os moradores dos bairros atendidos seriam informados da data e da coleta. A prefeitura previa ainda a instalação de 8 mil postos de entrega voluntária, onde a população poderia colocar materiais recicláveis para serem posteriormente

coletados pelas cooperativas. As estimativas do município eram de que cada central processaria 50 toneladas mensais de materiais recicláveis, contribuindo para aliviar a pressão sobre os aterros sanitários.

Até o fim de 2004, foram instaladas 15 centrais de triagem que, segundo dados de Limpurb, entre os meses de janeiro e outubro daquele ano, processaram 1.123 toneladas mensais de resíduos. Nesse mesmo período, o programa atendia pouco menos de um terço da população e somava aproximadamente 700 catadores associados às cooperativas.

No próximo capítulo, abordaremos a montagem e funcionamento dessas 15 centrais de triagem, que funcionam no sistema de cooperativas.

3.0 - As Centrais de triagem do programa Coleta Seletiva

Solidária

São Paulo inaugura 1ª central seletiva de lixo

A cidade recebeu, nesta terça-feira, após sete meses de atraso, sua primeira central de coleta seletiva, no Tatuapé, zona leste. Apesar de ser descrito como prioritário pela administração, o projeto sofreu atrasos por falta de recursos. Inaugurada pela prefeita Marta Suplicy (PT) e pelos secretários de Serviços e Obras, Osvaldo Misso, e de Meio Ambiente, Adriano Diogo, a Central Tietê tem capacidade para reciclar 400 toneladas de lixo por mês e deverá contar com 150 catadores reunidos em uma cooperativa. "Esse programa é de importância fundamental para a cidade porque, além de dar outra destinação ao lixo, diminuindo o material que é mandado para os aterros sanitários, vamos incluir socialmente os catadores", afirmou a prefeita.

Trabalhando sozinho na rua, um catador ganha, em média, R\$ 300 por mês, ao vender o produto para atravessadores, que repassarão o material a empresas de reciclagem. A proposta com a cooperativa - que venderá os resíduos diretamente aos recicladores - é que o rendimento de cada cooperado chegue a R\$ 600 por mês, de acordo com informações da coordenadora do projeto de coleta solidária da Prefeitura, Maria Inês Bertão.

"Parte da população ainda vê o catador como marginal ou maltrapilho. Com a central, vamos mudar essa imagem e passar a ser vistos como profissionais", disse o presidente da cooperativa, Daniel Basílio da Silva, de 23 anos. Os cooperados pretendem instalar no local oficinas de reciclagem e uma loja de produtos reciclados. As duas próximas centrais - já em fase de construção - ficarão na Sé, região central, e na Lapa, zona oeste. Até o fim deste ano, seis centrais devem estar em funcionamento. Dependendo de condições orçamentárias, esse número pode chegar a 12, o que permitirá reciclar 5% das 12 mil toneladas de lixo produzidas diariamente pelos paulistanos. Até o fim de 2004, a pretensão da administração municipal é chegar a 31 centrais. Com essa estrutura será possível reciclar 10% do lixo da cidade. "Esse é o número ideal para esse tipo de sistema", disse o secretário de Serviços e Obras. (Moacyr Assunção, O Estado de São Paulo, 2003)⁴⁶

⁴⁶ Trecho de matéria assinada pelo jornalista Moacyr Assunção, também disponível em: <http://busca.estadao.com.br/JSearch/CBQM!cBQM.action?e=&s=S%E3o%20Paulo%20inaugura%201%AA%20central%20seletiva%20de%20lixo>>. Acesso em: 21 jan. 2008.

A primeira central de triagem de resíduos, localizada no bairro da Mooca, região Leste da Cidade, foi inaugurada em 11 de fevereiro de 2003. Ainda naquele ano, foram entregues outras quatro. No decorrer de 2004, 10 novas unidades foram implantadas, totalizando, 15 Centrais em dezembro de 2004, último mês da gestão de Marta Suplicy, como prefeita de São Paulo.

A meta inicial da prefeitura, era a instalação de uma Central de triagem por subprefeitura, resultando em 31 Centrais até o final do governo. Essa meta foi atingida em 49% com a implantação das seguintes unidades:

Tabela 1
Centrais de triagem implantadas no município de São Paulo

	Central de triagem	Nome das Cooperativas	Cooperados	inauguração
1	Mooca	Cooperativa Tietê	40	12/02/2003
2	Sé	Coopere	50	24/04/2003
3	V. Leopoldina	Cooperação	42	29/05/2003
4	São Mateus	Cooperleste	38	29/07/2003
5	Vila Maria	Coopervila	36	18/08/2003
6	Jaçanã	Coop. Sem Fronteiras	38	10/11/2003
7	Penha	Coop. Vitória da Penha	38	17/11/2003
8	C.do Socorro	Coopercaps	54	15/12/2003
9	St. Amaro / Julieta	Coop. Nossos Valores	40	15/12/2003
10	Itaim Paulista	Coop. Nova Conquista	39	24/12/2003
11	Pinheiros	Coopervivabem	42	20/01/2004
12	Itaquera	Cooperunião	37	01/06/2004
13	Pirituba	Cooperativa Crescer	39	09/08/2004
14	Taipas	Coopercicla	32	16/08/2004
15	St. Amaro / Yunes	Miguel Yunes	90	26/10/2004
Total			555	

Fonte: Secretaria de Serviços e Obras da PMSP; LIMPURB, 2004. Fundação Unitrabalho (dados de junho de 2004)⁴⁷

Dados da Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SSO) indicam que, no final do ano de 2004, a coleta seletiva atingia aproximadamente 1/3 da população total da cidade ou 3,4 milhões de habitantes. Ainda segundo a secretaria, entre janeiro e outubro de 2004, as Centrais receberam em média 1.125,00 toneladas de resíduos por mês para serem processadas. No mesmo período, a soma das receitas mensais de todas as Centrais foi em média R\$ 213.255,00. A média de ganho dos cooperados era de R\$ 2,02 por hora.

⁴⁷ FUNDAÇÃO UNITRABALHO. Programa sócio-ambiental “Cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Coleta seletiva solidária”. São Paulo, 2004. Relatório Descritivo Final III.

A prefeitura de São Paulo, segundo cálculos da SSO, investiu, no ano de 2003, um total de R\$ 13 milhões para a implantação da infra-estrutura necessária ao funcionamento do Programa Coleta Seletiva Solidária. Em 2004, cada central custava cerca de R\$ 30 mil reais por mês aos cofres públicos, que, multiplicados pelas 15 Centrais, totalizava R\$ 450 mil por mês. Assim, o custo por tonelada de resíduo coletado por meio do programa era de aproximadamente R\$ 400,00.

Ainda segundo a Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SSO), a composição dos resíduos domiciliares da Cidade obedece a certo padrão, cuja média ponderada no ano de 2004, expressava-se pela tabela a seguir:

Material	média %
Matéria orgânica	60,80
Plástico mole	10,92
Papel, papelão e jornais	9,56
Plástico duro	3,35
Trapos e panos	3,15
Terra, pedras	1,57
Metais ferrosos	1,17
Vidros	1,17
Embalagem longa vida	1,05
Diversos	1,47
Madeiras	0,85
Alumínio	0,58
Embalagens PET	0,48
Isopor	0,17
Borracha	0,17
Espuma	0,10
Pilhas e baterias	0,04
Couro	0,02
Subtotal	96,62
Perdas no processo	3,38
Total	100,00

Fonte: Secretaria de Serviços e Obras da PMSP; LIMPURB, 2004 e Fundação Unitrabalho

Nesse período, a prefeitura estimava em R\$ 1.000,00 o custo por tonelada de resíduos sólidos coletados na cidade pelo sistema convencional, não incluídos nesse valor os dispêndios com transbordo dos resíduos, administração e conservação dos aterros sanitários.

Tabela 2

Estimativa de materiais recicláveis por subprefeitura

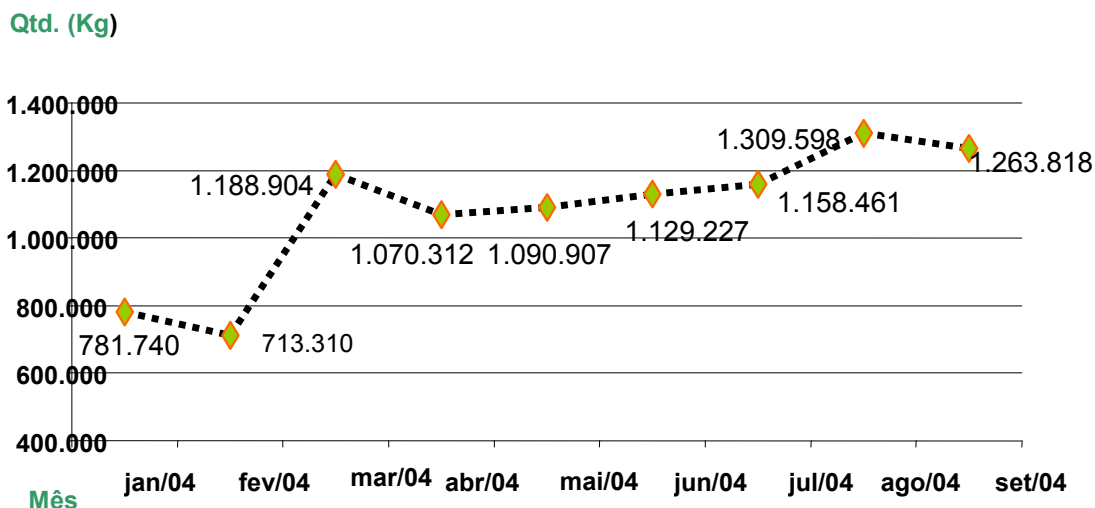
Central de triagem (cooperativa)		Quantidade estimada de material reciclável por subprefeitura (ton/mês)	Quantidade triada 06/ 2004 (kg/mês)	Percentual triado por Central 06/2004
1	Mooca	4.103.989	87.129	2,1%
2	Sé	5.763.811	75.821	1,3%
3	V.Leopoldina	3.167.673	84.926	2,7%
4	São Mateus	2.074.118	58.916	2,8%
5	Vila Maria	3.605.532	48.696	1,4%
6	Jaçanã	1.696.677	33.900	2,0%
7	Penha	4.057.441	39.092	1,0%
8	C.do Socorro	4.674.277	84.423	1,8%
9	St. Amaro G.Julieta	2.828.798	13.564	0,5%
10	Itaim Paulista	1.654.068	36.222	2,2%
11	Pinheiros	4.619.671	42.098	0,9%
12	Itaquera	s/i	s/i	
13	Pirituba	s/i	s/i	
14	Taipas	s/i	s/i	
15	St. Amaro M.Yunes	s/i	s/i	
Total		38.246.055	604.787	

Fonte: Secretaria de Serviços e Obras da PMSP; LIMPURB, 2004 e Fundação Unitrabalho. (dados de junho de 2004). As células com a indicação " s/i" (sem informação). referem-se as Centrais inauguradas no segundo metade de 2004, após essa estimativa.

A tabela 2, acima, indica claramente que somente uma pequena parcela da quantidade estimada de materiais passíveis de serem reciclados em cada Subprefeitura da cidade estava sendo explorada pelas Centrais, o que confirmava o enorme potencial de crescimento de um programa de coleta seletiva.

Os materiais encaminhados às Centrais tinham origem nos Postos de Entrega Voluntária (PEVs), conjuntos de contêineres distribuídos em diversos pontos da cidade onde a população poderia depositar resíduos recicláveis. Vinham também da coleta seletiva porta a porta, que, no período inicial do Programa, abrangia aproximadamente 17.000 domicílios com uma população estimada de 60 mil pessoas, algo em torno de 0,5% da população da cidade. Conforme dados da SSO, a média mensal de resíduos enviados às centrais no período de janeiro a setembro de 2004 foi de 1.078.475,22, como no gráfico abaixo:

Entrada de Material nas Centrais de Triagem Janeiro de 2004 a Setembro de 2004



As informações sobre a abrangência da coleta seletiva e as quantidades de materiais coletados nos levam à conclusão de que o Programa Coleta Seletiva Solidária foi absolutamente insignificante diante da magnitude da cidade e dos volumes de resíduos produzidos diariamente. Por outro lado, revelam o gigantesco potencial de crescimento do sistema de coleta seletiva que, conforme afirmam os movimentos de catadores, poderia envolver a totalidade dos trabalhadores que atuam nesse segmento, que, segundo estimativas do Instituto Polis, chegam a 20 mil trabalhadores.

Em dezembro de 2004, de acordo com Grimberg (2007, p.72), estavam envolvidos 1.335 trabalhadores nas 15 Centrais implantadas pelo Programa Coleta Seletiva Solidária. Desse total de trabalhadores, 684 trabalhavam nas Centrais, enquanto 651 atuavam nos seus respectivos núcleos. Segundo relatório produzido pela Fundação Unitrabalho, havia a seguinte distribuição por gênero entre estes trabalhadores: 50,2% eram homens e 49,8% eram mulheres⁴⁸.

Conforme citamos anteriormente⁴⁹ pela concepção inicial do programa, estas Centrais seriam abastecidas de materiais recicláveis pelos Núcleos de

⁴⁸ PROGRAMA SÓCIO-AMBIENTAL COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Coleta Seletiva Solidária, São Paulo, 2004. Relatório Descritivo Final III.

⁴⁹ Ver Capítulo 2, página 77.

catadores que estariam vinculados às mesmas, ou seja, o Programa absorveria a rede de organizações de catadores pré-existente e a fortaleceria, fornecendo inclusive os equipamentos necessários ao seu funcionamento, como veículos, esteiras para separação de resíduos, prensas e balanças, além de equipamentos para proteção individual dos trabalhadores. Para colocar as Centrais em funcionamento, cada Núcleo deslocaria para a sua Central um número de catadores que permitisse a operação da mesma. O número de núcleos ligados a cada Central variava entre três e quatorze, dependendo da região, do grau de organização e da trajetória de cada grupo.

À Prefeitura caberia, ainda, por meio da Secretaria de Serviços e Obras (SSO), coletar os resíduos recicláveis depositados nos Postos de Entrega Voluntárias (PEVs), bem como aqueles oriundos da coleta porta a porta e encaminhá-los às cooperativas recém-criadas e aos seus respectivos Núcleos. A coleta realizada pelos veículos municipais da seria acompanhada por integrantes das cooperativas que participariam inclusive da definição dos circuitos da coleta. Caberia também à Municipalidade promover a capacitação dos cooperados e implementar campanhas para a educação sócio-ambiental da população.

No período 2001/2004, segundo dados do Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo, foram identificados cerca de 96 grupos de catadores na cidade. O grau de organização destes grupos variava bastante: havia desde cooperativas e associações formais até grupos recém formados. Um traço comum, era a grande dificuldade de sustentabilidade dos mesmos e o seu reconhecimento por parte do poder público (GRIMBERG, 2007).

Parte desse problema foi equacionado quando, seguindo determinação da municipalidade, as cooperativas que operariam as Centrais de Triagem foram constituídas juridicamente tornando-se legalmente aptas ao estabelecimento de acordos de parceria e cooperação com órgãos públicos, ou seja, era necessário a formalização das Centrais para o seu pleno funcionamento e participação no sistema de coleta da cidade.

A Prefeitura de São Paulo firmou convênios com a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho – Unitrabalho – com a Fundação Santo André e com a Incubadora de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outras

organizações, para assessorar os grupos de catadores que estavam formando as Centrais de Triagem. Essas assessorias envolviam aspectos legais, como a formalização das cooperativas, além de uma formação básica sobre cooperativismo nos marcos da Economia Solidária, visando treinar estes trabalhadores com a perspectiva de que, organizados, pudessem gerir estes empreendimentos.

Relatos colhidos de alguns dos catadores que participaram desse processo ilustram como foi o processo de institucionalização dos grupos de catadores e quais foram as dificuldades encontradas por eles. Abaixo transcrevemos alguns trechos de depoimentos colhidos pela equipe do Instituto Polis, no ano de 2004, abrangendo as primeiras 7 Centrais de Triagem, identificadas como as letras A, B, C, D, E, F e G. Os entrevistados, propositadamente, não foram identificados pelas autoras do Estudo⁵⁰.

Alguns chegam por iniciativa própria, mas aí nós encaminhamos para o núcleo [...] porque a fundação da central foi feita com base nisso, as pessoas que viessem para cá deveriam vir por um dos núcleos. Aí ele vai para o núcleo e tem um treinamento rápido [...] porque, se vier direto para a central e a pessoa for meio lenta, aí o pessoal reclama que vai ficar pagando salário pro outro e não sei o quê [...] então para evitar isso foi melhor passar pelo núcleo”. (Informação verbal, *Cooperado da Central D*).⁵¹

Pelo depoimento, podemos inferir que havia uma preocupação para que a manutenção do sistema de Centrais de Triagem estivesse ancorada nos Núcleos; entretanto, fica claro, também, que havia dificuldades na inserção de novos catadores – chamados avulsos – no processo de implantação das Centrais.

Um dos obstáculos era exatamente a necessidade de treinamento para a realização de um trabalho em escala diferente da anterior, ou seja, o sistema de Centrais de Triagem exigia uma qualificação para o trabalho no modo industrial. Além disso, enfrentava-se o problema da produtividade, pois o trabalhador novato deveria ser tão produtivo quanto um trabalhador já treinado

⁵⁰ DEPOIMENTOS anônimos. *Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Inclusão Social. Estudo de caso das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo*. Entrevistas concedidas a Grimberg, Elizabeth; Tuszal, Luciana e Goldfarb, Yamila. São Paulo, Instituto Polis, 2005.

⁵¹ *Ibidem*, 2005.

para evitar desavenças quanto ao valor que seria dividido ao término do período.

Não dá pra gente abrir [...] qualquer outra central para as pessoas que não têm a mínima noção do que é uma cooperativa. Então se você joga ele aqui dentro, ele vai entender isso aqui como um ferro velho ou então a hora que ele precisar de dinheiro ele vai encostar o carrinho dele aqui [...] e, enfim, ele vai estar querendo que nós (a cooperativa que opera a central) compremos o material dele porque ele precisa do dinheiro dele e enfim [...]. E as pessoas que já estão aqui não, elas já chegam de um processo [...] sabem que aqui funciona produzindo. Então todo mundo tem que trabalhar e produzir. Produziu vai ter o seu ganho no final do mês. Não produziu, infelizmente não tem a retirada. Essa não é a mesma linguagem que você vai falar com o catador (avulso). Por quê? Porque ele já coleta o material dele na certeza de que ele vai ter o dinheiro. E outra, [...] não foi feito todo trabalho do que é cooperativismo com ele. O que é cooperativismo, que a cooperativa é sua. É uma empresa que você tem que botar ela para crescer. Você não vai ver o lucro da empresa agora, mas mais tarde vai ver tudo o que você está plantando hoje [...]. Então esse é o problema. Então é por isso que nós nesta central respeitamos sim alguns itens da Carta de Princípios⁵², mas esse daí, infelizmente, a gente teria que estar mudando. Mesmo se a gente convidar eles não querem ir (os catadores avulsos). Eles já vêm perguntando quanto é que vai ganhar, se é todo fim de semana que ele vai receber. Aqui na entrada do lado de fora da cooperativa tem um catador que ele junta o dele ali... Toda quinzena sai caminhão de papelão dele. Se você falar para ele vir para cá ele não quer. (Informação verbal, *Cooperado da Central A*)⁵³

Outro obstáculo é que os grupos de trabalhadores que formaram as equipes das Centrais de Triagem eram bastante heterogêneos. Parte dos seus integrantes vinha de outros programas sociais da Prefeitura, como o programa “Começar de Novo” e o “Renda Mínima”⁵⁴. Para estes trabalhadores, o surgimento das Centrais de Triagem representava uma possibilidade de trabalho e renda. Em outras palavras, as Centrais apareciam como alternativa de trabalho para um grupo de trabalhadores que extrapolava o universo do

⁵² Ver anexos.

⁵³ DEPOIMENTOS anônimos. *Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Inclusão Social. Estudo de caso das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo*. Entrevistas concedidas a Grimberg, Elizabeth; Tuszal, Luciana e Goldfarb, Yamila. São Paulo, Instituto Polis, 2005.

⁵⁴ **Programa Começar de Novo**, instituído pela Lei 13.799, consistia no incentivo às atividades comunitárias, de capacitação profissional e de utilidade coletiva, na formação de empreendimentos populares e de economia solidária e no treinamento técnico para adaptação às novas rotinas laborais. Aos beneficiários era concedida uma bolsa no valor de 1 salário mínimo por até 1 ano. **Programa Renda Mínima** proporcionava às famílias com renda inferior a meio salário mínimo per capita, residentes há pelo menos 2 anos em São Paulo e com filhos ou dependentes de até 15 anos uma bolsa mensal em dinheiro para mantê-los na escola. Essa complementação da renda familiar era condicionada à frequência escolar (85%) das crianças e adolescentes. Conforme lei municipal que instituiu o programa.

conjunto que se convencionou chamar de catadores históricos, entendidos aqui como aqueles que exercem a atividade de coleta de resíduos sólidos há muito tempo. Alguns catadores identificados como históricos nunca exerceram outra atividade que não essa, caso por exemplo de Givanildo Silva Santos.

Um exemplo de pessoa que se encaixa no perfil de novo catador ou catadora é Jacy Cardoso, 53 anos, baiana de Jequié, há 50 anos mora em São Paulo, é divorciada e tem 3 filhos. Atualmente é Cooperada da Cooperativa Cooperação que opera a Central da Vila Leopoldina no bairro da Lapa, região oeste da cidade. Jacy relatou em entrevista sua experiência de ingressar na atividade e participar no processo de institucionalização dos grupos de catadores:

[...] o grupo veio do Começar de Novo, participei 9 meses de um curso de cooperativismo e economia solidária. Aí o grupo tinha 12 pessoas. Essas 12 pessoas decidiram trabalhar com coleta seletiva. Aí a gente juntou e alugou um terreno no Jaraguá e começamos a trabalhar. Ninguém era catador na época, ninguém já tinha catado.

Eu trabalhava com vendas de filtros, roupas, tudo com catálogo. [...] comida, também trabalhei muito em casa com comida congelada, fazia salgadinhos. Antes, há muito tempo eu tinha trabalhado na Barra Funda e no Bom Retiro com registro em carteira, depois trabalhei em casas de famílias.

[...]Nós não tínhamos nem carrinho para catar, aí em primeiro lugar nós fomos procurar o grupo do Neilton da Coopercosi em Perus, então foram três pessoas do meu grupo para aprender a trabalhar o material que a gente coletava na rua. Ele tinha um lugar, tinha um grupo já formado eu acredito que já tava lá há mais de um ano. Aí foi as pessoas do meu grupo e aprendeu a fazer a coleta, porque a gente não conhecia, o que a gente catava, que material. No meu grupo tinha cozinheira, vendedor, bancário, eram pessoas desempregadas e fomos lá para aprender, depois eles aprenderam e passaram para as outras pessoas que estavam no grupo. Aí começamos a ir para a rua, num primeiro momento a gente leva sacos, ia nas lixeira, abria as lixeiras e os sacos de lixo que estavam nas ruas e tirava o material reciclável. (CARDOSO, 2008)⁵⁵

Já Márcia Abadia Martins, da Central de Triagem da Granja Julieta, relata que estava desempregada e procurou a Subprefeitura de Santo Amaro, onde começou a participar de um curso de artesanato formado por mulheres.

[...] em 1998, eu trabalhava na equipe de produção de grupos de pagode. Em 98 tava no auge. Trabalhei com o Exalta Samba,

⁵⁵ CARDOSO, Jacy, atual presidente da Cooperação, cooperativa que opera a Central de Triagem Vila Leopoldina/Lapa. A Coopercosi, citada no depoimento, é formada por um grupo de catadores no bairro de Perus é um dos núcleos da Central de Triagem da Vila Leopoldina/Lapa, que, por sua vez, foi assumida pela Cooperativa Cooperação, formada por integrantes de Núcleos como a Coopercosi, Vira Lata, Reciclázaro, entre outros. Entrevista concedida em, 08 fev. 2008.

Soweto, Carametade, Grupo Desejo e tive a honra de ter como produtor o Jorge Hamilton. Eu trabalhava no escritório da produtora e acompanhava esses grupos. Foi onde eu passei a viajar o Brasil inteiro também.

Depois disso bati cabeça por mais um pouco em alguns escritórios. Porque é de mim mesma eu não nasci pra ficar em escritório. Departamento pessoal era uma área que me fascinava mas aí, depois que conheci a capacitação, eu já tinha, já estava dentro de um lugar, mas com o povo [...] então comecei a gostar de ir com o pessoal pra campo, vivenciar ali com as pessoas é esse meu forte.

[...]na Subprefeitura tinha o grupo de artesanato, eu me inscrevi e fui aprender. Lá eu tomei conhecimento que tinha essa proposta de programa de coleta seletiva, depois no decorrer do tempo eu entendi. Tinha a Ana e a Selma, mas ninguém sabia direito como seria, era novo para algumas pessoas. A Ana e a Selma, acho que elas estavam freqüentando há mais tempo a Subprefeitura e pensaram assim: nós vamos precisar de mão-de-obra e aí simpatizaram comigo e falaram: Olha tem o programa de coleta seletiva, você não quer conhecer? Foi aí que eu entrei na capacitação da Fundação Santo André. E por incrível que pareça eu caí de pára-quedas.

A Ana e a Selma chegaram a terminar a capacitação, nós terminamos juntas. Quer dizer eu peguei quase no final e quando formalizou a cooperativa aqui, elas viram que era outra coisa. Era por a mão no lixo mesmo. E aí elas pensaram assim que era demais pro nível delas, aí não continuaram. (MARTINS, 2008)⁵⁶

Segundo Márcia, na Subprefeitura, ela teve acesso à capacitação promovida pela Fundação Santo André e, em seguida, ao processo de capacitação simultâneo à legalização da Central de Triagem como cooperativa, que foi acompanhado pela equipe da Fundação Unitrabalho. Ela conta que a Central de Granja Julieta chegou a contar com mais de vinte pequenos núcleos formados por catadores, porém, ao ser implantada a coleta porta a porta - feita com caminhões compactadores fornecidos pelo município - começaram a ocorrer sobreposições entre os trajetos dos caminhões e os trajetos dos catadores. Conseqüentemente, houve diminuição na quantidade de materiais enviados pelos Núcleos à Central. Assim, a Central passou a absorver pessoas dos núcleos para trabalhar internamente na triagem dos materiais coletados pelos veículos municipais e os Núcleos foram sendo desmobilizados. Atualmente a Central Granja Julieta conta com 8 núcleos, que não foram formalizados como cooperativas.

O Fórum Lixo e Cidadania entendia que os Núcleos eram a porta de entrada para a formação coletiva dos catadores avulsos e, portanto, deveriam

⁵⁶ MARTINS, Márcia Abadia, ex- presidente da Cooperativa que opera a Central de Triagem Granja Julieta na Região Sul da cidade, vinculada à Subprefeitura de Santo Amaro. Entrevista concedida em 08 fev. 2008.

ser valorizados como um elo fundamental da cadeia, conforme manifestado pelo Fórum em diversas oportunidades. Como algumas Centrais não seguiram essa lógica em sua formação e privilegiavam trabalhadores oriundos de outros programas, como o Começar de Novo, o Fórum identificou uma quebra do modelo inicialmente proposto.

Segundo Grimberg (2007, p. 66), outro problema enfrentado nesse processo de institucionalização era que a política municipal não se pautava por uma linha homogênea de atuação, o que se traduzia em diferentes visões em disputa no interior do governo e em interferências nas relações entre os movimentos organizados e a municipalidade. Mesmo assim, até maio de 2003, havia uma relação de confiança entre o Fórum e a Secretaria de Serviços e Obras. A partir daquela data, houve uma mudança significativa na pasta e a equipe foi trocada, o que representou uma forte alteração no processo de negociação do modelo a ser implantado, pois começou a haver um distanciamento paulatino entre as partes. O programa foi alterado pela prefeitura e o desejado equilíbrio no tratamento das Centrais de Triagem e Núcleos foi abandonado.

A partir da implantação das primeiras Centrais de Triagem, no primeiro semestre de 2003, o Fórum já havia começado a apontar o que considerava a falta de articulações consistentes da política municipal de resíduos. Do ponto de vista do Fórum, era necessário introduzir uma nova lógica no sistema de coletas, que necessariamente envolveria a mudança de hábitos da população e exigiria uma estratégia de sensibilização, mobilização e orientações para a adesão ao programa. Os movimentos sociais questionavam, ainda, a ausência de políticas públicas claras que contemplassem a inclusão dos catadores avulsos, conforme propostas que foram expressas pelo Fórum nas Plataforma Lixo e Cidadania e de Educação Sócio-Ambiental. Apontavam a necessidade de dimensionamento das Centrais instaladas ou em instalação, de maneira a contemplar o conjunto de catadores atuantes na cidade e ainda que se tomasse providências para a legalização da permissão de uso das áreas ocupadas pelos Núcleos e pelas Centrais, assegurando a sua existência futura.

Outra reivindicação antiga, que foi retomada nesse momento de institucionalização das Centrais, era que a prefeitura atuasse para coibir as atividades da cadeia de intermediários formada por sucateiros e depósitos

irregulares, que exploravam os catadores avulsos, inclusive as crianças. Para os movimentos de catadores reunidos no Fórum, a corrente de exploração dos catadores avulsos pelos sucateiros e intermediários deveria ser quebrada a partir de uma atuação mais efetiva da municipalidade. Esses trabalhadores deveriam ser encaminhados para qualificação e incorporados aos Núcleos que faziam parte das Centrais do Programa Coleta Seletiva Solidária.

As tensões entre os movimentos de catadores e a prefeitura são reveladoras das diferentes concepções em jogo para a implantação do programa de coleta seletiva e revelam também a existência de uma teia de concepções e interesses. Dito de outro modo: do ponto de vista do pragmatismo dos gestores municipais, a implantação das Centrais e seus equipamentos físicos tornava-se prioritário - sobretudo se considerado o calendário eleitoral - e, nesse sentido, o processo participativo dos movimentos organizados, a redução no volume de resíduos enviados aos aterros, as possibilidades de geração de trabalho e renda para milhares de catadores avulsos e mesmo a sensibilização da sociedade que deveria ser envolvida contribuindo com a separação de seus resíduos tornava-se pouco importante. Já para os movimentos dos catadores, era importante que a lógica da política municipal de resíduos sólidos fosse alterada e que se assegurasse a participação deles no processo, de modo que o Programa Coleta Seletiva Solidária pudesse contemplar pontos fundamentais como a inclusão de grande parte dos cerca de 20 mil catadores atuantes na cidade e a redução da quantidade de resíduos enviadas aos aterros municipais.

A relação do Fórum Lixo e Cidadania com a prefeitura de São Paulo, vivia momentos difíceis desde 2003 e foi agravada ainda mais nos primeiros meses de 2004, conforme relata Grimberg (2007, p.68). Em reunião realizada em 28 de abril, os representantes dos movimentos de catadores, das 10 Centrais de Triagem já instaladas e dos 3 Núcleos, decidiram novamente retomar pontos da Plataforma apresentada desde 2001, na qual constavam reivindicações como a implantação de programas de moradia, educação, saúde e qualificação, o que exigiria o envolvimento de outras secretarias municipais.

Conforme registra o Fórum Lixo e Cidadania, em 12 de maio de 2004, foi realizada uma assembléia geral do movimento para avaliar os 3 anos e meio

da gestão pública municipal e sua política de resíduos. Na ocasião, estavam implantadas onze Centrais de Triagem e as críticas que vinham sendo formuladas desde o início do processo de implantação das Centrais foram reforçadas. Criticava-se, também, a ausência de planejamento para a implantação do programa e a falta de diálogo dos agentes públicos com a população dos bairros envolvidos e com as organizações de catadores.

O governo municipal, por sua vez, declarava querer dar maior visibilidade para o Programa, o que aguçou as críticas dos movimentos de catadores, que apontavam para um possível colapso do sistema de coleta seletiva, pois entendiam que as Centrais não estavam capacitadas para receber um volume maior de materiais para triagem, além do quê, apontavam o risco de aumento de rejeitos que poderiam ser encaminhados às Centrais por falta de informação da população.

Nesse cenário, o Fórum, considerou que era o momento de deflagrar uma intensa campanha de educação ambiental nos bairros em que as Centrais atuavam. A campanha, negociada com a prefeitura, visava aumentar a qualidade e a quantidade dos materiais separados pela população e destinados à coleta seletiva e, assim, aumentar a produtividade das Centrais no processo de triagem.

[...] Foi difícil [...] os moradores aqui mesmo dos três distritos que a gente atende - que é Santo Amaro, Campo Grande, Campo Belo, quando a gente saía pra porta muitos deles punham a gente para correr, xingavam a gente, falavam que não iam dar nada, que a gente era come-dorme da Prefeitura. Eles falavam assim: “é Governo Marta eu não vou ajudar. E a taxa do lixo [...]”. Hoje não. Hoje se vê que eles foram atrás também de se reeducar e contribuem. Tanto que eu falo que os moradores que tem aqui, a gente senta, pessoas de todos os níveis, inclusive eu enquanto representante da cooperativa. Tem advogado, tem doutor, tem contador, tem promotor. A gente discute o que é melhor pra nós, para este distrito” (MARTINS, 2008)

Conforme registra Grimberg (2007, p. 69), demandas surgidas nas reuniões do Fórum do primeiro semestre de 2004 foram reforçadas pelos catadores junto à prefeitura, entre elas a necessidade de reforçar o treinamento e qualificação dos catadores, incluindo formação em informática, educação socioambiental e alfabetização. Outra necessidade era o apoio, por meio de bolsa trabalho, para jovens catadores, além da eliminação definitiva de

crianças no processo de catação, da implantação de programas de inclusão escolar e da necessidade de formalização de convênios oficializando a operação das Centrais por cooperativas de catadores.

Do ponto de vista do Fórum, a continuidade do Programa estava ameaçada, assim como a própria coleta seletiva, na medida em que muitos pontos da Plataforma Lixo e Cidadania não haviam sido contemplados e avizinhavam-se as eleições municipais, quando o comando da administração da cidade poderia ser trocado.

Nessas circunstâncias, foi aprovada a proposta de reedição da estratégia adotada nas eleições do ano 2000: propor aos candidatos à prefeitura a assinatura de um documento que reunisse um conjunto de proposituras. A idéia, apresentada pela equipe do Instituto Polis, foi debatida em diversas reuniões do Fórum ocorridas entre julho e agosto daquele ano e resultou na *Carta Compromisso e Gestão Sustentável de Resíduos*, conforme Grimberg (2007, p.71,). De acordo com o registro do Fórum Lixo e Cidadania, no dia 21 de setembro de 2004, foi realizado um ato público na Praça da Sé, com a participação de cerca de 400 pessoas, em grande parte catadores atuantes nas cooperativas que operavam as Centrais de Triagens e Núcleos, além de ONGs e integrantes de diversas instituições. Nessa ocasião, o então candidato do Partido Verde (PV), José Luiz de França Penna, compareceu e assinou a *Carta Compromisso*. A prefeita Marta Suplicy, candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), comunicou aos organizadores do ato que se dispunha a assinar o documento e que essa decisão deveria ser anunciada publicamente. Esse compromisso da prefeita foi ratificado em 26 de outubro do mesmo ano, em outro ato público organizado pelos movimentos de catadores.

Mesmo após diversas tentativas do Fórum, o candidato mais bem colocado nas pesquisas, José Serra, que viria a ser eleito prefeito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não assinou o documento e, quando perguntado por jornalistas, respondeu que: "se eleito, iria possibilitar a participação dos catadores individuais e cooperativas na coleta seletiva", conforme registrou o jornal *O estado de São Paulo* de 15 de outubro de 2004⁵⁷.

⁵⁷ *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 out. 2004, p. A8.

3.1 - A operação das Centrais de Triagem

Das 31 Centrais previstas para serem implantadas, 15 de fato estavam em funcionamento no final de 2004, conforme tabela apresentada.

Os trabalhadores, catadores cooperados à Cooperativa que operava as Centrais de triagem, receberam da prefeitura conjuntos de uniformes personalizados compostos por calça, camisas, bonés e aventais, além de equipamentos de proteção individual como luvas, óculos de proteção, máscaras e botas.

Do ponto de vista das instalações físicas, cada Central contava com um galpão equipado com prensa, balança e, em alguns casos, esteira onde se desenvolviam os trabalhos de seleção dos materiais coletados, empilhadeiras, caminhões gaiolas, recipientes para separação de resíduos por tipo (enormes sacos de poliéster denominados *bag* e tambores metálicos ou plásticos). Os equipamentos foram cedidos pela prefeitura às Cooperativas operadoras das Centrais de Triagem e, portanto, eram patrimônio público. Caminhões e outros veículos utilizados pelas Centrais eram de propriedade das empresas coletoras de lixo que, ao assinar o contrato com o município, obrigavam-se a disponibilizar tais veículos para as Cooperativas operadoras das Centrais. Estes eram utilizados na coleta seletiva e no transporte de materiais coletados até às Centrais ou entre estas e os Núcleos.

Havia, ainda, um escritório, uma copa, banheiros, vestiários e uma área destinada ao armazenamento de materiais. Os espaços variavam muito em tamanho, assim como a qualidade das instalações de modo geral. Em alguns casos, as instalações contavam com refeitório e salas para usos como treinamento e reuniões diversas. Grosso modo, pode-se dizer que havia condições de trabalho, ainda que em alguns casos estas não fossem propriamente ideais.⁵⁸

Todas as instalações e equipamentos foram cedidos por meio de convênios firmados entre a prefeitura e as Cooperativas responsáveis pela operação das Centrais de triagem, o que, do ponto de vista legal, assegurava

⁵⁸ PROGRAMA SÓCIO-AMBIENTAL COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Coleta Seletiva Solidária -, São Paulo, 2004. Relatório Descritivo Final III.

minimamente essa relação, porém, representava um ponto frágil já que era um instrumento insuficiente, na avaliação do Fórum, para assegurar a institucionalização das organizações dos catadores como integrantes de fato e de direito no sistema de coleta como um todo.

3.2 - A difícil adaptação ao trabalho em cooperativa: superação de desafios, solidariedade e luta pela autogestão

As Cooperativas possuem uma estrutura legal formada por um presidente, um secretário e um tesoureiro, além do conselho fiscal. Os dirigentes são pessoas originárias de diferentes Núcleos. Internamente, o trabalho foi dividido entre vários coordenadores de áreas. Assim, um fica responsável pela coleta porta a porta, outro pela triagem, mais um pela separação dos materiais por tipos como vidro, papel, papelão e plásticos diversos. Outros coordenam atividades como limpeza e alimentação, entre outras, conforme dados da Fundação Unitrabalho.⁵⁹

Quando eu vim para cá, eu era uma cooperada comum, depois eu passei a ser coordenadora de um grupo. [...] Ele já era presidente, o Neilton. Então eu era coordenadora de um galpão. Então eu não estava na administração, não sabia de nada. Depois dessa coordenação do galpão, eu passei a ser coordenadora geral. (CARDOSO, 2008)⁶⁰

Conforme já exposto, as Centrais de Triagem foram organizadas para funcionar a partir de Núcleos de catadores. As centrais recebiam e faziam a triagem de materiais encaminhados pelos caminhões da coleta porta a porta e dos PEVs. Eventualmente, quando um ou outro Núcleo não possuía material suficiente para trabalhar, ele deveria ser abastecido por sua Central. Os materiais produzidos pelos Núcleos e pela Central deveriam ser comercializados em conjunto. O resultado seria dividido proporcionalmente à participação de cada um.

A Central de Vila Leopoldina, operada pela Cooperação e com forte vinculação com seus Núcleos, repassava aos mesmos o resultado da venda dos materiais enviados pelos Núcleos, somados ao resultado da venda dos materiais produzidos na Central pela equipe originária daquele Núcleo. Assim, a retirada de cada cooperado era feita no seu respectivo Núcleo. A medida era no sentido de mitigar as diferenças entre aqueles que trabalhavam no Núcleo e

⁵⁹ *Ibidem*, 2004.

⁶⁰ CARDOSO, Jacy. cooperada da Cooperação, Central de Triagem Vila Leopoldina/Lapa. Entrevista concedida em 07 fev. 2008.

os que atuavam na Central, que por disporem de melhores condições de trabalho tendiam a ter uma produtividade maior.

O pessoal que trabalha na central e veio dos núcleos tinha responsabilidade com esses núcleos, porque antes de nascer a Cooperação você veio de algum lugar né, você já tinha a sua referência, então eu vim da Copercosi, então eu tinha um compromisso social e moral com a Copercosi. Tanto é que nos primeiros meses, nos primeiros anos, todo o nosso dinheiro que a gente recebia aqui ia pro grupo local para ser dividido lá, a gente não ganhava aqui, a gente ganhava lá. Então cada núcleo recebia o equivalente pelo material que tinha enviado para a Central, só que além disso, a Cooperação produzia o material dela também porque a central também fazia triagem aqui e dividia pelos seus núcleos o resultado do que produzia aqui, porque cada núcleo tinha pessoas trabalhando aqui dentro da central. Daqui era mandado pro núcleo, o núcleo juntava com o dinheiro que tinha conseguido lá, aí era feito o rateio pra todos os cooperados que tavam dentro da Cooperação. Ninguém ganhava aqui dentro, a gente ganhava através do nosso grupo lá fora. (POLIDO, 2008)⁶¹

Assimetrias não tardaram a surgir, conforme se verifica nos registros das reuniões do Fórum e nos depoimentos de catadores, colhidos por essa pesquisa. Um dos problemas era que a qualidade dos materiais variava muito, pois, de modo geral, os Núcleos não possuíam equipamentos como prensa ou sistemas de enfardamento, logo, as condições do material enviado para comercialização era ligeiramente inferior à aquele produzido nas Centrais, o que implicava em variações no preço.

Com o tempo agente viu que isso tava dando muita confusão, porque aqui a gente tava administrando uma situação e lá o núcleo tava de outra forma. Pela evolução das dificuldades nós vimos as necessidades de mudar a maneira da organização, então invés da gente receber no grupo local a gente passou a fazer assim: o que a gente produz aqui é dividido aqui e o que o grupo produz lá passou a ser dividido lá. Houve essa mudança mais ou menos em 2005.

[...] Hoje tem 61 pessoas aqui, tudo que a Cooperação produz aqui é dividido por 61 pessoas, tudo que vem dos núcleos locais volta pra lá e é dividido lá. Aqui a média de retirada de cada cooperado é de 600 reais, pela história da Copercosi, segundo o que eles passaram pra nós, a média tem sido de 500 reais, isso vendendo junto com a Cooperação, se vendesse fora tiraria menos porque o material desvalorizaria, o aparista paga pouco.

A Copercosi tem mais ou menos 21 pessoas, o Recicla Pirituba tem 15, o Vira Lata tem 80, o Reciclazaro tem 50, a Copercosi, o Vira Lata e o Reciclazaro são cooperativa oficial o Recicla Pirituba é uma associação.

[...] A gente manda o caminhão para o Recicla Pirituba 3 vezes na semana para fazer a coleta deles para que eles não morra né? Os

⁶¹ POLIDO, Neilton César. *Ibidem*, 2008.

Núcleos morrem por falta de apoio, porque eles têm de vencer os desafios com a cara e a coragem sem o apoio da prefeitura. A prefeitura investiu só nas centrais. (POLIDO, 2008)

Apesar das assimetrias, fica evidente nas palavras de Neilton o sentimento de solidariedade e responsabilidade entre os trabalhadores, o que evidencia a consolidação do sujeito coletivo. Culti, citando Gaiger⁶², fornece elementos para a compreensão do processo de construção desses novos sujeitos que, segundo a autora, resistem conscientemente diante das dificuldades e fazem dessa resistência a própria energia para a continuidade.

[...] a ocorrência da formação de sujeitos populares ativos, na qual se misturam necessidades e vontades em que se conhece poucos detalhes [...] e muitos desvios, mas na qual, também, a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções, passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo!, ou visto de outro modo 'não se rende às comodidades de retornar às formas de vida antes praticadas, nas quais os laços de solidariedade ficam mitigados ou dissolvidos'. (CULTI, 2004)

Além das assimetrias, outra grande dificuldade relatada foi com o processo de adaptação dos trabalhadores ao novo sistema de trabalho. Alguns dos que trabalhavam na informalidade, por conta própria, tinham a experiência da independência, da individualidade e do retorno imediato do trabalho, isto é, ao final do dia ou da semana recebiam algum valor. Outros estavam acostumados com a relação clássica de empregado/patrão. O sistema de cooperativa exigia outro posicionamento em relação ao trabalho e aos companheiros. Esse novo modo de trabalho implicava o desenvolvimento de uma postura norteada pela participação democrática nas decisões, pela capacidade para conviver e administrar conflitos, pelo compartilhamento das responsabilidades, pela equidade nas relações, enfim, o desenvolvimento do

⁶² A autora faz uma reflexão sobre a emergência de atores sociais, que movidos por necessidades e vontades, constroem alternativas coletivas no campo da economia solidária, como reação ao processo de exclusão do mercado formal de trabalho e consumo, organizando-se em empreendimentos solidários, com o apoio de instituições como incubadoras universitárias. Concluído que são significativos os resultados na geração de trabalho e renda, cidadania, desenvolvimento local e preservação ambiental, sendo a economia solidária um campo aberto de possibilidades. CULTI, Maria Nezilda. *Economia Solidária: Geração de renda, mitos e dilemas*. Unitrabalho: São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

espírito de coletividade que viabilizasse de fato a autogestão do empreendimento, sem desprezar as potencialidades e aspirações individuais.

Vimos para cá, dia 29 de maio foi a inauguração, no dia 30 de maio começamos a trabalhar. Em uma semana já surgiu um curso de cooperativismo do Ceadec [Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania. ONG sediada em Sorocaba, São Paulo. Apóia iniciativas associativistas, autogestivas, geração de trabalho e renda, etc.]. Um curso de 4 meses.[...] Aí era para os 21 que estavam aqui dentro participarem. [...] Nós tínhamos aulas teóricas e depois partimos para aulas práticas.

[...] Era mais na prática mesmo. O pessoal vinha, nos orientava a trabalhar aqui dentro. Porque no começo tinha-se muito conflito. [...] conflito com as pessoas. Porque é muito difícil, cada um tem um gênio, cada um vem de um lugar, cada um tem uma idéia. Ninguém tinha noção de cooperativismo, de trabalhar em conjunto. A maior parte era gente desempregada, não era catador. Então era complicado, era difícil.

[...] Eram sete grupos, tem gente de tudo que era lado [Referência aos Núcleos de catadores: Vira Lata, do bairro do Butantã; Coopercosi, de Perus; Real Parque, do Morumbi; Recicla Vila, do Jaguaré; Reciclázaro, da Lapa; Nova Era, do Jaraguá, e Coleta Esperança, de Pirituba, que formaram a Cooperação. Cooperativa responsável pela Central de Triagem de Vila Leopoldina/Lapa]. A gente estava acostumado a trabalhar grupinhos, o meu doze [...] então todo mundo grupinhos. De repente a gente veio com gente de todo lugar e trabalhar num espaço desses, enorme.

[...] Demorou muito. Teve muito choro, muitas lágrimas, muita chateação, mas muita gente desistiu, muita gente. Tanto que nós viemos para cá em 21, nós estamos umas cinco pessoas que inaugurou. (CARDOSO, 2008)

É de se esperar que uma mudança tão abrupta necessite de um período razoável de adaptações e que, para isso, faça-se necessário todo um processo de formação e mesmo construção de valores que superem paradigmas consolidados. Para Culti, os empreendimentos autogestionários de economia solidária enfrentam dificuldades por terem, como fonte principal de sua sustentação, a sua capacidade de trabalho, sendo essa simultânea e paradoxalmente a razão de muitas fragilidades:

Os trabalhadores estão imbuídos de uma relação de trabalho entre o patrão, que estabelece as diretrizes, e o empregado, que segue as prescrições. Essa é uma cultura difícil que precisa ser minimizada e gradativamente superada. Além disso, os trabalhadores que se inserem na economia solidária estão mais acostumados e preparados para o trabalho braçal pouco qualificado, faltando-lhes o preparo técnico profissional e o acompanhamento da evolução tecnológica que ocorre na base produtiva. A relação administrativa de autogestão é um mundo desconhecido com o qual precisam aprender a lidar. Isso de forma cotidiana e também da gestão a médio e longo prazo e não mais com vistas no horizonte do dia seguinte como estavam

acostumados a trabalhar como empregados ou mesmo desenvolvendo atividades esporádicas e pontuais. (CULTI, 2004)

Em outro trecho do relato de sua experiência, Neilton César Polido descreve as dificuldades de adaptação ao novo paradigma, explicita confrontos que visavam a democratização das decisões e fornece pistas sobre a apropriação do processo pelos catadores e de sua emancipação de possíveis tuteladores.

[...] Enfim, pessoas que você nunca viu na sua vida, você não tinha ligação nenhuma. Aí você joga 21 pessoas num espaço e fala: vocês são uma cooperativa e a partir de hoje vocês vão ter de trabalhar como uma cooperativa. Então quer dizer, os conflitos são muitos. Veio muita liderança de grupos, veio pessoas que não tinha noção do que era cooperativismo. Teve pessoa com cabeça só de empregado que bateu meio dia você tem de parar para almoçar, deu 5 horas da tarde você tem de ir embora. Então as pessoas não entendiam que tinham acabado de montar um empreendimento e que ele tinha de crescer de alguma maneira. Foi muito complicado [...].

[...] Havia um líder, que não se envolveu diretamente na organização da cooperativa. O que é que aconteceu? As pessoas levavam as coisas para ele e ele não agia como um parceiro, ele agia como um patrão. Então ele vinha, ele mandava, tinha que fazer o que ele queria, não era o que a cooperativa queria. Então, quer dizer, ele nunca respeitou a autogestão da cooperativa. Então nós tivemos que bater muito de frente para conseguir a nossa independência. Não só com ele, mas como outros apoiadores também que ajudou muito fazer o estatuto, então eles queriam que a gente seguisse o que eles determinavam. E a gente foi lendo o estatuto, estudando, foi tendo uns cursos da Unitrabalho, cursos com a ADS tivemos o curso com o Ceadec [Referência à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), à Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e ao Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (CEADEC). Organizações que desenvolvem estudos, pesquisas ou projetos de apoio ao associativismo visando à geração de trabalho e renda nos marcos da economia solidária].

Então, a gente começou a acordar porque era o cooperativismo mesmo, a autogestão. Que você era dono de um empreendimento, que você não tinha que ter por trás pessoas ditando o que você vai fazer como hoje tem em muitas cooperativas aí. (POLIDO, 2008)

A inadaptação dos trabalhadores ao novo modo de trabalho em um sistema cooperativo, assim como os conflitos internos e, em alguns casos, a possibilidade de ganhos imediatos e até maiores daqueles que vinham sendo obtidos, levaram a um terceiro problema, além da assimetria entre os trabalhadores dos Núcleos e das Centrais e da dificuldade de adaptação a essa nova concepção de trabalho: a grande rotatividade de trabalhadores que, conforme Grimberg (2007, p. 76): “.interferia na capacidade de ampliar e

aprofundar a compreensão coletiva do significado de um empreendimento autogestionário que garantiria uma atuação autônoma e sustentável dos catadores”.

A autora lembra que rotatividade implica também a necessidade de qualificação técnica e profissional constante e que a perda de um cooperado significa simultaneamente a perda de conhecimento do processo de triagem dos materiais. Isso causa um impacto direto no resultado da triagem e, portanto na qualidade do resíduo e no valor deste, obrigando muitas vezes à venda para atravessadores que pagam preços muito inferiores àqueles pagos pela indústrias recicladoras.

3.3 - A formação das Cooperativas de Segundo Grau

Entre os esforços empreendidos para a organização de maneiras conjuntas de comercialização dos materiais, ocorreram iniciativas como a formação de redes de comercialização solidária envolvendo um maior número de associações, cooperativas e grupos de catadores de todo o estado de São Paulo, conforme relatos dos catadores e registros das discussões do Fórum Lixo e Cidadania.

Algumas Centrais, porém, se aglutinaram em torno da proposta de uma cooperativa de segundo grau para melhorar o processo de comercialização e desenvolveram uma articulação com outras cooperativas do estado criando a Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de São Paulo, CENTCOOP-SP, a exemplo de experiência semelhante ocorrida em Brasília-DF. Participaram dessa iniciativa as seguintes cooperativas: Cooletiva, Coopervida e Ecoativa da cidade de São Carlos, Nossos Valores, Cooperação, Cooperose, Coopermyre de São Paulo, Cooperlimpa, sediada em Diadema, e Reciclador Solidário, do município de Piracicaba, totalizando 9 cooperativas que reuniam à época cerca de 300 catadores.

Conforme noticiado em 19 de outubro de 2005 pelo boletim eletrônico do Instituto Ethos⁶³, a iniciativa de articular essa Cooperativa de Segundo Grau foi apoiada por organizações como a Fundação Unitrabalho, Fundação Banco do Brasil, União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil), Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste de São Paulo. Na ocasião, Márcia Abadia Martins, declarou:

A Central agrega valor ao material que coletamos e nos dá poder de barganha com as indústrias. Evitamos o atravessador e a pré-indústria, que determinam o preço de venda do material reciclável. Hoje, vemos o quilo da PET colorida a R\$ 0,76 e R\$ 0,85 o da PET branca. Os chineses, até meados deste ano, é quem granulavam a PET para fazer o *flake*. Com a Centcoop, teremos condições de comprar maquinários para beneficiar a matéria-prima e vender o produto a um preço melhor.[...]Temos de ser reconhecidos como

⁶³ Informação veiculada no site do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault>>.

profissionais. Com isso, não seremos mais explorados pelo ferro velho (MARTINS, 2005)⁶⁴

Ainda segundo a mesma fonte, estava previsto um investimento de cerca de 2 milhões de reais na Centcoop-SP, por parte de uma série de organizações nacionais e estrangeiras. Esses recursos seriam utilizados na estruturação da cooperativa de segundo grau que planejava avançar na cadeia de beneficiamento de resíduos, buscando eliminar atravessadores, agregar valor aos materiais e, assim, elevar o ganho das cooperativas de catadores. Entre as possibilidades apresentadas estava, por exemplo, o beneficiamento primário de alguns tipos de plástico para comercializá-lo picotado, o que elevaria significativamente o seu valor; outra possibilidade era a implantação de uma unidade industrial destinada à fabricação de madeira plástica⁶⁵.

Um dos percalços enfrentados para viabilizar a formação de uma cooperativa de segundo grau que abarcasse a maioria das centrais de triagem e núcleos, foi que, ao longo de todo o processo de organização dos catadores, surgiu um emaranhado de articulações entre os diferentes grupos, associações e cooperativas, produzindo uma diversidade de posições e possibilidades que foram se cristalizando ao longo do tempo. De maneira geral, as diferentes correntes estão unidas e aglutinam-se no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que mesmo contando com a participação da maioria dos grupos de catadores, tem participação reduzida das Centrais de Triagem.

Essa teia de relações reflete também a diversidade de posicionamentos políticos dos grupos que formam o que de modo geral é chamado de movimento dos catadores. Em parte, essas fissuras poderiam ser atribuídas à própria origem de algumas Centrais; como já dissemos, quando da implantação das Centrais de Triagem, parte dos cooperados não eram originários daquilo

⁶⁴ MARTINS, Márcia Abadia. Declaração concedida ao Instituto Ethos. Boletim Eletrônico, 19 out. 2005. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3345&Lang=pt-B&Alias=Ethos&itemNotID=7515>>.

⁶⁵ Produto foi desenvolvido por pesquisadores da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), sob a coordenação do Prof. Dr. Nazem Nascimento. A madeira plástica simplificaria a separação dos resíduos plásticos, pois permite em sua composição a mistura de alguns tipos diferentes desse material. Após o beneficiamento, tem-se como resultado perfis semelhantes à tábuas e pontaletes que podem ser empregados, por exemplo, na construção civil e no mobiliário urbano.

que se convencionou chamar como catador histórico. Eram pessoas que exerciam outras atividades, estavam desempregados e participaram de algum dos programas sociais do município. Nesse processo, passaram a ver a reciclagem como uma possibilidade de trabalho.

Alguns se adaptaram e assumiram as causas do movimento de catadores e da economia solidária. Outros entenderam as Centrais como uma cooperativa ou empresa convencional e a abandonaram ou permaneceram nela imprimindo métodos de trabalho e administração semelhantes aos adotados em empresas capitalistas clássicas. Grosso modo, pode-se dizer que, nos lugares onde essa tendência preponderou, os Núcleos simplesmente deixaram de existir e houve um afastamento gradativo da lógica e das diretrizes defendidas pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Ao mesmo tempo, observa-se que as Centrais que mantiveram os vínculos com os Núcleos, continuam a participar dos diversos Fóruns e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Givanildo do Santos Silva, integrante da coordenação do MNCR, explica um pouco essa relação:

Algumas das 15 centrais são inseridas no Movimento. O movimento tem alguns critérios, para a sua base orgânica. Algumas centrais não se enquadram nesses critérios, então essas centrais acabaram se afastando um pouco do movimento. Das quatorze centrais, uns falam quatorze, outros quinze, hoje tem três ou quatro inseridas no movimento.

Um dos critérios do movimento é a distribuição de renda por igual, todos os catadores, se trabalham junto, se trabalham no mesmo local, desenvolvem praticamente a mesma função, então porque a renda não ser igual. Algumas centrais não têm isso como critério, não tem como essa central fazer parte do movimento se não respeitam um critério do movimento. Na verdade, algumas centrais, não falo todas, algumas se tornaram grandes empresas. Onde tem o patrão e os funcionários, então não é isso que o movimento defende. Então é justo que se não se atenta aos critérios do movimento, então o movimento não assume essa cooperativa como base orgânica do movimento. (SILVA, 2008)⁶⁶

⁶⁶ Conf. depoimento de Givanildo dos Santos Silva concedido em 04/03/08. Givanildo tem 27 anos e é natural de Guaraci, na Bahia. Expulso pela decadência das lavouras de cacau, migrou para São Paulo com seus pais, aos 7 anos. Desde então, é catador. Conseguiu frequentar até a 4ª série do ensino fundamental, é casado e tem 3 filhos. Atualmente, além de integrar a direção do MNCR, Givanildo é cooperado da Coopersampa, cooperativa sediada no bairro do Glicério, região central da cidade de São Paulo.

Para Givanildo, deveria haver alguma forma que exigisse das Centrais uma atuação conjunta com os Núcleos:

[...] O modelo que foi construído para a cidade de São Paulo era ótimo, é ótimo. O problema é a administração interna de cada grupo. O modelo que foi construído [...] para beneficiar os grupos do entorno; toda aquela discussão que foi feita na época; se fosse respeitada ou se tivesse colocado isso como critério na contratação dessas cooperativas, as cooperativas que fossem contratadas colocasse o modelo que foi criado pela prefeitura, pelos catadores junto com a prefeitura fosse colocado no papel: Você tem de fazer isso, se não fizer você corre o risco de perder o contrato, ou perder a cessão de área, com certeza estaria funcionando melhor. (SILVA, 2008)

A fala de Givanildo reflete muito bem os “desvios” que Culti citando Gaiger⁶⁷ analisa, e também as fragilidades que se colocaram e continuam a se colocar para o movimento dos catadores, especialmente as que se referem ao longo processo de aprendizagem pelo qual precisaram passar para conseguir trabalhar em um sistema efetivamente coletivo e de auto-gestão, o que, aliás, é comum a outras iniciativas de economia solidária. Em outras palavras, o problema que se colocava era superar a hábito de trabalhar individualmente,

3.4 - Mudanças na administração municipal: as relações com o novo governo

Em 1º. de janeiro de 2005, assumiu a prefeitura de São Paulo o prefeito José Serra, eleito em segundo turno realizado no dia 31 de outubro de 2004.

Conforme dito anteriormente, o Fórum Lixo e Cidadania e os movimentos de catadores tentaram, antes das eleições, que os candidatos à prefeitura assumissem um compromisso público com as proposições da Plataforma Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, que, por sua vez estavam contidos na *Carta Compromisso de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos*. Neste documento constava, entre outros itens, o compromisso de que seria assegurada a participação dos movimentos de catadores no sistema de coleta de resíduos da cidade. O documento havia sido assinado pelo candidato do Partido Verde (PV), José Luiz de França Penna, e pela então prefeita e candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Marta Suplicy. Assim, não havia qualquer compromisso público do prefeito eleito pela coligação formada por Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido da Frente Liberal (PFL atual DEM, Democratas), José Serra, com o movimento. A única manifestação pública do candidato foi uma declaração feita para jornalistas conforme matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* de 15 de outubro de 2004, página A8, era de que, se eleito, iria “possibilitar a participação dos catadores individuais e cooperativas na coleta seletiva”,

Logo no início da nova administração, os catadores foram surpreendidos pela informação de que, ainda em 2004, o vereador Domingos Dissei (PFL), tinha apresentado na Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei nº 171/04, que poderia representar a regulação das atividades dos catadores, o que os deixou apreensivos e receosos de que suas atividades passassem a ser controladas pelas empresas contratadas pela municipalidade para a execução dos serviços de limpeza e coleta de resíduos urbanos. Segundo Grimberg (2007, p.103), a preocupação fundamentava-se na Lei Municipal nº 13.478/02, que permitia à prefeitura delegar a execução dos serviços de limpeza e coleta mediante concessão ou permissão. Ao mesmo tempo em que possibilitou às organizações de catadores fazer a coleta seletiva e a triagem de materiais, essa mesma lei assegurava ao poder público a possibilidade de, romper o

convênio com as centrais de triagem e retirar os catadores dos seus locais de trabalho, comunicando a eles essa decisão com uma antecedência de apenas trinta dias.

A seguir reproduzimos na íntegra o Projeto de Lei n ° 171/04:

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO, BEM ESTAR E CIRCULAÇÃO DOS TRABALHADORES QUE USAM CARRETAS/CARROÇAS MOVIDAS A BRAÇO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º - Os trabalhadores que usam carretas/carroças movidas a braço, que trabalham de forma individual ou em cooperativas deverão se cadastrar e serem credenciados pelo órgão municipal competente, para poder desempenhar suas atividades.

Art. 2º - O órgão definido para o credenciamento, promoverá cursos de higiene, manipulação de resíduos e orientação no trânsito.

Art. 3º - O cadastro conterá as informações pessoais e da cooperativa, se for o caso, fornecendo uma credencial identificadora.

Art. 4º - Será exigida a padronização das carretas/carroças movidas a braço, utilizados na coleta seletiva, no prazo máximo de 1 ano.

§ 1º - A padronização das carretas/carroças movidas a braço deverá, obrigatoriamente, propiciar menor esforço físico de deslocamento, maior visibilidade, bem como a sua identificação.

§ 2º - O não cumprimento ao disposto no caput deste artigo, implicará na apreensão e recolhimento das carretas/carroças movidas a braço.

Art. 5º - As das carretas/carroças, definidas nos termos do decreto a ser expedido, deverão contemplar espaço para publicidade.

Art. 6º - A aquisição destas das carretas/carroças movidas a braço por parte dos catadores de resíduos sólidos recicláveis poderá ser patrocinado pela iniciativa privada ou facilitada através de financiamentos de crédito popular.

Art. 7 - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 8º - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A reação do movimento de catadores e do Fórum Lixo e Cidadania foi convocar um ato de protesto, realizado diante da Câmara Municipal com aproximadamente 400 pessoas que, em seguida, dirigiram-se à sede da Prefeitura e conseguiram garantir o veto do prefeito à proposição.

No entanto, o veto do prefeito à Lei nº 171/04 não resolveu os problemas dos catadores e o clima de tensão e insegurança aumentou quando a prefeitura passou a apreender carroças e a agir com intimidação e violência, utilizando, por exemplo, jatos d'água para reprimir a ação de catadores, conforme denunciado pelo articulação Fórum Centro Vivo, formada por diversas organizações e movimentos sociais com o apoio de estudantes e docentes da Universidade de São Paulo (USP).⁶⁸

O governo municipal fez tentativas reiteradas de transferir as cooperativas e as Centrais de Triagem da região central para áreas periféricas. Para justificar essas investidas, alegou que as áreas ocupadas estavam contaminadas ou que o local era inapropriado para aquele tipo de atividade. Conforme Grimberg (2007, p. 104), o Secretário Municipal de Serviços, Andréa Matarazzo, fez a seguinte declaração: “carrocinhas podem continuar no centro, não há o menor problema”, porém anunciou o que o governo chamou de “organização de massas”, medidas que visavam “racionalizar” o sistema com a criação de grandes cooperativas localizadas na periferia. Segundo o Dossiê Centro Vivo, o “trabalho em massa” poderia provocar a perda de referência do processo de resgate social, além, do não reconhecimento da diversidade presente nas organizações dos catadores. A ênfase no aumento da eficiência, desmobilizaria os catadores, que estariam arriscados a enfrentar divisões na categoria, o que diminuiria o grau de coesão social do movimento, conquistada ao longo de muitos anos de luta.

Essas tentativas sempre foram rechaçadas, pois a região central é uma grande geradora de resíduos e, em função disso, historicamente conta com a presença de grande quantidade de catadores, que disputam esses resíduos com os sucateiros, também chamados de “morceções”. Transferidos para outros bairros, os catadores deixariam de ter acesso a estes materiais e, conseqüentemente passariam a ter outros problemas, como moradia, locomoção, etc.

[...] Tem quinze postos de triagem e três grupos funcionando no mesmo espaço. A Coopervivabem, que é uma destas três cooperativas, tinha espaço próprio e o perdeu por algum motivo que

⁶⁸ Fórum Centro Vivo, Dossiê de Denúncia. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

não foi explicado direito. Foi alegado que o solo estava contaminado, mas não estava. Deram prazo para a cooperativa sair de lá. A cooperativa disse que não ia sair, aí a Prefeitura tirou todos os caminhões que faziam coleta para ela. Quando acabou o material para fazer a triagem, não tinha mais serviço e cada catador foi para um lado. Ou seja, indiretamente, eles obrigaram os catadores a dissolver a cooperativa. (SILVA, 2007)⁶⁹

O Dossiê Centro Vivo denunciava, também, a retomadas das tentativas para desalojar a Coopamare, que, conforme vimos no primeiro capítulo, está instalada nos baixos de um Viaduto da Avenida Paulo VI, no bairro de Pinheiros.

Sob o pretexto de que o local era inapropriado para uso, a prefeitura tentou a retirada da cooperativa. O parecer de especialistas e a mobilização dos catadores e da sociedade civil desbancou esse argumento e conseguiu a permanência da Coopamare no local. (Fórum Centro Vivo, 2008)⁷⁰

Ainda sobre a Coopamare, em 14 de setembro de 2005, o Centro de Mídia Independente veiculou notícia reproduzida a seguir:

A Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis, que há 16 anos está instalada embaixo de um viaduto em Pinheiros, bairro da zona oeste de São Paulo, está ameaçada de despejo. No dia 8 de setembro os catadores receberam uma intimação da subprefeitura local, exigindo que deixassem o viaduto em 24 horas. Esta intimação foi realizada ilegalmente, sem decisão judicial, e é mais uma tentativa de "higienização" da cidade por parte da prefeitura de São Paulo. Em carta aberta à população, os cooperados lembram que "A Coopamare, desde a sua fundação, em 14 de maio de 1989, tem colaborado com a preservação ambiental, a saúde e a limpeza pública da Cidade de São Paulo, gerando matéria prima para a indústria, trabalho e renda, efetivando a inclusão social de seus cooperados" (*Centro de Mídia Independente*, 2008)

⁶⁹ SILVA, Givanildo Santos Silva (integrante da coordenação do MNCR). Entrevista concedida à Dayane Cunha, Revista Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.revistasustentabilidade.com.br>>. Acesso em: 29 nov. 2007.

⁷⁰ Fórum Centro Vivo, Dossiê de Denúncia. Disponível em: <<http://www.dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

Segundo Grimberg⁷¹, apesar das declarações contrárias, as ações do governo municipal evidenciavam uma política de segregação e perseguição aos catadores. Em setembro de 2005, o então Secretário Municipal do Trabalho, Gilmar Viana, anunciou a realização de uma ampla pesquisa para traçar o perfil desses trabalhadores, para a autora havia nesse anúncio o objetivo claro de coibir a circulação de carroças de catadores no centro da cidade.

Grimberg relata que, diante da escalada de agressões, o movimento de catadores novamente organizou um ato de protesto no dia 19 de agosto de 2005. Em setembro do mesmo ano, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) ingressou com uma representação junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), argumentando que a prefeitura estava violando o direito ao trabalho ao apreender suas carroças e que acenava com a possibilidade de transferi-los para o bairro de Vila Maria. O então Secretário Municipal do Trabalho, Gilmar Viana, foi convocado pelo MPT para audiência onde foi concedido ao município um prazo de 60 dias para que apresentasse ao MPT e ao MNCR uma agenda de ações, que passou a ser intermediada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo.

Em setembro nós fizemos uma manifestação e ninguém das cooperativas conveniadas com a prefeitura participou. Se participarem, eles sofrem algum tipo de represália. A prefeitura tira caminhões com materiais para fazer a triagem e coloca em outra cooperativa, porque os catadores que trabalham nesta coleta não recolhem material, eles recebem dos caminhões de empresas terceirizadas, contratadas e manipuladas pela prefeitura. Portanto, se eles participarem destas manifestações ficam sem material para fazer a triagem e vender. A Limpurb manda direta e indiretamente nas cooperativas. (SILVA, 2007)

Diante de tantas incertezas, sob pressão dos movimentos de catadores, uma audiência pública foi marcada para o dia 28 de setembro de 2005, na Câmara Municipal de São Paulo. Nela, o Secretário Municipal de Serviços, que acumulava também a Subprefeitura da Região da Sé, Andréa Matarazzo,

⁷¹ Para a autora: “a percepção da gestão em relação ao trabalho dos catadores não passava pelo reconhecimento de sua contribuição para a sustentabilidade social, ambiental, econômica e política de São Paulo. Resgatavam a visão de que os catadores sujavam a cidade, atrapalhavam o trânsito e não se constituíam numa alternativa de prestação de serviços a ser contemplada com investimentos públicos”. GRIMBERG, Elisabeth. *Coleta seletiva com inclusão dos catadores. Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo: experiências e desafios*. São Paulo: Instituto Polis, 2007.

apresentaria um projeto de ampliação das Centrais de Triagem, mas o encontro foi cancelado, conforme noticiaram o Boletim Repórter Brasil e a *Agência Carta Maior*, a última em matéria da jornalista Bia Barbosa, com o título: “Catadores temem plano anunciado pela Prefeitura de SP”⁷²:

Uma audiência pública na Câmara dos Vereadores marcada para discutir a polêmica dos catadores de materiais recicláveis de São Paulo foi cancelada de última hora nesta quarta-feira, dia 28. A razão: a Prefeitura de São Paulo ainda não tinha fechado uma proposta para o novo plano de coleta seletiva do município – feita atualmente por caminhões da administração pública, por cooperativas e por catadores que trabalham autonomamente. No início de agosto, um comunicado oficial previa que, até o final de setembro, os catadores teriam que deixar de trabalhar no centro expandido da capital. Organizados, os catadores conseguiram pressionar o secretário municipal de Serviços e Obras e subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, e reverter o processo, criando uma comissão para dialogar com o poder público. A audiência na Câmara [...] fazia parte deste processo de discussão com a sociedade. [...] Inusitadamente, no entanto, o secretário Matarazzo convocou a grande imprensa para apresentar o novo plano – que teoricamente não estava pronto. O documento prevê a ampliação a partir de outubro de 52 para 66 os distritos com coleta seletiva.

[...] São mudanças que afetam diretamente as cooperativas ligadas à administração pública, mas que em princípio não passam pelas cooperativas e catadores independentes. Segundo nota divulgada no próprio site da Prefeitura de São Paulo, “as cooperativas e catadores avulsos operam fora desse sistema em condições inadequadas de trabalho”. O novo modelo teria o objetivo de “atingir maior eficiência do sistema de coleta de lixo na cidade”. [...] Mas a proposta, apesar de estar sendo discutida em reuniões com as cooperativas conveniadas [...] está longe de ser um consenso. Uma das críticas dos catadores que participaram do anúncio do plano à imprensa nesta quarta é em relação às fusões que devem acontecer nas centrais de triagem. (BARBOSA, 2005))

Para Grimberg (2007, p. 105), uma das características da nova gestão era não estabelecer um diálogo horizontal com os movimentos dos catadores. Praticava-se o que a autora chama de *reunionismo*: muitos encontros mal preparados sem qualquer encaminhamento prático; dito de outro modo, um verniz de diálogo combinado com ações repressivas e violentas.

O Dossiê da Centro Vivo destacava a ameaça da Prefeitura de submeter os catadores individuais às cooperativas administradas ou controladas pelo poder público, o que representaria um bloqueio do trabalho formativo desenvolvido pelos Núcleos organizados e por outras formas de organização

⁷² BARBOSA, Bia. Catadores temem plano anunciado pela Prefeitura de SP. *Agência Carta Maior*. Boletim Reporte Brasil. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2007.

que vinham sendo construídas ao longo de anos. Além disso, essas ações privariam os catadores do controle sobre o seu trabalho e os seus ganhos e levariam à perda de autonomia de suas organizações, ou seja, havia um processo de negação de direitos conquistados com a luta das últimas décadas.

Essa disputa extrapolava o problema dos catadores e se inseria em um amplo contexto de requalificação urbana que poderia ser implementada de diversas maneiras. As organizações dos catadores, os movimentos por moradia e outros grupos vinham desenvolvendo um processo de politização das suas relações com a cidade, nesse sentido, a sua luta era pelo *direito à cidade*, entendido aqui segundo a visão de Henry Lefebvre (2001). As denúncias contidas no Dossiê Centro Vivo indicam que as ações da prefeitura se caracterizavam pela negação desse *direito à cidade* e pela visão conservadora e elitista que preferia estigmatizar atores sociais como os catadores.

Nesse sentido, a administração pública levava a cabo o processo conhecido como gentrificação⁷³, que consiste, segundo alguns autores, num processo de expulsão direta e indireta das populações pobres de determinadas regiões das cidades, particularmente das áreas centrais. Esse processo ocorre pela diminuição da oferta de determinados tipos de trabalho, aumento dos preços dos aluguéis, supervalorização dos imóveis e ação do aparato estatal, que, numa ponta investe para o embelezamento e melhoria da imagem dessas regiões e, na outra, reprime a atuação de movimentos sociais e procura desqualificar seus representantes ou apoiadores. Foi isso, por exemplo, que fez a Revista Veja, em matéria intitulada “O pecado da Demagogia”, publicada em 11 de janeiro de 2006⁷⁴, que elegeu como alvo o padre Padre Júlio Lancelotti, conhecido na cidade pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes e pela atuação em apoio aos moradores de rua, encortiçados, catadores e movimentos sociais diversos.

⁷³ Gentrificação: termo que tem origem na expressão da [língua inglesa](#) *gentrification*, (enobrecimento) que teria sido usada pela primeira vez em 1964, pela socióloga inglesa [Ruth Glass](#), quando analisava as transformações imobiliárias de distritos londrinos

⁷⁴ [O pecado da demagogia](#). [Revista Veja](#). São Paulo: Editora Abril, ed. 1938, 11 jan. 2006.

Como exemplo mais recente do processo de gentrificação, ou de higienização social via exclusão pela renda, pode-se apontar o Projeto Nova Luz, empreendido pela municipalidade, o qual em vez de procurar estimular a transformação dos bairros de Santa Ifigênia e Luz em locais de uso misto, destinado a moradias, comércio e serviços, concebeu um mega-projeto nos moldes do urbanismo elitista e excludente da equipe liderada por Jaime Lerner, ex prefeito de Curitiba. Assim, a intervenção pública cria mais uma ilha dentro da cidade, desencadeando uma gigantesca ofensiva do mercado imobiliário sobre o bairro.

É importante esclarecer que as referências à gentrificação e exclusão pela renda, referem-se aqui, as diversas operações empreendidas pelo poder público que estimulado pelo setor privado, adotam eufemismos como requalificação, reurbanização, revitalização, entre outros, para designar operações de expulsão dos pobres das áreas centrais. Essas áreas, por décadas foram “esquecidas” mais recentemente voltaram a despertar interesses, pois passam a representar um papel central na estratégia de competição global de diferentes aglomerados urbanos, onde projetos imobiliários tornam-se propulsores do desenvolvimento das cidades e justificam-se pela geração de empregos, elevação da arrecadação de tributos, incremento do turismo etc.

Nesse sentido, Arantes⁷⁵, revela que sob a égide da globalização, as políticas de ocupação do território urbano determinam de modo generalizado a transfiguração do espaço em “cidade-negócio” comandada, segundo a autora, por um “culturalismo de mercado”, resultando numa “máquina de produzir riquezas”. Nesse processo, a adesão da população em torno dos “famigerados” projetos de requalificação/revitalização urbana, então associados aos processos de *gentrificação*, expressaria o poder da “máquina ideológica”

⁷⁵ ARANTES, Oflia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia; A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3.ed. Petrópolis; Vozes, 2002.

Em artigo publicado em 04 de outubro de 2005, Mattos (2008), escreve que “sob o pretexto de revitalização está em curso um nítido processo de higienização social, mediante a expulsão da população pobre do centro”. O autor enumera diversas iniciativas da administração municipal para sustentar sua afirmação. Cita a arquiteta e pesquisadora Mariana Fix e reproduz a seguinte afirmação:

Há claramente uma disputa pelo uso da terra. A elite não abre mão que ali seja o centro da elite. Tenta se afirmar que existe um projeto de convivência (entre diferentes segmentos da população), enquanto na prática o projeto é muito mais pautado pela violência. (MATTOS, 2008)

Fica claro que a lógica do projeto “Nova Luz” é de expulsão da população pobre daquela região. Dessa maneira, reforça-se o espraiamento da cidade, que expulsa os pobres indesejados para periferia. Paralisam-se programas como o “Morar No Centro”⁷⁶, baseado em uma lógica oposta: a ocupação de parte da área central por habitações destinadas às famílias de baixa renda, permitindo uma melhor racionalidade no uso da infra-estrutura urbana, pois a região tem uma excelente rede de serviços públicos que é subutilizada. Além disso, é geradora de empregos. Nas periferias, ao contrário, há grande escassez de serviços e equipamentos públicos, baixa oferta de emprego e alto grau de violência, enfim uma série de problemas que são agravados pela pressão da expansão urbana sobre as áreas de preservação e proteção ambiental, como é o caso das regiões sul e norte.

⁷⁶ Programa desenvolvido pela Secretaria de Habitação do município de São Paulo (SEHAB), a partir da administração da prefeita Marta Suplicy, voltado à moradias populares existentes no centro da cidade, vinculando a reabilitação dessa região à melhoria das condições de moradia dos habitantes da área central e a atração de novos moradores para a mesma região. Segundo dados da SEHAB o centro possui boas oportunidades para a produção de habitações dirigidas às faixas de renda baixa e média, devido ao grande número de terrenos vazios, edifícios residenciais passíveis de reformas e edifícios comerciais abandonados que podem ser readaptados para uso residencial. Além disso, a região possui excelente infra-estrutura urbana e oportunidades de trabalho.

3.5 - Avanços, vitórias e perspectivas

[...] Para mim não é nenhum desmerecimento, é simplesmente uma maneira de sobreviver e ajudar a natureza, não é nada desrespeitoso [...] a gente recicla tudo, ou todo o possível, a gente tira tudo o que pode ser tirado do meio ambiente: do isopor ao papelão. Então para o meio ambiente, para os rios, para a natureza é muito importante que se faça esse trabalho. [...] De três anos pra cá mudou muito, porque até três anos eu estava desempregado, com grau de idade já avançado, fica difícil e aqui, eu tenho amizade, eu tenho meu dinheiro, mantenho minha casa, minha família, eu tenho minha estabilidade e é tudo de bom. (PORTUGUAL, 2008)⁷⁷

Entre os cooperados, há certo consenso quanto aos avanços obtidos nos últimos anos. Isso pode ser constatado pelos depoimentos colhidos para essa pesquisa, bem como em registros realizados por outros trabalhos disponíveis em fontes como entrevistas, vídeos e outras formas de publicação.

É comum que sejam apontados benefícios como a elevação do nível de renda, as melhorias nas condições de trabalho em razão da infra-estrutura cedida pela prefeitura, além da importância de se ter um local fixo de trabalho, o que evita problemas como brigas, repressão policial, agressões e desrespeito por parte de motoristas, entre outros incômodos presentes no cotidiano dos catadores que atuam individualmente.

Na rua o catador é menos protegido (do que os das cooperativas que trabalham nos centros de triagem). Geralmente, moram na rua. Os que participam da cooperativa ajudam um ao outro, se unem, sentam, escutam o problema do outro e tentam resolver. O catador da rua não consegue ter estes acessos. (SILVA, 2008)

O aspecto mais repetido e comemorado é a recuperação da auto-estima e da dignidade. A auto-localização na sociedade por meio do grupo social é um processo que possibilita escapar do estado de perda da memória social, de não partícipe, de não-pessoa na multidão e passar para a condição de re-referenciado, isto é, para a reconquista do pertencimento.

⁷⁷ Depoimento do cooperado Railton Portugal, 52 anos, cooperado da Cooperação, Vila Leopoldina. Disponível em: <<http://www.cooperacaoreciclagem.com.br>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

Conforme Olgária Matos, “no espetáculo da multidão o indivíduo se perde e, para ele, a cidade se torna ora passagem ora vitrine” (MATOS, 1982). De fato, conforme aponta Domingues Junior (2003, p.114), a “entrada na cooperativa vai possibilitar aos catadores encontrar um “território” no qual podem “lançar âncoras”, ou seja, refazer identidades, estabelecer novos vínculos de sociabilidade”. Essa constatação vale tanto para aqueles que já exerciam a atividade de catadores como para os que ingressaram recentemente no processo e, nesse sentido, são significativos os depoimentos destes trabalhadores:

Estou com 4 anos que entrei na cooperativa [...]. A gente entrou aqui, eu não entendia de nada, mas depois que eu entrei aqui com um pouco de tempo, eu já tô um pouco entendida, conheço muitos materiais. Eu gosto de trabalhar e gosto do serviço. Já fiz algumas coisas, comprei algumas coisas com o serviço, com o que ganho aqui. (TEIXEIRA, 2008)⁷⁸

As possibilidades de Geração de Trabalho e Renda certamente são outro ponto a ser destacado, assim como o potencial que as cooperativas e demais formas de associação de catadores demonstraram como instrumento de ressocialização das pessoas que delas participam. Nesse sentido é bastante ilustrativa a entrevista com a Mara Lucia Sobral Santos, catadora da Central de Triagem de Granja Julieta:

[...] Passei muito tempo como moradora, como menina de rua do Anhangabaú, do Largo da Batata. Minha mãe morreu quando eu tinha 11 anos de idade. Família de 3 irmãs, com a morte da minha mãe meu padrasto violentou eu e minhas irmãs e foi embora. Nós fomos jogados para a Febem, na época que era no Brás. Eu fugi da Febem e fui para o Anhangabaú. Cheirava cola, vendia droga e assim cresci nas ruas [...]. Aí aos 20 anos reconheci minhas irmãs de novo, nós nos encontramos, passei um tempo na casa dela. Como não tinha estudo, negra, marginalizada, porque você vem marginalizada da rua, porque você vem com a formação de que a sociedade não liga para você, de que você é um peso na terra. [...] Fui pro crime, fui pro tráfico de drogas pesado no Grajaú onde virei capitã de uma favela chamada 27, durante quatro anos. Fui alvejada por dois tiros e continuei; me casei com um traficante, tive dois filhos. Ele foi preso, eu continuei com meus filhos dentro da favela. Aí depois, a minha

⁷⁸ TEIXEIRA, Maria da Conceição. 57 anos – Cooperação, depoimento disponível no site: <<http://www.cooperacaoreciclagem.com.br>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

irmã, que também era traficante como eu, faleceu, e me fez o favor de me deixar cinco crianças. Foi quando eu percebi que o tráfico e as drogas tinha sido um refúgio porque a minha mãe tinha morrido, mas o tráfico e a droga nunca me deu nada. Só que a sociedade me deu menos ainda porque o traficante ele me deu chance de comer e dar comida para os meus filhos e a sociedade não abria a porta porque eu era negra, não era bonita, não sabia falar. E assim eu fui durante muito tempo. Fiquei com meus sobrinhos e filhos. Meu marido ficou na cadeia e quando saiu não quis as crianças. E aí eu me vi sozinha, vendendo bala na rua; foi quando eu ouvi falar sobre a cooperativa. Uma moça, tava na rua conversando: você trabalha? Não, não trabalho. Ah! Mas, ali tem um pessoal que cata um lixo, ali, quem sabe você tira uma moeda porque eu vender bala na rua não dá nada de lucro, né. Eles te pegam, você perde a mercadoria quando o rapa, que o Prefeito manda, você dança. Então eu vim parar aqui [...].

Fiquei sabendo da Granja Julieta, vim pra cá. Quando eu vim pra cá, tive dificuldades tremendas como ser humano, magoada, já cheguei aqui mandando todo mundo pra aquele lugar, e que se alguém levasse dinheiro, eu ia dar tiro mesmo, que eu ia matar porque eu era marginalizada dentro de mim. Tudo o que eu aprendi foi me defender, eu nunca aprendi a receber nada de ninguém. Eu sempre aprendi tomar e bater. Foi para isso que eu fui educada nas ruas de São Paulo. Quando eu cheguei aqui eu fui tratada, primeiramente pela antiga presidente. Foi mais do que uma mãe pra gente, me acolheu e dizia para mim: calma, você vai parar - eu ainda usava muita droga quando eu entrei aqui.

Usava cocaína, bebia muito, geralmente eu vinha trabalhar virada de droga. E aí ela foi mexendo com a minha auto-estima: Você é nova, você tem um monte de crianças. Porque hoje ao total desses sobrinhos e filhos, pessoas que foram aparecendo, eu hoje estou com um total de 15 crianças na minha casa. Falta cinco para eu abrir um orfanato. Não tem muito como eu correr porque foram aparecendo e você fala “não vou pegar mais”, mas chegou na porta [...]. Meu tenho quatro, meu natural, o resto é tudo adotado, legalizado graças ao trabalho que eu tenho hoje. Os meus filhos são legalizados no Conselho Tutelar. Eu ganhei posse e guarda de cada criança que eu tenho dentro da minha casa.

Eu moro na comunidade da Vila Rubi. Aqui eu me reeduquei, aqui eu me encontrei como ser humano, me encontrei com uma pessoa que eu sou em Deus hoje. Aqui eu me encontrei em toda a minha vida, que pra muitos são de lixo, é tudo o que eu tenho hoje. Não consigo falar, tudo o que eu tenho de melhor. Amigos, hoje eu tenho toda uma estrutura de vida, meus filhos não pedem na rua, meus filhos não trabalham em farol, meus filhos não vendem latinha. Hoje em dia através da reciclagem eu recuperei minha dignidade, eu não sou mais usuária de droga, eu conquistei amigos aqui dentro, conquistei pessoas que olharam pra mim pelo que eu era. Eles não me viram grande e forte como eu parecia, eles viram em mim aquela criança que a mãe deixou. E hoje minha vida está toda aqui. Tudo o que eu faço gira aqui dentro. Eu não consigo me ver nas drogas de novo, eu não consigo me ver no tráfico. Eu amo toda a minha história aqui. Eu não consigo olhar para mim hoje e falar assim “eu fui daquele jeito”. Nunca, nunca, não pode ser. Como é que eu cheguei a ser aquele bicho que me tornaram, eu não consigo entender como é que consegui melhorar tanto. Que hoje eu gosto de mim. (SANTOS, 2008)⁷⁹

⁷⁹ Em recente Assembléia Geral dos Cooperados, Mara Lúcia Sobral Santos foi eleita presidente da Cooperativa Granja Julieta, para um mandato de 2 anos. SANTOS, Mara Lúcia Sobral. Entrevista concedida na. Central de Triagem de Granja Julieta/Sto. Amaro, 07 fev. 2008.

Durante a entrevista, Mara chorou convulsivamente ao lembrar o período em que viveu nas ruas da cidade e a experiência de ter chefiado um ponto de tráfico de drogas em uma favela do bairro do Grajaú. O depoimento fala por si: retrata com veemência as vivências de uma pessoa que, associada à outras desejosas de transformação constituíram um novo sujeito coletivo.

Há que se destacar, também, a assimilação das preocupações com o meio ambiente, freqüentemente presentes na fala de todos os catadores ouvidos nessa pesquisa. Entendemos que fica evidenciada a construção de uma consciência ambiental, ou seja, o trabalho coletivo de catação de resíduos levou a reflexões e à assimilação de preocupações que extrapolam os limites e motivações meramente econômicas do grupo social desses trabalhadores.

[...] Eu vejo, fora todo o lucro que eu tenho, em tudo o que eu tenho como ganho, eu sei o que representa pro mundo. O leite tetra-pak que demora mil anos, o planeta não agüenta mais, a gente já não tem mais água. A água daqui a pouco está valendo ouro. A gente já não tem mais energia, a gente não tem mais recurso natural. A Mata Atlântica foi-se e está indo embora. É uma fraude dizer que ela está bem porquê não está. A gente acompanha por reportagem e sabe que o planeta está explodindo. A Camada de Ozônio está indo embora. E eu me sinto bem, quando eu chego em casa eu vejo meu filho falar: Não pode jogar leite no lixo. Se eu deixar a torneira aberta minha filha: Oh mãe, a água do mundo está acabando. Eu tenho esta consciência ambiental e eu passei para os meus filhos. (SANTOS, 2008)

Ou nas palavras de Neilton César Polido, que, desde criança, trabalha catando resíduos nas ruas da Região Oeste da Cidade:

[...] Você pensar assim, isso não me afeta. Afeta porque você vive nesse planeta, você come e você bebe dele e se você não pensar hoje no planeta, nele, como que você vai fazer daqui mais ou menos trinta anos, quarenta anos. [...] Uma coisa que a gente sabe que está perdendo, que é um bem precioso, é a água. E de que maneira se vai viver? Nós sabemos que daqui a 20 anos talvez as coisas estejam bem pior do que está hoje. Por que? Porque hoje pouquíssimas pessoas pensam em tirar da natureza aquilo que elas jogam. Quer dizer, hoje se você tem enchente por aí, você deve tudo isso às pessoas. Se você tem, pode-se dizer, um número grande de doenças, deve-se às pessoa, por quê? Por que você desmata sem necessidade, você provoca enchente sem necessidade, por que, se você jogasse as coisas no local correto, automaticamente você evitaria isso. (POLIDO, 2008)

Outro aspecto notável é a naturalidade com que alguns catadores tratam de temas altamente complexos, como os mecanismos de compensação via mercado de crédito de carbono⁸⁰, o que levou os catadores da Cooperativa Coopercosi⁸¹, localizada em Perus, a desenvolverem um interessante processo de mobilização para a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Perus, conforme relatou Luzia Maria Honorato, catadora da Coopercosi:

Nós criamos o Fórum há quatro anos [...] para nos ajudar a buscar sustentação em todos os sentidos. Todos foram convidados. O pessoal da saúde, educação, assistência social. E tinha gente do governo nos ajudando a construir esse Fórum do Desenvolvimento Sustentável. (HONORATO, 2008)⁸²

É importante esclarecer que o distrito de Perus conviveu por quase 3 décadas com o Aterro Bandeirantes, instalado em 1979 numa área de 150 hectares, que acumulou um estoque de aproximadamente 40 milhões de toneladas de resíduos, conforme dados divulgados pela a Secretaria de Serviços e Obras (SSO), da Prefeitura de São Paulo. Por isso. Perus estabeleceu uma relação peculiar com os resíduos da Cidade. A população da região organizada em diversos movimentos sociais lutou contra o aterro durante anos.

O bairro de Perus é um bairro distante, [...] então dá a impressão de que é uma cidade de interior. Porque até você chegar no bairro você passa por bastante mato, por área verde. [...] termos este perfil de cidade do interior. [...] Primeiro aquela coisa dos presos políticos⁸³

⁸⁰ Créditos de carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) são certificados emitidos quando ocorre a redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE). Por convenção, esses créditos podem ser negociados no mercado internacional, isto é, foi atribuído um valor monetário à poluição. De modo geral, o Protocolo de Kyoto estabeleceu limites de emissões de GEE. Os países signatários do Protocolo possuem metas para diminuição das emissões. Os países que ficam abaixo dos patamares acordados podem vender no mercado internacional a diferença ou crédito para aqueles que extrapolaram o volume acordado. Países desenvolvidos também podem suscitar a redução da emissão GEE em países em desenvolvimento por meio da aquisição de créditos de carbono destes países.

⁸¹ A Coopercosi possui 26 cooperados, sendo 21 internos e 5 externos, que trabalham com carroças pelo bairro. Funciona como Núcleo da Central da Vila Leopoldina/Lapa operada pela Cooperação.

⁸² HONORATO, Luzia Maria Honorato. Cooperada da Coopercosi, 53 anos. Entrevista concedida na. Coopercosi, 25 fev. 2008.

⁸³ Em setembro de 1990, foi localizado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, uma vala comum com 1.049 ossadas, que foram atribuídas a sepultamentos clandestinos de pessoas assassinadas pela repressão da ditadura militar. As ossadas foram encaminhadas ao

serem mandados lá pro cemitério, depois nós tivemos as prostitutas que queriam tirar do centro da cidade e mandar para Perus⁸⁴, porque disse que zona de meretriz não podia ficar no centro da cidade tinha que ir pro bairro de Perus. Depois queriam manter esse aterro lá, enfim, nós sempre fomos um povo que gritou não, não, não! Nós não queremos isso.

Aí nós ficamos sendo vistos como aquele povo revolucionário, aquele povo que diz não. Meio briguento. Perus tem uma característica interiorana, é um bairro dormitório e acima de tudo Perus tem um senso crítico por conta dessas ameaças todas que a gente sofre. Olha, tem alguma coisa aqui que nós não queremos no centro da capital, vamos mandar para Perus. E nós sempre dizemos assim: não, nós não queremos. Se não serve para a capital, para o centro, também não serve para nós aqui na periferia. Aí começamos a criar organismos que nos ajudassem a refletir, e aí nós criamos o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do bairro. (HONORATO, 2008)

Luzia relata que o movimento social desconhecia o Protocolo de Kyoto, assim como o mercado de créditos de carbono e que, quando souberam dessa possibilidade, convidaram técnicos que pudessem explicar o processo:

[...] Começaram a nos convidar para várias reuniões, começaram a convidar pessoas que entendem melhor para que a gente também começasse a entender, e aí nós fomos nos interagindo que esses créditos eles deveriam ser gastos no bairro. [...] Nós descobrimos também que ele não pode ser gasto em outras situações, por exemplo, educação, saúde. Não, tem que ser no meio ambiente e coleta seletiva é meio ambiente, né [...]. A Subprefeitura, junto com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que receberam os créditos após o leilão⁸⁵ em setembro [...], eles começaram a fazer o planejamento deles, como é que eles iam gastar esse dinheiro lá no bairro e aí fizeram assim uma pequena Suíça, lá, né, em Perus. Agora é praça prá aqui, praça prá acolá, onde tiver uma ponte e um terreno eles querem fazer praça, calçadão com verde, com árvore para poder gastar o dinheiro. E na beira do rio fizeram lá um parque linear, na teoria, né; na prática ainda não começaram a mexer em nada. E no meio, eles colocaram uma parte de dinheiro para fazer educação ambiental, outra parte para fazer a Central de Triagem, e nós pedimos a eles que nós fossemos os gestores dessa Central de Triagem, porque nós já havíamos pedido para a Secretaria do Verde

departamento de medicina legal da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), para possível identificação.

⁸⁴ Referência à propositura de uma lei, ao final de 1992, pelo vereador Zé Índio, indicando a criação de uma Zona Livre de Sexo no bairro. Disponível em: <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/sppr/dados/historico/0001>>. Acesso em: out. 2007.

⁸⁵ O Leilão ocorrido em 26 set. 2006 rendeu à Prefeitura de São Paulo recursos da ordem de R\$ 34,05 milhões para aplicação em projetos sócio-ambientais na região de Perus e Pirituba. Foram vendidos 808.450 mil créditos de carbono do município na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). O lote foi arrematado pelo Fortis Bank NV/SA, da Holanda, que pagou 16,20 euros por tonelada de carbono, o que representou um ágio de 27,5% sobre o preço mínimo de 12,70 euros que havia sido fixado pela Prefeitura. Nove empresas ofertaram lances no leilão, feito via internet. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=18835>. Acesso em: 20 fev. 2008.

que nos transformasse em central, uma vez que nós já temos mais de 180.000 habitantes no entorno, e comporta uma central, né. Mas nós temos o senso crítico sim, os Créditos de Carbono veio só nos ajudar a dar um passo a mais. (HONORATO, 2008)⁸⁶

A partir da Cooperativa, foi criada uma articulação que envolveu diversos segmentos do bairro e extrapolou os seus limites. O que chama a nossa atenção é o conjunto de conexões que foi desenvolvido para encontrar alternativas que representassem melhorias para os catadores reunidos na Coopercosi e para toda a população do distrito. Dessa maneira, um problema pontual e local exigiu do grupo reflexões que, por sua vez, conduziram por um percurso que exigiu uma série de mediações e relações políticas tanto com os outros atores sociais locais como com o poder público e atores externos ao bairro. As experiências vivenciadas nesse processo fortaleceram o grupo de catadores, que conseguiram reunir as condições para a instalação de uma cooperativa estruturada no bairro, o que para eles, é uma vitória na luta pelo direito ao trabalho, àquele trabalho específico e a possibilidades de uma vida melhor.

⁸⁶ Luzia Maria Honorato, em seu depoimento, faz referências a um Projeto de Lei apresentado à Câmara Municipal de São Paulo, pelo então vereador José Índio, propondo a criação de uma Zona Livre de Sexo no bairro. Disponível em: <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/sppr/dados/historico/0001>>, Também refere-se ao leilão, ocorrido em 26 set. 2006, que rendeu à Prefeitura de São Paulo recursos da ordem de R\$ 34,05 milhões para aplicação em projetos sócio-ambientais na região de Perus e Pirituba. Foram vendidos 808.450 mil créditos de carbono do município na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). O lote foi arrematado pelo Fortis Bank NV/SA, da Holanda, que pagou 16,20 euros por tonelada de carbono, o que representou um ágio de 27,5% sobre o preço mínimo de 12,70 euros que havia sido fixado pela Prefeitura. Nove empresas ofertaram lances no leilão, feito via internet. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=18835>. Acesso em: 20 fev. 2008.

Considerações Finais

A presença dos catadores de materiais recicláveis no cenário urbano não é algo recente. Porém, o significativo crescimento dessa atividade possui estreitas relações com pelo menos três acontecimentos: a diminuição das oportunidades de trabalho, o crescimento da oferta de resíduos em razão de novos padrões de consumo e a cristalização das preocupações com o meio ambiente.

Do ponto de vista ambiental, é altamente desejável que haja diminuição significativa na produção de resíduos, seja ela pela redução, reutilização ou reciclagem de materiais. Deste modo, há uma clara contradição entre a preocupação ambiental e o exponencial avanço do consumo de mercadorias que, em razão do processo de acumulação inerente ao capitalismo, tende a diminuir cada vez mais o tempo de vida útil das mercadorias.

Do ponto de vista do trabalho, é necessário que se diga que a catação de resíduos para reciclagem, do modo como é realizada na maior parte do país, é, por definição, um trabalho precário e que necessita ser superado. Todavia, procuramos mostrar nessa pesquisa que os trabalhadores, por meio de sua própria organização, têm avançado no sentido de superar essas condições de precariedade, criando modelos viáveis de trabalho, renda e inclusão social, com ganhos ambientais.

É inadmissível que trabalhadores continuem puxando carroças pelas ruas das cidades com centenas de quilos de resíduos, em uma situação que poderia ser resolvida com o emprego de veículos motorizados. Igualmente inadmissíveis são as atuais condições de trabalho, que estão longe de obedecer às regras elementares de segurança, pois há pelo menos três anos os trabalhadores das Centrais de Triagem não recebem itens como luvas, botas, uniformes, máscaras, óculos, etc.

O modelo de Centrais de Triagem adotado na cidade de São Paulo, significou um avanço importante, como reconhecem os catadores, porém, extremamente limitado. Restringiu-se às 15 centrais implantadas na administração Marta Suplicy e, atualmente, processa uma quantidade

insignificante de resíduos quando comparado ao volume total gerado pela cidade, ou seja, há um enorme potencial de crescimento que não está sendo explorado. O modelo de Centrais também necessita de ajustes. Conforme demonstramos, algumas cooperativas se distanciaram da proposta inicial e abandonaram os Núcleos de catadores, passando a funcionar como empresas convencionais.

Quanto às relações com o poder municipal, estas nunca foram totalmente tranqüilas: na gestão de Marta Suplicy, houve problemas com a Secretaria de Serviços e Obras que, sobretudo em 2004, último ano da administração, impôs condições, atropelou o processo de implantação das Centrais e, em dado momento, ignorou a organização dos catadores, sem considerar que a tecnologia para a implantação desse modelo foi fornecida gratuitamente pelo movimento de catadores, o qual, a partir das associações e cooperativas que já existiam, disponibilizou pessoas para operar as novas Centrais e treinar as equipes.

No governo de José Serra, que assumiu o mandato em janeiro de 2005, permanecendo até dezembro de 2007, quando deixou o governo transferindo o poder para o vice prefeito Gilberto Kassab, as relações foram e são instáveis e tensas. O programa de coleta seletiva não apresentou qualquer avanço e são freqüentes as denúncias de restrições aos catadores, sobretudo nas áreas centrais, onde tem sido cada vez mais comum a apreensão de carroças, sem falar na pura e simples expulsão de catadores e moradores de rua com jatos d'água, apreensão de materiais e repressão policial, ações que são reveladoramente justificadas pela chamada "Operação Cidade Limpa". Além disso, foram feitas pressões tentativas de transferência das cooperativas para regiões periféricas, e houve pelo menos um caso – Coopervivabem do bairro de Pinheiros – de mudança de local sem qualquer justificativa convincente.

Outro aspecto que ficou evidente é que as disputas em torno dos resíduos cresceram nas últimas três décadas e tendem a acirrar-se em razão da valoração destes materiais, que despertam interesses econômicos diversos e também robustecem a argumentação em favor da ampliação da coleta seletiva para toda a cidade, com o envolvimento dos catadores e a adoção de políticas públicas que contemplem suas necessidades de qualificação, educação, saúde, moradia, etc.

No decorrer da pesquisa, foi evidenciada a necessidade de adoção, pelo poder público, de formas inovadoras de gestão de resíduos sólidos, que superem os paradigmas tecnicistas que historicamente procuram desqualificar o trabalho dos catadores e impor modelos baseados unicamente em tecnologia como incineração, compostagem, aterros e uma gama enorme de variações das mesmas e superadas formas que se mostraram inadequadas por seus elevados custos ou pelos prejuízos ambientais que representam.

É notável a elevação da renda dos catadores organizados em cooperativas, assim como são notáveis os avanços na articulação e organização desses trabalhadores. Quando iniciamos a pesquisa, partimos da premissa de que um novo e importante sujeito social estava despontado e, no decorrer do trabalho, nos convencemos de que a nossa hipótese é verdadeira: esse novo sujeito social expressa-se diariamente nas cidades pelo trabalho quase anônimo de milhares de catadores como Ana, Guiomar, Mara, Márcia, Jacy, Luzia, Givanildo, Carlinhos, Sr. Carlos, Neilton, Jocemar, Eduardo e tantos outros personagens que, no cotidiano, travam pequenas disputas, lutam por migalhas e assim, na prática, vivenciam experiências, adquirem e produzem conhecimentos e criam espaços de sociabilidade e convívio alicerçados na solidariedade com outros iguais. Desse modo, forjam a sua inserção no espaço, na paisagem urbana e na cena histórica.

Anexos

1- Plataforma Lixo e Cidadania	130
2- Carta compromisso de Brasília MNCR.....	133
3-Termos de intenção de candidatos à prefeitura em 2000.....	134
4-Carta de compromissos – eleições 2004.....	143

FONTES CONSULTADAS

I - PERIÓDICOS CITADOS

Pesquisa temática realizada na Hemeroteca da Câmara Municipal de São Paulo (período 1980 à 2005), e arquivos do Centro de Documentação do Instituto Polis, Arquivos da Organização de Auxílio Fraternal, Rede Rua, Fundação Unitrabalho e Coopamare)

- Diário Popular, 07 de agosto 1985.
- Folha de São Paulo, 09 maio de 1983.
- Folha de São Paulo, 29 maio de 1994
- Folha de São Paulo, 24 setembro de 1994.
- Folha de São Paulo, 27 maio de 2001.
- Gazeta Mercantil, 11 novembro de 1993.
- Gazeta de pinheiros, 9 de maio de 1993.
- Jornal da Tarde, 24 de março de 1986.
- Jornal da Tarde, 09 de junho de 1994.
- O Estado de São Paulo, 15 de outubro de 2004.
- O São Paulo semanário da Arquidiocese de São Paulo, 25 abril a 01 maio 1986.
- Shopping News, 21 de fevereiro de 1988.
- Shopping News, 28 fevereiro de 1988.
- Revista Veja, Ed. 1938, Ed. Abril, 11 de janeiro de 2006.

II - DOCUMENTOS COM CIRCULAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICOS

- a) Boletim Eletrônico do Instituto Ethos Empresa e Responsabilidade Social. Disponível em: < <http://www.ethos.org.br>>. Acessado em 13 de dezembro de 2007
- b) Boletim Repórter Brasil. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br>>. Acessado em 28 de outubro de 2007.
- c) Centro de Mídia Independente (CMI). Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org>>. Acessado em 22 de janeiro de 2008.
- d) Conversa Afiada. Disponível em: <<http://conversa-afiada.ig.com.br>>. Acessado em 12 de agosto de 2007.
- e) Fórum Centro Vivo. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org/Main/HomePage>>. Acessado em 22 de janeiro de 2008.
- f) Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre O Trabalho. Disponível em: < <http://www.unitrabalho.org.br/paginas/artigos.html>>. Acessado em 01 de junho de 2007.
- g) Revista Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.revistasustentabilidade.com.br>>. Acessado em 12 de fevereiro de 2008
- h) Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERCI.HTML>. Acessado em 24 de junho de 2007
- i) Sistema Radiobras, Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>> . Acessado em 30 de janeiro de 2008.
- j) Tierramérica meio ambiente e desenvolvimento. Disponível em: < http://www.tierramerica.info/index_pt.php>. Acessado em 30 de maio de 2007.

III - Documentos Oficiais

Pesquisa temática na Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo

- a) Lei Federal 5.764/1971, regulamenta o sistema cooperativo no Brasil.
- b) Projeto de Lei federal 171/1999, em tramitação no Congresso Nacional, alterando a Lei Federal 5.764/1971.
- c) Decreto Municipal nº. 28.649/1990, reconhecendo as atividades dos catadores e de suas organizações e permitindo o uso de áreas municipais em caráter precário.
- d) Lei Municipal nº 10.954/1991, regulamenta a separação domiciliar de resíduos sólidos em orgânicos e não orgânicos.
- e) Lei Federal nº. 8.949/1994, possibilita a organização de cooperativas de serviços.
- f) Lei Municipal nº 13.478/2002, visando regular todo o sistema de coleta e destinação de resíduos na cidade de São Paulo.
- g) Projeto de Lei municipal 171/04, que procurava regular a circulação de carroças de Catadores pela cidade de São Paulo.

IV - Outros documentos

- a) Plataforma Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo, documento final do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, ocorrido em 27 e 28 de junho de 2000.
- b) Carta de Brasília, documento final do Primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido em 4,5 e 6 de junho de 2001, Brasília DF.
- c) Termos de intenção, documento proposto pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e assinados pelos principais candidatos à Prefeitura da cidade, nas eleições de 2000.
- d) Carta de Compromisso – Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos, documento dos movimentos de Catadores de Materiais Recicláveis, proposto para assinatura dos candidatos à Prefeitura de São Paulo nas eleições de 2004.
- e) Relatório anual de atividades da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Mat. Reaproveitáveis - Coopamare (1990 a 2005)
- f) Programa Sócio-Ambiental Cooperativa de Catadores de Materiais Reciclável Coleta Seletiva Solidária - Relatório Descritivo Final 3 – Produto 3 setembro 2004. (Contrato 01/SSO/04 – Acordo entre a Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria de Serviços e Obras e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho.
- g) Relatório anual de atividades da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho (2002 a 2004).
- h) Relatório de atividades do Centro de Referência em Geração de Renda e Gestão de Resíduos da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho (2004 a 2005)
- i) Relatório trienal do Programa de Economia Solidária da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho (2003 a 2005)
- j) Relatório executivo do projeto: Fundo de Capital Solidário, da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho (2004 a 2006).

V - Fontes Orais

Entrevistas com catadores e outros atores do processo de organização das cooperativas paulistas

1- Carlos Alencastro Cavalcanti, catador, Integrante da Coordenação Nacional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Depoimento concedido em 05 fevereiro de 2008.

2- Carlos Roberto Fabrício, catador, Integrante da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) Depoimento concedido em 06 junho de 2006

3- Elizabeth Grimberg, socióloga, coordenadora do Programa Ambiente Urbano do Instituto Polis, autora de diversos estudos sobre resíduos sólidos. Depoimento concedido em 03 de março de 2008.

4- Givanildo Santos Silva, catador, integrante da Cooperativa Coopersampa, e da Coordenação Nacional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Depoimento concedido em, 25 fevereiro de 2008

5- Jacy Cardoso, catadora, atual presidente da Cooperativa Cooperação que opera a Central de Triagem de Vela Leopoldina/Lapa. Depoimento em 07 fevereiro de 2008.

6- Luiza Erundina de Souza, ex-prefeita de São Paulo, Deputada Federal, depoimento concedido em 10 agosto 2007.

7- Luzia Maria Honorato, catadora, integrante da Coopercosi. Depoimento concedido em 25 fevereiro de 2008..

8- Mara Lúcia Sobral Santos, catadora, recém eleita presidente da Cooperativa que opera a Central de Triagem Granja Julieta/Santo Amaro. Depoimento concedido em 08 fevereiro de 2008.

9- Márcia Maria Abadia, catadora, ex-presidenta da Cooperativa que opera a Central de Triagem Granja Julieta/Santo Amaro. Depoimento concedido em 08 fevereiro de 2008.

10- Neilton César Polido, catador, cooperado da Cooperação, Central de Triagem Vila Leopoldina/Lapa, Depoimento concedido em 07 de fevereiro de 2008.

11-Regina Maria Manoel, integrante da Organização de Auxílio Fraternal (OAF) Depoimento concedido em 06 junho de 2007.

12- Depoimentos, cuja identidade dos depoentes não foi revelada, colhidos pela equipe do Instituto Pólis e reunidos na publicação Coleta seletiva com inclusão dos catadores – Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Experiência e Desafio, São Paulo, Instituto Polis, 2007,

BIBLIOGRAFIA:

- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANTES, Antonio Augusto. A Guerra dos Lugares. In: *Paisagens Paulistas, Transformações do Espaço Público*. Campinas: UNICAMP/São Paulo: IMESP, 2000.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiore. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BARROS, Vanessa Andrade de; SALES, Mara Marçal; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In: GOULART, Íris Barbosa (org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Peres, 1995. (Coleção Caderno Dívida Externa).
- Birbeck, Christopher. Self-employed proletarians in an informal factory: the case of cali's garbage dump. *World Development*, v. 6, n. 9-10, p. 1173-1185. (The United Nations University, Tóquio, 1997).
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. *Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CALAME, Pierre (org.). *Repensar a gestão de nossas cidades: dez princípios para a governança, do local ao global*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- CATANI, Antonio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COSTA, Alderon Pereira da; DIAS, Arlindo Pereira. Prefácio. In: ROSA, Cleisa Moreno Mafei. *Vidas de ruas*. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.
- CULTI, Maria Nezilda. *Economia solidária: geração de renda, mitos e dilemas*. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/>> Acesso em: 05 out. 2007.
- CRUZ, Heloisa de Farias. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ, 2000.
- DOMINGUES JÚNIOR, Paulo Lourenço. *Cooperativas e a construção da cidadania da população de rua*. São Paulo: Leopoldianum/Loyola, 2003.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiro de uma miragem*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- GRIMBERG, Elisabeth. *Coleta seletiva com inclusão dos catadores*. In: FÓRUM LIXO E CIDADANIA DA CIDADE DE SÃO PAULO: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.
- JACOBI, Pedro (org.). *Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social*. São Paulo: Annablume, 2006.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2005.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; Cooperativas sindicatos e socialismo; Grupo de Pesquisa e Economia Solidária, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNISINOS. <http://www.ecosol.org.br/txt/sindic.doc>. Acesso em 20/10/2007

MATOS, Olgária; A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. *Espaço & Debates*, São Paulo, n 08.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACEDO, Kátia Barbosa. Catadores de materiais recicláveis: uma profissão para além da sobrevivência? *Revista Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, v. 18, nº 02. Porto Alegre, 2006.

MÉSZÁROS, Stiván. *Para além do capital*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Unicamp/Boitempo, 2002.

MIZIARA, Rosana. *Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 2001.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998,.

PINTO, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. I, nº 02, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense/Relume Dumará, 1996, p. 59-72.

RODRIGUES, Huberlan; MAUAD, Marcelo; MARTINS, Jorge Luiz. O PLS 171/1999 e seus danos à Economia Solidária. *Revista de Economia Solidária*. São Paulo: ano 2, nº 1, jun. 2006, Anteag/Unisol Brasil, p. 43.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo, Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos, nº 203).

_____. *A Cidade e a Lei*. São Paulo: FAPESP/Nobel, 1997.

- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura; São Paulo, Studio Nobel, 1998. (Coleção Megalópolis)
- TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Rio de Janeiro, Ipea v. 9, nº 24, p. 35-43, 2004.
- THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; v. 1.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio L. de Oliveira. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VIVEIROS, Mariana; JACOBI, Pedro (orgs.). *Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social*. São Paulo: Annablume, 2006.

Anexos

1- Plataforma Lixo e Cidadania	130
2- Carta compromisso de Brasília MNCR.....	133
3-Termos de intenção de candidatos à prefeitura em 2000.....	134
4-Carta de compromissos – eleições 2004.....	143

Plataforma Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo

Nos dias 27 e 28 de junho de 2000, sessenta instituições atuantes nas áreas social e/ou ambiental criaram o **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo** e formularam propostas para enfrentar os desafios de:

- A) erradicar o trabalho infanto-juvenil no lixo;
- B) reaproveitar os resíduos sólidos urbanos com participação dos catadores na coleta, triagem e comercialização;
- C) reduzir a geração dos resíduos sólidos urbanos
- D) segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras

As propostas apontam as principais mudanças a serem realizadas na atual situação de gestão do lixo identificando:

- A) As características que deve ter o sistema de gestão dos RSU para possibilitar o reaproveitamento e processo de coleta, tratamento e disposição ambiental e socialmente adequados;
- B) As principais ações para viabilizar a erradicação do trabalho infanto-juvenil, a incorporação dos catadores no sistema de gestão dos RSU, a redução de geração de RSU e a segregação dos resíduos perigosos na fonte geradora;
- C) O papel a ser desempenhado pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo
- D) Os principais atores sociais a serem envolvidos

Considerou-se primordial apresentar aos candidatos à Prefeitura e Câmara de Vereadores do Município de São Paulo o presente documento, *Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo*, com as propostas produzidas no “Encontro Lixo e Cidadania: compartilhando a gestão do lixo de São Paulo”.

Esta iniciativa, em São Paulo, soma-se à atuação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, hoje integrado por 44 entidades, cuja diretriz central é a promoção da **gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos** pelos órgãos públicos e por instituições da sociedade. A principal estratégia do Fórum Nacional é a sensibilização, através da “*Campanha Criança no lixo nunca mais*”, de governantes e da sociedade para que, até 2002, todas as crianças e seus familiares, que hoje vivem no e do lixo, tenham seus direitos sociais efetivados e uma vida digna e humana.

Para possibilitar o reaproveitamento de resíduos e processos de coleta, tratamento e disposição social e ambientalmente adequados, requer-se do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos as seguintes características:

- A) Organizar-se com base na co-gestão - gestão pública compartilhada com a sociedade - construído e gerido de forma participativa, devendo desenvolver ações para promover, de forma transparente, o efetivo envolvimento de todos os segmentos da sociedade;
- B) Organizar-se e atuar sob uma concepção de desenvolvimento sustentável, promovendo ações educativas de mudanças de valores e hábitos no conjunto da sociedade- esclarecendo a população para os benefícios sociais econômicos e ambientais envolvidos dos processos de redução da geração e de separação nas fontes de reutilização e de reciclagem de resíduos;
- C) Promover mudanças nos processos produtivos das diversas atividades urbanas para implantação do consumo responsável, da redução, da reutilização e separação dos materiais recicláveis e ampliação do aproveitamento biológico da fração orgânica;
- D) Promover a formação e capacitação permanente dos agentes do processo;
- E) Contar com um órgão público com os recursos necessários, gerido com autonomia, agilidade e sob controle social. Seu funcionamento deve ser sistêmico, integrando as ações dos demais órgãos da administração;
- F) Garantia na lei que o sistema implantará a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos de forma descentralizada e em parceria prioritária com os catadores, organizados em cooperativas e/ou outras formas de organização popular e associativas.

Para incorporar a participação dos catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos é necessário:

- A) Criação de uma instância para uma gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos - **Conselho Lixo & Cidadania**;
- B) Promoção pelo poder público em parceria com diversos setores da sociedade do reconhecimento legal e fortalecimento do catador enquanto categoria profissional autônoma, por meio de:
- C) Acesso ao processo licitatório e às condições de infra-estrutura pelas organizações de catadores;
- D) Criação da figura de “cessão” de áreas para utilização pelos catadores;
- E) Provimento de infra-estrutura/capacitação para que as organizações dos catadores tenham sustentabilidade;
- F) Promoção de programas de capacitação dos catadores, estimulando-os à participação e à organização;
- G) Estabelecimento de parcerias entre catadores e poder público na execução de serviço de limpeza de forma descentralizada;
- H) Autorização legal para apropriação dos resíduos secos pelos catadores;
- I) Formalização de contratos com os catadores, organizados sob diversas formas associativas, para a coleta seletiva de resíduos;
- J) Cadastramento dos catadores com orientação sobre formas de associativismo e promoção de sua organização em cooperativas ou outras formas de pessoa jurídica para que possam dispor de

subsídios e tributos adequados para que sejam protagonistas no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos;

L) Promoção de estudos sobre o marco institucional-legal das entidades cooperativadas, sobre a apropriação dos custos na cadeia de produção de resíduos, sobre os tributos e as despesas públicas no sistema de gerenciamento dos resíduos, e sobre as experiências do tipo da Asmare, em Belo Horizonte, Coopamare/Coorpel, em São Paulo, Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, para apoiar os trabalhos em cada local;

M) Viabilização econômica/financeira dos projetos das organizações de catadores por meio de:
acesso às linhas especiais de crédito para financiamento de projetos;
parcerias e convênios entre indústrias e organizações de catadores e entidades populares e para absorção dos resíduos industriais fomentando o desenvolvimento da economia solidária;
criação de incentivos para o mercado de reciclados;
garantia da destinação de recursos federais/estaduais, existentes ou a criar para o fomento à reciclagem.

Para erradicar o trabalho infante-juvenil na catação do lixo na cidade de São Paulo é necessário:

A) Implantação de políticas públicas integradas de inclusão sócio-econômica dos catadores e de retirada das crianças e adolescentes do trabalho com lixo;

B) Implementação de políticas de geração de renda - programas de bolsa-escola, renda mínima etc;

C) Criação de condições básicas para a educação/capacitação de crianças e adolescentes, assegurando sua presença na escola;

D) Criação de programas de complementação escolar;

E) Criação de programas específicos de educação infantil para evitar a presença de crianças na catação;

F) Criação de melhores condições de fiscalização do trabalho infante-juvenil;

G) Criação de programas de habitação para retirar as crianças e adolescentes e seus familiares-catadores da sub-habitação;

H) Criação de programas específicos de saúde e educação sanitária;

I) Construção de redes sociais de apoio à proposta de erradicação do trabalho infante-juvenil no lixo;

J) Sensibilização e mobilização da sociedade para o problema do trabalho infante-juvenil.



CARTA DE BRASÍLIA

Os participantes do **1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da **1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA**, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo **Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua**, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

- 1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
- 1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- 1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- 1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- 1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

- 2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 - Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

- 3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.
- 3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o **direito à cidade**.
- 3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.
- 3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.
- 3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.
- 3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.
- 3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

**Pelo fim dos lixões!
Reciclagem feita pelos catadores, já!**

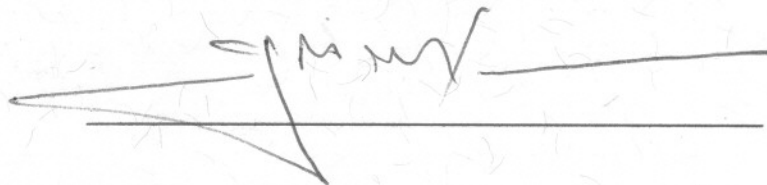
Brasília, junho de 2001

TERMO DE INTENÇÃO

Eu, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, candidato à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000

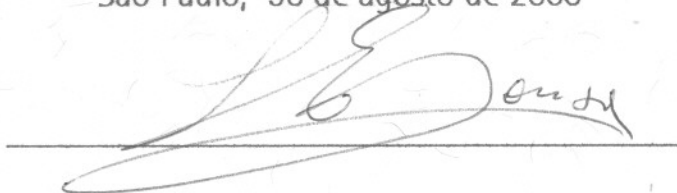


TERMO DE INTENÇÃO

Eu, Luíza Erundina de Souza, candidata à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000



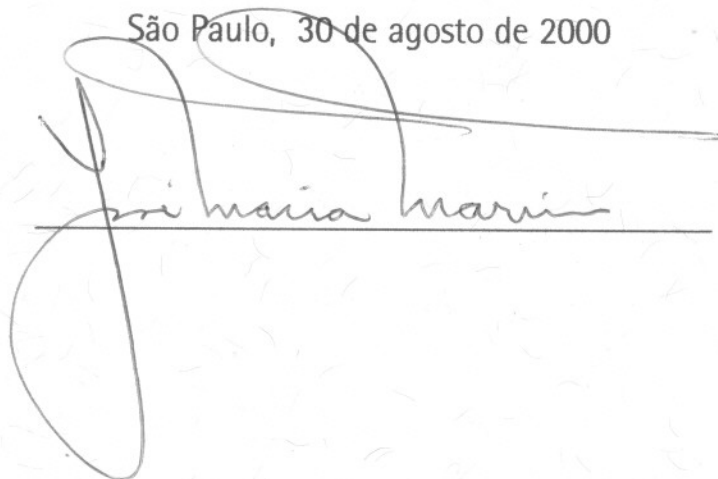
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luíza Erundina de Souza', is written over a horizontal line.

TERMO DE INTENÇÃO

Eu, José Maria Marin, candidato à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000



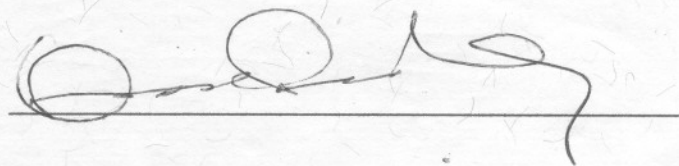
Handwritten signature of José Maria Marin, written in black ink over a horizontal line. The signature is stylized and cursive, with a large loop at the beginning and a long horizontal stroke extending to the right.

TERMO DE INTENÇÃO

Eu, Osmar de Oliveira Lins, candidato à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000



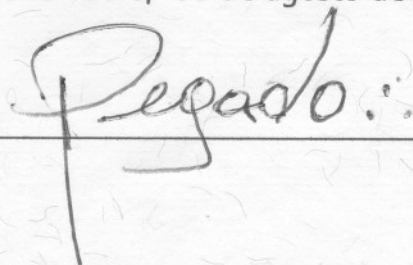
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Osmar de Oliveira Lins', is written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.

TERMO DE INTENÇÃO

Eu, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, candidato à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000

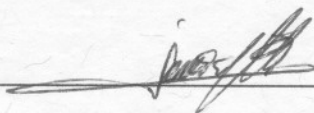


TERMO DE INTENÇÃO

Eu, João Manuel Batista, candidato à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000

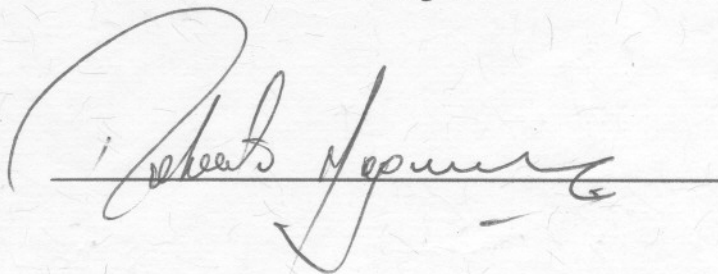


TERMO DE INTENÇÃO

Eu, Romeu Tuma, candidato à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infante-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000


A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read 'Romeu Tuma'.

TERMO DE INTENÇÃO

Eu, Luíza Erundina de Souza, candidata à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000

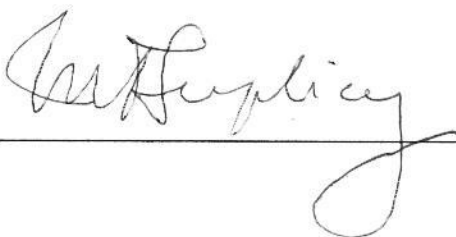


TERMO DE INTENÇÃO

Eu, Marta Suplicy, candidata à Prefeitura do Município de São Paulo, comprometo-me a implementar a **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, elaborada pelo **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**, que visa a:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil de catação nas ruas;
- incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais;
- reduzir a geração de resíduos e
- promover a segregação de resíduos nas fontes geradoras, especialmente de produtos perigosos.

São Paulo, 30 de agosto de 2000



CARTA COMPROMISSO **Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos**

O Programa Coleta Seletiva Solidária foi criado a partir do compromisso público da atual Prefeita em ato de campanha eleitoral de implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo, em 2000. Sua implementação e gestão foi garantida pelos Fóruns Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Desenvolvimento da Zona Leste, Recicla São Paulo e pela Secretaria de Serviços e Obras/PMSP.

A Cidade de São Paulo gera cerca de 10.000 toneladas de resíduos sólidos por dia e destina 8.700 toneladas para aterros sanitários.

Atualmente apenas 1.300 toneladas são recicladas. A coleta seletiva recolhe cerca de 70 toneladas por dia de resíduos que são destinados para 14 Centrais de Triagem, onde realiza-se sua separação, pré-beneficiamento e comercialização. As outras 1.230 toneladas/dia são predominantemente coletadas por milhares de catadores e catadoras de materiais recicláveis, organizados ou não em cooperativas, associações, grupos que ganham a vida por meio desse trabalho.

As 8.700 toneladas restantes, incluindo grande quantidade de matérias-primas, são destinadas para aterros sanitários, os quais já estão no limite de sua capacidade.

Os resíduos descartados inadequadamente constituem riscos à qualidade de vida, à saúde pública, ao bem-estar e à estética do ambiente urbano. As matérias-primas utilizadas em embalagens e produtos consumidos e jogados “fora”, representam grande pressão sobre os recursos naturais e poluição ambiental. Nada é de fato “jogado fora” – o “fora” não existe, tudo está dentro de nosso planeta.

O processo de coleta e destinação convencional de resíduos é bastante oneroso. Além disso, os atuais aterros estão praticamente esgotados, sendo que os espaços para disposição de resíduos, sob esta modalidade, são praticamente inexistentes. Por fim, seus custos têm de ser absorvidos pelos orçamentos municipais, comprometendo recursos que poderiam ser destinados a fins sociais.

Os materiais descartados são de utilidade para a indústria que, ao utilizar matérias-primas recicladas pode demandar quantidades sensivelmente menores de energia, água e recursos naturais, além de contribuir para a redução da poluição ambiental.

Os catadores são trabalhadores que historicamente, há mais de 50 anos, coletam nas ruas os materiais recicláveis e encaminham para a reciclagem, daí tirando dignamente seu sustento e o de sua família. Muitas vezes são marginalizados e não são reconhecidos pelo trabalho que prestam à comunidade e ao poder público.

O trabalho dos catadores tem valor pois contribui com a limpeza da cidade, com a saúde pública, com o meio ambiente, com a economia dos recursos naturais, com a vida útil dos aterros e na valorização dos materiais.

Propostas

A Prefeitura se compromete a:

- 1. Formalizar a Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária, através de uma portaria da Prefeitura Municipal de São Paulo. Deverão compor esta Comissão representantes da Comissão de Catadores da Cidade de São Paulo, das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária, do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, do Fórum Recicla São Paulo, do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, do Comitê Metropolitano de Catadores e representantes de todas as secretarias municipais e coordenadorias das subprefeituras para implantação conjunta do Programa Coleta Seletiva Solidária.**

- 2. Garantir direitos iguais aos Núcleos de Catadores Organizados às que são oferecidas às Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária, o que pressupõe:**
 - Destinar materiais recicláveis do Programa de Coleta Seletiva Solidária para os Núcleos de Catadores Organizados - Cooperativas e Associações Autônomas de Catadores;**
 - Conceder cessão de áreas públicas, maquinários e equipamento de proteção individual para os Núcleos de Catadores Organizados e Centrais de Triagem;**
 - Incluir todos os Núcleos de Catadores Organizados - Cooperativas e Associações Autônomas de Catadores - no sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis;**

- 3. Reconhecer a atividade do catador enquanto uma política pública – coleta, triagem, beneficiamento, destinação de materiais recicláveis e educação ambiental – e remunerá-los pelos serviços prestados à cidade através de seus Núcleos Locais Organizados;**

- 4. Realizar o mapeamento e cadastramento participativo dos catadores da cidade promovendo sua integração nos Núcleos e Centrais; fomentar a formação de novos Núcleos com a garantia dos mesmos direitos iguais aos das Centrais;**

- 5. Garantir que haja contratos de coleta seletiva entre Núcleos de Catadores Organizados Centrais de Triagem e governo. Estes contratos devem ser monitorados pelo Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária;**

- 6. Garantir amplo e participativo programa de educação socioambiental na cidade, tomando como referência experiências acumuladas por Núcleos de Catadores Organizados, Centrais de Triagem e outras iniciativas e baseando-se na Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária;**

- 7. Implementar programas de coleta seletiva em órgãos públicos com a destinação de todos os materiais recicláveis para as Núcleos de Catadores Organizados e Centrais de Triagem;**

- 8. Divulgar a coleta seletiva feita pelos catadores, como cidadãos de direito, em todos os equipamentos públicos;**
- 9. Erradicar a exploração da mão-de-obra dos catadores e catadoras;**
- 10. Erradicar o trabalho de crianças e adolescentes;**
- 11. Garantir acesso às creches públicas e conveniadas, escolas e atividades educativas complementares para os filhos dos catadores, encaminhando-os para os programas sociais existentes como o bolsa-escola;**
- 12. O Programa Coleta Seletiva Solidária deverá garantir vale transporte aos trabalhadores dos Núcleos de Catadores Organizados e Centrais de Triagem;**
- 13. Promover cursos de capacitação, garantir acompanhamento técnico, alfabetização e educação continuada para melhorar as habilidades e as condições de trabalho dos catadores e catadoras;**
- 14. A Prefeitura deve prestar contas regularmente à sociedade de todos os investimentos e serviços realizados na área de resíduos sólidos;**
- 15. Assegurar recursos do orçamento municipal para a continuidade da implementação do Programa Coleta Seletiva Solidária;**
- 16. Reduzir a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares como forma de incentivar a separação e doação do material reciclável para os catadores e suas organizações;**
- 17. O Programa Coleta Seletiva Solidária deverá garantir recursos para os Encontros dos Catadores que serão realizados por eles, com a disponibilização de transporte, alimentação, creche, hospedagem;**
- 18. Incentivar as pequenas, médias e grandes empresas para fornecer materiais recicláveis aos Núcleos de Catadores Organizados e Centrais de Triagem;**
- 19. Promover investimentos e linhas de financiamento para que as associações e cooperativas de catadores avancem na estruturação de empreendimentos no setor da reciclagem;**
- 20. Ampliar a Coleta Seletiva para que em 4 anos se atinja a meta de coleta de 100% dos materiais secos;**
- 21. Implementar a coleta seletiva de material orgânico incentivando a compostagem em nível comunitário e no setor público, na perspectiva de sua valorização social, cultural, ambiental e econômica;**
- 22. Garantir que não seja instalada qualquer tecnologia de incineração na Cidade de São Paulo.**

Esta Carta Compromisso foi elaborada pelo Movimento Nacional de Catadores, pelo Comitê Metropolitano de Catadores, Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária, pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, Fórum Recicla São Paulo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)